

PERFIL RURAL/AGRÍCOLA DE MUNICÍPIOS DIRETAMENTE INFLUENCIADOS PELO COMPERJ Diagnóstico Preliminar



John Wilkinson, Coordenação
Ana Lucia Camphora
Francine Damasceno Pinheiro
Marcio Ranauro

Rio de Janeiro, Janeiro 2011

REDES

Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RESUMO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

I.METODOLOGIA

II.BREVE SÍNTESE DA DINÂMICA RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

III. PERSPECTIVA REGIONAL DA DINÂMICA RURAL DOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DO COMPERJ

IV.DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DO PERFIL RURAL AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DO COMPERJ

IV.1. CACHOEIRAS DE MACACU

IV.2. CASIMIRO DE ABREU

IV.3. GUAPIMIRIM

IV. 4. ITABORAÍ

IV.5. MAGÉ

IV.6. RIO BONITO

IV.7. SILVA JARDIM

IV.8. TANGUÁ

RESUMO EXECUTIVO

O presente **Perfil Rural/Agrícola de Municípios Diretamente Influenciados pelo COMPERJ** apresenta um retrato das condições atuais de estruturação, dinamização e gestão do desenvolvimento rural dos municípios de Itaboraí, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá, Silva Jardim e Casimiro de Abreu, inseridos na área de influência do COMPERJ. Seu foco atende às metas fixadas pelo Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 2010 entre a Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade (REDES) e a Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania.

Alterações socioeconômicas estruturais projetadas para os próximos anos terão impactos decisivos sobre as dinâmicas locais e as bases produtivas da economia rural, redefinindo oportunidades e formas de uso do solo na região.

A implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), em fase de instalação no município de Itaboraí e com início das operações previsto para 2015, determinará alterações na dinâmica econômica regional, já mapeadas pelo estudo *COMPERJ: Potencial de Desenvolvimento Produtivo* (FIRJAN, 2008a).

Outra alteração decisiva sobre a dinâmica de ocupação do solo de alguns dos municípios focalizados neste estudo - especificamente, Magé, Guapimirim e Itaboraí -, decorre da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ), em?sistema rodoviário de ligação entre importantes eixos rodoviários do Estado, por meio de rodovias perpendiculares que visam à integração do Porto de Itaguaí ao Norte Fluminense.

Cenários projetados indicam que esses municípios experimentarão inúmeros desafios, riscos e oportunidades associados aos impactos gerados pelo potencial de desenvolvimento produtivo associado ao conjunto das atividades industriais, redefinindo a dinâmica produtiva da região.

Neste *Diagnóstico Preliminar* foram reunidos dados e informações referentes à dinâmica rural dos municípios focalizados, contextualizando aspectos socioeconômicos, ambientais e institucionais relevantes para a gestão territorial regional. Além da produção agropecuária registrada, diversas iniciativas alternativas em curso na região merecem análise específica.

Para complementar e atualizar o levantamento de dados e informações secundários, visitas a campo realizadas entre julho e outubro de 2010, proporcionaram reconhecimento dos atores e institucionalidades governamentais e não governamentais de cada município, tomando como referência as secretarias municipais de agricultura, os sindicatos de produtores rurais e escritórios locais da EMATER-Rio, cooperativas, eventos agropecuários e produtores rurais. Devido ao curto período de tempo disponível para a realização das visitas em todos os municípios, alguns atores relevantes não foram contactados diretamente.

Considerações formuladas a partir do conjunto de dados e informações reunidos no presente *Diagnóstico Preliminar* serão objeto de análise no *Diagnóstico de Tendências*, que apresentará mapeamento de tendências dos atuais sistemas de produção rural, e no reconhecimento de estratégias de programas de planejamento e incentivos ao desenvolvimento local e reordenamento territorial.

O foco dessa análise considerará fatores associados às bases institucionais implicadas no desenvolvimento rural dos municípios, dinâmica territorial rural-urbana e suas interfaces com o desenvolvimento rural, tendências de incorporação de incentivos à conservação em terras privadas, através de sistemas de pagamento por serviços ambientais, cujas bases normativas começam a ser definidas no Estado do Rio de Janeiro, e possíveis impactos ambientais e socioeconômicos gerados pelo COMPERJ sobre a produção rural.

Ocupando cerca de 0,5% do território nacional, com 43.696,054 km², o Estado do Rio de Janeiro é o segundo pólo industrial brasileiro. Cerca de 75% de seus 16 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2009, concentra-se na Região Metropolitana, que abarca 17 de seus 92 municípios. O Rio de Janeiro é também o estado que abriga o maior percentual de remanescentes da Mata Atlântica em seu território: cerca de 870.271 ha, ou quase 20% de sua cobertura original (SOSMA/INPE, 2008).

Entre 1970 e 2000, a população rural do Estado apresentou redução de 47,63%, enquanto sua população urbana apresentou aumento de 278%, segundo dados dos Censos do IBGE. Entre 1995 e 2006, o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) verificou redução de 367.331 hectares, ou o equivalente a 15,2% da área dos estabelecimentos agropecuários. A participação da atividade agropecuária no PIB do Estado do Rio de Janeiro vem apresentando resultados decrescentes. Em 1995, seu percentual em relação ao PIB total foi de 0,81%, e em 2008, essa participação não ultrapassa 0,44¹. , Embora no período 1970-2000, o Estado do Rio de Janeiro apresentasse redução de 47,63% de sua população rural, o setor agropecuário ainda envolve mais de 400 mil pessoas, ocupando, aproximadamente, 20% do território.

Diversos fatores associados explicam a pouca expressividade do setor agropecuário fluminense. Em maio de 2010, no 2º Congresso Rio Eco Rural, realizado em Nova Friburgo, pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, foram discutidos os obstáculos ao desenvolvimento do agronegócio fluminense. Os principais fatores identificados, e já analisados anteriormente por Giuliani & Castro (1996) e Costa & Clemente (2009), reportam aos seguintes aspectos:

¹¹ Percentual da participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico, segundo os resultados dos projetos Contas Regionais do Brasil e PIB Municipal, desenvolvidos pelo IBGE através da metodologia de Contabilidade Social, que compatibiliza os valores estaduais e municipais com os cálculos a nível nacional. Disponível no endereço eletrônico <http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>, acessado em 22/11/2010.

- Crescente pressão do processo de urbanização das áreas periféricas metropolitanas, determinando grande pressão social sobre a propriedade fundiária;
- Limites e descontinuidade dos programas federais e estaduais de incentivo à agricultura;
- Restrições climáticas e de uso do solo;
- Falta de assistência técnica;
- Incertezas crônicas associadas ao processo de implantação de agroindústrias;
- Falta de estradas rurais de acesso às áreas de produção;
- Deficiência de comunicação, incluindo telefonia e internet no campo;
- Restrições de acesso ao ensino fundamental, técnico e médio, para jovens e adultos.

Os municípios considerados neste Perfil Rural/Agrícola integram duas regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana e a Região das Baixadas Litorâneas, conforme a divisão territorial oficial do Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo IBGE em 1997.

A soma das áreas dos oito municípios equivale a 4.135 km², ou 9,46% do território fluminense. Com uma densidade demográfica que corresponde à metade da densidade média do Estado do Rio de Janeiro, as populações desses municípios totalizam 718.763 habitantes, ou 4,66% da população fluminense, segundo estimativa do IBGE para 2009.

Uma maior densidade demográfica é verificada nos municípios da Região Metropolitana, sobretudo em Magé e Itaboraí. Os maiores municípios em território e com as menores densidades demográficas da região, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, estão localizados na Região das Baixadas Litorâneas.

Apesar do crescimento das populações residentes nesses municípios, houve significativa redução de suas populações rurais, com exceção do município de Rio Bonito, que manteve a estabilidade de sua população rural. Entre 1970 e 2000, Casimiro de Abreu e Itaboraí apresentaram redução de, respectivamente, 70,2% e 80,28% de suas populações rurais. Outras reduções significativas, se comparadas ao crescimento da população no mesmo período, também ocorreram em Cachoeiras de Macacu e Magé.

Os municípios de Guapimirim e Tanguá, criados em 1990 e 1997, respectivamente, participaram pela primeira vez do Censo do IBGE em 2000. A redução da população rural observada no Município de Itaboraí deve-se, dentre outros fatores, à criação do Município de Tanguá, a partir da emancipação do 5º Distrito de Itaboraí.

Segundo dados obtidos no *Relatório de Acompanhamento 2007 dos Objetivos do Milênio* (UN-HABITAT, 2007), a região que corresponde aos 13 municípios que integram o CONLESTE apresenta maior porcentagem de pobreza (23,24%) do que o médio do Estado do Rio de Janeiro, com 18,78%. Casimiro de Abreu apresentou nível de pobreza reduzidos em relação à média da região, enquanto Itaboraí, Magé, Silva Jardim, Guapimirim e Tanguá, apresentaram índices superiores à média.

Quanto a indicadores de mortalidade infantil, o mesmo relatório revela que os municípios de Guapimirim, Itaboraí, Magé e Rio Bonito apresentam taxas acima da média da região, que é de 14,92

por mil nascidos vivos. As menores taxas de mortalidade infantil foram encontradas nos municípios de Tanguá e Silva Jardim.

O indicador referente à incidência de tuberculose, endemia diretamente associada a condições de desnutrição e pobreza revelou que a região do CONLESTE apresenta taxa de incidência de 75,54 por 100 mil habitantes, superior à taxa do Estado do Rio de Janeiro, que era de 62,05 por 100 mil habitantes, em 2007. Magé e Rio Bonito encontravam-se acima do índice do Estado, com 87,71 e 76,58 por 100 mil habitantes, respectivamente. Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Tanguá apresentaram taxas inferiores à média do Estado.

As contínuas alterações no ordenamento territorial fluminense apontam para o dinamismo de sua configuração regional. Aspectos socioambientais, econômicos e tendências de mudanças que caracterizam a dinâmica de ocupação do território implicam fortes reestruturações e descontinuidades no processo de desenvolvimento.

Tais mudanças, sobretudo nas regiões das Baixadas Litorâneas e Serrana, foram atribuídas à intensificação do processo de urbanização, à expansão das atividades de lazer e turismo sobre as atividades de lavouras, e a mudanças associadas a novas técnicas de produção e cultivos em processo de expansão (Gonçalves, 2006)².

No que tange às políticas ambientais, que definem condições para a sustentabilidade da gestão territorial, através de princípios e diretrizes para as formas de uso e cobertura das terras nas bacias hidrográficas desses municípios, a região tem importante papel na conservação da biodiversidade e manutenção de mananciais hídricos estratégicos para o abastecimento das populações da Região Metropolitana e Região dos Lagos.

A região abriga um total de 58 unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, federais, estaduais e municipais. Os municípios de Guapimirim, Magé, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim encontram-se no domínio territorial do *Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense* (Portaria MMA N°350, de 11 de dezembro de 2006), que ocupa área total de cerca de 233.710 ha, distribuída em 13 municípios, sendo formado por 22 unidades de conservação e suas zonas de amortecimento. Mosaicos definem modelo de gestão integrada de um conjunto de unidades de conservação, com o objetivo de compatibilizar, integrar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, assim como no planejamento e fiscalização nas áreas de fronteira e na região do mosaico (Lino & Albuquerque, 2007).

A maioria dos municípios focalizados neste estudo encontra-se localizada nos espaços territoriais da APA de Guapimirim, APA da Bacia do Macacu e APA do Rio São João Mico-Leão-Dourado, implicando estratégias específicas de manejo e gestão sustentável da área rural, a serem tomadas como parâmetro auxiliar para o presente Diagnóstico. São objetivos básicos das Áreas de Proteção Ambiental (APA) proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação, assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais. Além disso, parte significativa da região integra a *Reserva da*

² O relatório *Produção Agrícola e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro – 1999/2004* reúne informações sobre a estrutura, o desempenho do setor e sua inserção na economia do estado.

Biosfera da Mata Atlântica, a maior reserva da Rede Mundial do Programa Sobre o Homem e a Biosfera da UNESCO, criada em 1991.

A região abriga um total de 24 RPPNs federais e estaduais. Destas propriedades, 7 desenvolvem atividades agropecuárias convencionais e 11 desenvolvem outras alternativas de produção sustentáveis (apicultura, orgânicos, artesanato sustentável, entre outros). Apenas 04 RPPNs foram criadas em grandes propriedades rurais, com mais de 400 hectares³. Silva Jardim é o município fluminense com maior número de RPPNs, com um total de 22.

Visões de futuro acerca dos impactos e fragilidades associados aos efeitos do COMPERJ são focalizados neste estudo. As performances dos municípios no rateio do ICMS Ecológico, principal instrumento de incentivo fiscal ao desenvolvimento sustentável municipal, reportam às condições de infraestrutura socioambiental definidas através do Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA), calculado a partir de seis sub-índices temáticos, com os seguintes pesos: tratamento de esgoto (20%); destinação de lixo (20%); remediação de vazadouros (5%); mananciais de abastecimento (10%); áreas protegidas, considerando todas as Unidades de Conservação (36%); e áreas protegidas, considerando apenas as Unidades de Conservação Municipais (9%).

Cachoeiras de Macacu é o primeiro colocado no rateio dos benefícios de 2010, e Silva Jardim ocupa a quarta posição no ranking dos municípios fluminenses beneficiados pelo mecanismo. Observa-se, entretanto, que a maioria desses municípios não apresenta critérios de pontuação em índices temáticos decisivos para seu desenvolvimento sustentável, tais como tratamento de esgoto e remediação de vazadouros.

O Fundo de Boas Práticas Socioambientais em Microbacias (FUNBOAS), e o programa de Recuperação da População de Micos-Leões-Dourados executado pela Associação Mico-Leão-Dourado, ambos tendo como área de abrangência a Bacia do São João, são algumas das principais ações regionais de gestão ambiental desenvolvidas na região, com desdobramentos decisivos para a sustentabilidade do desenvolvimento rural.

Cabe ainda destacar o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (RIO RURAL BIRD) que, a partir de 2010, promoverá adequação dos sistemas produtivos e do apoio a atividades que visam elevar a produtividade e a competitividade da agricultura familiar o desenvolvimento sustentável do setor rural com diminuição das ameaças à biodiversidade, o aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola e a inversão do processo de degradação das terras em ecossistemas críticos da Mata Atlântica. Participarão do RIO RURAL BIRD os municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Silva Jardim, Tanguá, Itaboraí e Magé, que já têm definidas suas micro-bacias pilotos.

Para o mapeamento da produção agropecuária regional, foram consideradas distintas fontes de dados (IBGE, EMATER-Rio e CEASA), de modo a mapear os levantamentos disponíveis e procedimentos adotados por cada fonte, de modo a assegurar maior visibilidade na análise sobre a

³ Segundo dados disponibilizados pela Associação do Patrimônio Natural, organização não governamental formada por proprietários de RPPNs do Estado do Rio de Janeiro.

dinâmica produtiva do setor rural. Alguns resultados apresentados expõem discrepâncias que refletem as distintas variáveis implicadas no levantamento quantitativo da produção rural.

O município com maior número de estabelecimentos agropecuários é Cachoeiras de Macacu, seguido de Rio Bonito. Os municípios de Casimiro de Abreu e Guapimirim apresentam as menores concentrações de estabelecimentos agropecuários da região. Apesar do reduzido número de estabelecimentos agropecuários, Silva Jardim apresenta a maior área em hectares ocupada, indicando maior concentração fundiária. No total, os oito municípios registram 6,81% dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Segundo os Censos Agropecuários do IBGE de 1995 e 2006, a área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro foi reduzida em cerca de 15%, neste período. Nos municípios focalizados neste estudo, as maiores reduções são verificadas nos municípios de Rio Bonito (47,5%) e Casimiro de Abreu (34%). Guapimirim foi o único a apresentar aumento de cerca de 12,6% na área de estabelecimentos agropecuários.

A expressão econômica da atividade agropecuária da região é moderada e não tão relevante, se comparada a dos municípios localizados nas regiões Serrana e Noroeste Fluminense. De acordo com levantamento realizado por Costa e Clemente (2009) sobre a intensidade da atividade agropecuária fluminense, com base nos dados do IBGE referentes ao período de 1996-2004, as maiores reduções das áreas de cultura permanente ocorreram nos municípios de Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito.

A maioria da produção agropecuária da região é comercializada pelo sistema CEASA - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A - CEASA/RJ (CEASA Central e Unidade de São Gonçalo). Além das culturas permanentes, temporárias e horticultura, alguns municípios também comercializam ovos e pescados.

O sistema CEASA constitui a principal base para a formação de preços para o produtor, como vetor de indicação de produção, e das condições de diversas culturas quanto a volumes comercializados, procedência dos produtos e ocorrências nas zonas de produção, através de um Banco de Dados que subsidia a formulação e implementação de programas de produção e abastecimento de hortigranjeiros.

Dados referentes à produção anual dos municípios, no período de 2005 a 2009, disponibilizados pelo Sistema CEASA, em termos da produção, em quilos, destacam Cachoeiras de Macacu, cuja comercialização de produtos agropecuários, em 2006, alcançou o montante de 29.955.832 kgs, muito superior à média da produção comercializada no período, pelos outros municípios.

Com base nessas considerações, o presente Diagnóstico apresenta perfil de cada município, considerando dados básicos do setor em termos de produtividade e vocações, visões geradas no Fórum das Agenda 21 locais, mapa discriminando uso da terra, parâmetros institucionais e situação em relação aos recursos provenientes do governo federal.

INTRODUÇÃO

A implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), em fase de instalação no município de Itaboraí e com início das operações previsto para 2015, determinará significativas alterações nas atuais condições socioeconômicas e ambientais de sua região de influência direta e ampliada. Municípios aí localizados experimentarão inúmeros desafios, riscos e oportunidades associados aos impactos gerados pelo potencial de desenvolvimento produtivo do empreendimento.

Com o propósito de subsidiar reflexões sobre as perspectivas do desenvolvimento rural regional, considerando tais influências, o presente **Perfil Rural/Agrícola de Municípios Diretamente Influenciados pelo COMPERJ** busca contribuir com balizamento preliminar das condições atuais de estruturação, dinamização e gestão do desenvolvimento rural de alguns municípios inseridos na área de influência do COMPERJ.

O recorte territorial adotado considerou os municípios de Itaboraí, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá, Silva Jardim e Casimiro de Abreu, que expressam componentes peculiares quanto a identidades, capacidades, estruturas e desempenho rural. Os municípios focalizados neste Perfil Rural/Agrícola integram o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE)⁴, formalizado para estabelecer e projetar parcerias e alianças intermunicipais visando a soluções integradas e compartilhadas perante desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos e minimizar aspectos negativos do COMPERJ.

Algumas alterações na dinâmica econômica regional, já mapeadas pelo estudo *COMPERJ: Potencial de Desenvolvimento Produtivo* (FIRJAN, 2008a), identificam uma gama variada de aspectos locais que englobam as condições de logística e infraestrutura, em termos energéticos e comunicacionais, assim como fatores relacionados à disponibilidade de área e mão-de-obra. Nesse contexto, o conjunto das atividades industriais induzidas pelo COMPERJ redefinirá a dinâmica produtiva da região que abrigará indústrias consumidoras de insumos petroquímicos, termoplásticos e cadeias produtivas associadas.

Decisões locacionais para esse grupo de novas empresas induzirão intenso e acelerado processo de mudanças, com desdobramentos relacionados a atributos e vulnerabilidades socioeconômicas, institucionais, ambientais e territoriais. A construção de cenários de futuro, sob tal perspectiva, deverá necessariamente considerar implicações na dinâmica rural de alguns dos principais municípios sob influência do COMPERJ.

Outra alteração decisiva sobre a dinâmica de ocupação do solo de alguns dos municípios focalizados neste estudo - especificamente, Magé, Guapimirim e Itaboraí -, decorrem da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ), que consiste em um sistema rodoviário de ligação entre importantes eixos rodoviários do Estado, por meio de rodovias perpendiculares que visam à integração do Porto de Itaguaí ao Norte Fluminense (Figura 1).

⁴ O CONLESTE é formado por ...

Efeitos projetados a curto e longo prazo sugerem a aceleração do processo de urbanização das áreas próximas ao AMRJ. Conforme apontado no relatório *Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – Resumo Executivo*, além do aumento do fluxo de transporte de carga em trechos da BR-101/RJ, BR-116/RJ e BR-040/RJ, com redução dos custos de transporte, “sua construção induzirá a uma reordenação do espaço urbano com efeitos sobre a urbanização, mercado de trabalho e outras variáveis sócio econômicas” (FIRJAN, 2008b:5).

A incidência dos impactos derivados das alterações socioeconômicas estruturais sobre as dinâmicas locais ainda não foi devidamente projetada. Aspectos críticos associados ao aumento dos custos de oportunidade da terra e mão-de-obra, e seus possíveis efeitos sobre a economia rural convencional sugerem um reexame das políticas e programas de planejamento e gestão direcionadas para a região, sem descartar a possibilidade de redefinição das estratégias de produção e formas de uso do solo, com ênfase na capacidade adaptativa da agricultura familiar.

A redefinição dos sistemas produtivos rurais da América Latina, tem como demanda determinante uma maior eficiência socioeconômica, conforme observa Perico (2009). Contrastes entre ‘territórios de paisagem’, que caracterizam os espaços rurais, e ‘territórios das pessoas’, que reportam aos espaços urbanos, ganham evidência nas políticas de planejamento e nos programas e ações setoriais direcionados a questões de segurança, exclusão social, renda e desemprego, e de redução das desigualdades regionais.

Nesses territórios, a integração dos espaços pressupõe a desprimarização da economia rural, na medida em que mais da metade da atual renda das populações rurais depende de atividades não-agropecuárias. Maior diversificação da atividade econômica, do investimento e do consumo expressam diferentes formas de integração econômica e de articulação de cadeias produtivas, que favorecem a agregação de valor.

Tradicionalmente o rural foi definido em oposição ao urbano, bem como à produção agrícola da produção industrial e de serviços. Por um lado, foi visto como tendo uma dinâmica própria e por outro como sendo uma fonte de alimentos, matéria prima e mão de obra para o mundo urbano-industrial. Hoje, mesmo que esses aspectos possam ainda ser identificados, o rural assume uma dinâmica bem distinta.

Em primeiro lugar, as fronteiras entre o rural e o urbano têm ficado menos claras. Crescentemente, o rural é beneficiário, tanto quanto o urbano, dos mesmos serviços do Estado – infraestrutura, meios de comunicação, saúde, educação. Nesse processo, a distância cultural entre o rural e urbano diminui. Essa integração, por sua vez, traz maiores expectativas e também maiores custos. Para a maioria, a renda das atividades agrícolas se mostra cada vez menos capaz de cobrir os crescentes custos da integração sócio-político do mundo rural.

Por outro lado, é essa integração que oferece maiores perspectivas de empregos alternativas ou suplementares, fazendo com que hoje em muitos casos a renda das atividades agrícolas se torna minoritária no orçamental das famílias rurais. O próprio espaço rural adquire novos usos, como objeto de lazer e de moradia da população urbana. Isso traz, também, novas oportunidades de emprego, mas ao mesmo tempo aumenta o preço da terra o que pode abrir perspectivas de ganho de curto prazo mas ameaça inviabilizar as atividades agrícolas, pelo menos as atividades tradicionais

no longo prazo. A crescente sofisticação da demanda, tanto na própria zona rural quanto da nova classe média urbana, abre perspectivas para novas atividades rurais em torno de produtos de maior valor agregado. Algumas vezes, os agricultores tradicionais ou seus filhos, agora com mais educação, aproveitam dessas oportunidades.

As maiores exigências desse tipo de produção também estimulam a entrada de novos rurais com capacidade empresarial na produção agrícola. Ao mesmo tempo, os recursos rurais se tornam cada vez mais centrais para a sociedade como um todo – como fonte de água, de biodiversidade e de opções reais e factíveis contra os efeitos de estufa. Aqui de novo, o rural incorpora novas atividades econômicas, agora relacionadas a serviços ambientais. Este Perfil Rural/Agrícola dos municípios que serão diretamente impactados pelo COMPERJ se esforça para incorporar a complexa realidade que define o rural hoje.

Este Diagnóstico Preliminar parte de um enfoque regionalizado dos aspectos relevantes para a formulação do Perfil Rural/Agrícola dos municípios focalizados, visando aos seguintes objetivos:

Definir aportes para a sistematização e difusão de conhecimentos e dados, algumas vezes dispersos e fragmentados, sobre as dinâmicas rurais locais;

Identificar programas, ações e iniciativas públicas e privadas com reatamento na gestão rural, implementados e em processo de implementação;

Dimensionar potencialidades e vulnerabilidades que dizem respeito à relevância da produção rural na microeconomia local, regional e estadual, como parâmetros auxiliares nos processos decisórios associados à elaboração e implementação de programas e políticas voltadas para a gestão e o desenvolvimento rural;

Sugerir uma abordagem regional do desenvolvimento rural desses municípios, a partir da caracterização de componentes integrados às iniciativas produtivas locais, estratégias de conservação da biodiversidade, gestão hídrica, e possíveis vulnerabilidades da produção rural, projetadas a partir dos impactos ambientais e sociais decorrentes do COMPERJ;

Traçar considerações ponderadas quanto à magnitude, tendências e dinâmicas dos atuais sistemas de produção rural, de modo a auxiliar no planejamento de ações e programas estratégicos de desenvolvimento local e reordenamento territorial.

Os resultados obtidos a partir dessa pesquisa foram sistematizados em dois relatórios sequenciais: o presente estudo, que consiste no *Diagnóstico Preliminar*, e o *Diagnóstico de Tendências*, estudo conclusivo elaborado a partir dos dados reunidos no presente *Diagnóstico Preliminar*, para o mapeamento de tendências e ponderações sobre a magnitude dos atuais sistemas de produção rural, estratégias de programas de planejamento e incentivos ao desenvolvimento local e reordenamento territorial.

Os dados primários e secundários reunidos no presente estudo abrangem aspectos socioeconômicos, mais especificamente, sobre a dinâmica da propriedade rural; e parâmetros institucionais de

regulação do uso do solo e de gestão dos recursos naturais que influenciam, muitas vezes de forma determinante, a lógica da produção rural de cada município.

Nesse sentido, o presente estudo vem cumprir com as metas fixadas pelo Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade (REDES) e a Fundação Banco do Brasil, no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania. Os propósitos vislumbrados convergem com os objetivos do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: promover o desenvolvimento territorial integrado, de forma inclusiva, através da estruturação de empreendimentos urbanos e rurais e suas cadeias produtivas; replicação de tecnologias sociais com foco na geração de trabalho e renda, segurança alimentar e melhoria das condições de saneamento básico, em colaboração com os governos federal, estaduais e municipais.

Nossa equipe gostaria de expressar agradecimentos aos parceiros que colaboraram com a realização deste estudo. Nosso reconhecimento especial ao apoio concedido por Alberico Mendonça, Assessor da Presidência da EMATER-RIO; Andréa Franco de Oliveira, Gerência de Geoprocessamento e Estudos Ambientais do Instituto Estadual do Ambiente – INEA; Carlos Pereira, Prefeito de Tanguá e Presidente do CONLESTE; José Marcelino Lima de Souza, Presidente da COOPERCAMMA; Luiz Eutálio, Cia. do Leite (Cachoeiras de Macacu); Rodolfo Tavares, Presidente da FAERJ; Tiná Almeida, coordenadora técnica do projeto *Oleiros & Olarias: Tradição da Arte Cerâmica de Itaboraí*; Wilson Luiz Nicodemos, Supervisor Regional da EMATER; Sindicatos de Produtores Rurais; e Secretarias Municipais de Agricultura.

I. METODOLOGIA

O **Perfil Rural/Agrícola de Municípios Diretamente Influenciados pelo COMPERJ** consiste em mapeamento preliminar que objetiva conferir visibilidade a interesses, conflitos e expectativas sobre antigos e novos impasses associados ao desenvolvimento rural dos municípios em foco. Considerando que a abordagem do rural diz respeito a um conjunto de fatores que ultrapassam a mera contradição rural/urbano, ou a concepção estrita de agronegócio, dimensioná-lo implica considerar interfaces entre a produtividade rural face aos fatores econômicos, ambientais, culturais e sociais que constroem e consolidam identidades territoriais locais. Tais referências agregam componentes associados aos ecossistemas de interesse em políticas de conservação, sistemas de gestão de bacias hidrográficas, e outros programas e políticas que influenciam diretamente a conformação socioeconômica de gestão do território.

Para tanto, focalizamos os diversos aspectos que norteiam a lógica da produção rural de cada município a partir do levantamento de informações e dados secundários e primários que propiciassem olhar abrangente sobre as condições de uso e gestão desses territórios. Entre julho de 2010 e janeiro de 2011, foram levantadas e analisadas bases bibliográficas e documentais disponíveis referentes à interface entre iniciativas produtivas, aspectos socioeconômicos e institucionais, estratégias de conservação da biodiversidade, gestão hídrica, zoneamento ambiental, e potenciais vulnerabilidades ambientais e sociais na região de influência do COMPERJ.

No que confere ao perfil socioeconômico desses municípios, foram levantados os dados censitários e demográficos gerados pelo IBGE nos quatro últimos censos demográficos, Censo Agropecuário de 2006⁵ e a pesquisa Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2008), que constituem referência quanto à produtividade do setor agropecuário de cada município, em termos de ocupação territorial e produtividade dos estabelecimentos agropecuários. Para informações complementares, foram analisados os Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ, 2009).

Foram também consideradas as séries de evolução dos PIBs municipais anuais do período 2002-2007, referentes às atividades do setor agropecuário. O Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Rio de Janeiro revela a distribuição regional da atividade econômica dos municípios fluminenses, e é calculado pelo IBGE e a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ/CEEP).

Para complementar e atualizar os cenários do IBGE, foram considerados os dados constantes nas tabelas de Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA, referentes ao período 2005-2009, disponibilizadas pela EMATER-Rio. O ASPA consiste em levantamento da produção comercial da propriedade rural de cada município. O levantamento dos dados era elaborado bimensalmente, com a participação de técnicos do IBGE e Banco do Brasil, para subsidiar previsões de safra e consolidação das colheitas em cada município. Atualmente, os levantamentos são realizados

⁵ Ver detalhamento dos procedimentos adotados no endereço eletrônico <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?z=p&o=2#12>, acessado em 10 de setembro de 2010.

mensalmente, exclusivamente a partir dos levantamentos realizados nos escritórios locais da EMATER-Rio.

Também foram tomados como referência os dados gerados para análise mensal do mercado atacadista de produtos hortigranjeiros do Sistema de Informação de Mercado Agrícola (SIMA), da PESAGRO-RIO⁶, para a Cesta do Mercado Atacadista do Rio de Janeiro. Trata-se de avaliação sobre a variação mensal dos produtos, especificando a contribuição dos principais municípios produtores, a partir da cesta de mercado dos produtos mais comercializados na CEASA. A título ilustrativo, foram considerados dados da comercialização no mês de dezembro de 2009.

Para obter cenários de produção anual de cada município, foram levantados os dados relativos à quantidade de produtos, por quilograma, comercializada em todas as unidades da CEASA, no período de 2005 a 2009. Contudo, os dados obtidos a partir dos relatórios de análise mensal do SIMA e a quantidade de produtos produzida por município, através do banco de dados da CEASA, devem ser considerados com cautela, como referência da produção agrícola municipal.

Os valores obtidos a partir do relatório mensal do SIMA, referente ao mês de dezembro de 2009, refletem influências de inúmeras variáveis associadas à periodicidade da safra de cada produto, podendo determinar variações de preço significativas, mês a mês. Os dados referentes à produção anual dos municípios, disponibilizados pelo Sistema CEASA, refletem outras discrepâncias, no caso da comercialização de determinado produto ocorrer em outro município que não o de sua origem. Ou seja, um produto produzido em determinado município pode ser comercializado em outro município, onde recebe nota fiscal. Dessa forma, o lugar da comercialização passa a ser considerado como seu município de origem da produção.

Segundo o Supervisor Regional da EMATER, Wilson Luiz Nicodemos, esta discrepância pode ocorrer com alguma frequência, em produtos como milho e banana. Também era verificada enquanto Itaboraí sediava o pavilhão de beneficiamento de laranja (*packing house*), que recebia as produções oriundas dos municípios de Rio Bonito, Silva Jardim e Araruama, que eram comercializadas com nota fiscal de Itaboraí. Este pavilhão de beneficiamento estava sediado na antiga fazenda CIAPAM, de 500 alqueires, localizada na atual área de instalação do COMPERJ.

Com base em tais ponderações, os valores e números disponibilizados são ilustrativos da atual dinâmica da produção rural municipal, sugerindo maior aprofundamento analítico no que diz respeito à expressão do estabelecimento agropecuário na economia local.

Para uma visão abrangente da atual realidade socioambiental de cada município, incorporamos os resultados referentes à vocação e visão de futuro, formulados através de diagnósticos participativos realizados por cada município, no âmbito do projeto Agenda 21 Petrobras, com o envolvimento dos diversos segmentos locais (governo, empresas, ONGs e comunidades)⁷.

⁶ Disponível no endereço eletrônico http://www.pesagro.rj.gov.br/downloads/sima/cesta_sima_dez09.pdf, acessado em 19/11/2010.

⁷ O detalhamento dos atores que participaram do processo e dos procedimentos adotados para a elaboração do diagnóstico encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <http://www.agenda21comperi.com.br/>.

Também cabe destacar o processo de definição dos objetivos, metas e indicadores, definidos em 2008 para a região do CONLESTE, em alinhamento às Metas do Milênio, no âmbito do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos UM-HABITAT, com a participação do CONLESTE, Petrobrás e Universidade Federal Fluminense.

O Programa busca estabelecer aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU, passíveis de atualização e revisão periódica, com série histórica disponível a partir de 1990 e metodologias consolidadas (UN-HABITAT, 2007). O projeto de observação internacional sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da região do COMPERJ abarca a constituição de um banco de dados georeferenciado com informações socioeconômicas e ambientais, o desenvolvimento de competências locais e regionais, acompanhamento dos indicadores, da evolução das cadeias produtivas locais, fluxo escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, mortalidade infantil, doenças de maior incidência e de violência, evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

Para o propósito deste diagnóstico, o acesso a distintas bases de dados permite não apenas mapear as diversas abordagens disponíveis, como dar visibilidade aos procedimentos adotados nos distintos levantamentos, de modo a permitir considerações sobre os dados atualmente disponíveis para dimensionar a dinâmica produtiva do setor rural.

Por meio de uma análise sintética dos ordenamentos institucionais municipais que norteiam as ações e políticas de desenvolvimento rural (Leis Orgânicas e Planos Diretores), foram esboçadas correspondências, algumas vezes precárias, entre preceitos normativos, estrutura administrativa e desdobramentos nas formas de organização do rural.

A sistematização desse conjunto de dados e informações foi complementada com o levantamento de informações secundárias, obtidas por meio de entrevistas, visitas a campo e registro de imagens (fotos digitais, disponibilizadas em base digitalizada, reunidas no Banco de Imagens, que corresponde ao produto 2 deste estudo).

As visitas a campo, realizadas entre julho e novembro de 2010, proporcionaram o reconhecimento dos atores e institucionalidades governamentais e não governamentais de cada município, tomando como referência as secretarias municipais de agricultura, os sindicatos de produtores rurais e escritórios locais da EMATER-Rio. Foram realizados contatos com alguns produtores rurais, através de visitas a propriedades e em eventos agropecuários. Devido ao curto período de tempo disponível para a realização das visitas em todos os municípios, não foi possível contatar diretamente todos os atores relevantes.

Para a composição desse conjunto de dados, em atendimento aos objetivos que orientam o presente estudo, foram gerados tres produtos complementares: o presente Diagnóstico Preliminar, Banco de Imagens e o Diagnóstico de Tendências.

No presente Diagnóstico, são apresentados aspectos gerais e preliminares que caracterizam a região, e que dizem respeito a potencialidades e vulnerabilidades da produção rural na microeconomia local e regional. Também são caracterizados os componentes associados a estratégias de conservação da

biodiversidade, gestão hídrica, e possíveis vulnerabilidades da produção rural, com detalhamento dos aspectos específicos de cada município.

No estudo seguinte, que compreende o *Diagnóstico de Tendências*, são traçados parâmetros auxiliares, com base na análise dos dados e informações reunidas neste *Diagnóstico Preliminar*. A partir dessa análise, são apresentadas considerações ponderadas quanto à magnitude, tendências e dinâmicas dos atuais sistemas de produção rural.

Tal abordagem busca auxiliar processos decisórios associados à elaboração e implementação de programas e políticas voltadas para a gestão e o desenvolvimento rural, tendo em vista o exame das potencialidades e vulnerabilidades da produção rural na microeconomia local.

Contudo, a elaboração deste **Perfil Rural/Agrícola** evidencia lacunas que sugerem aprofundamento complementar e revisões, sobretudo, no que tange à evolução e tendências no planejamento e gestão de políticas voltadas para o desenvolvimento rural da região.

A falta de uma base de dados integrada sobre o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro atesta o caráter preliminar e parcial do propósito de dar conta das diversas dimensões que definem o perfil rural do Estado. A insuficiência e, em alguns casos, a ausência de dados e informações atualizados e compartilhados para a construção de um cenário integrado e preciso, conferiu desafios significativos no curto prazo de execução deste estudo.

II. BREVE SÍNTESE DA DINÂMICA RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ocupando cerca de 0,5% do território nacional, com 43.696,054 km², o Estado do Rio de Janeiro é o segundo pólo industrial brasileiro. Cerca de 75% de seus 16 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2009, concentra-se na Região Metropolitana, que abarca 17 de seus 92 municípios.

Nos últimos anos, o PIB dos municípios fluminenses indica desconcentração espacial da atividade produtiva da Região Metropolitana, cujo PIB revela-se preponderante, porém declinante, com 70,5% em 2007 e 67,8% em 2008. Por outro lado, verifica-se aumento do PIB das regiões Norte Fluminense, Médio Paraíba e Baixadas Litorâneas (CEPERJ, 2010).

O Rio de Janeiro é também o estado que abriga o maior percentual de remanescentes da Mata Atlântica em seu território: cerca de 870.271 ha, ou quase 20% de sua cobertura original (SOSMA/INPE, 2008). Parte dessas florestas estão protegidas, no interior de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, enquanto outra grande parte encontra-se distribuída em pequenos fragmentos, localizados no interior de propriedades rurais.

Segundo dados dos Censos do IBGE, entre 1970 e 2000, a população rural do Estado apresentou redução de 47,63%, enquanto sua população urbana apresentou aumento de 278%. Entre 1995 e 2006, o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) verificou redução de 367.331 hectares, ou o equivalente a 15,2% da área dos estabelecimentos agropecuários. Segundo o Coordenador de Comunicação da EMATER-Rio, Jorge Lopes⁸, 94% das propriedades rurais do Estado do Rio de Janeiro têm menos de 100 hectares.

A participação da atividade agropecuária no PIB do Estado do Rio de Janeiro vem apresentando resultados decrescentes. Em 1995, seu percentual em relação ao PIB total foi de 0,81%, e em 2008, essa participação não ultrapassa 0,44⁹. Os maiores PIBs por atividade econômica, do setor agropecuário, em 2008, foram verificados nos municípios do Rio de Janeiro (3,9%), Campos dos Goytacazes (6,22%), São Francisco de Itabapoana (4,12%), Sumidouro (4,79%), Teresópolis (8,81) e Nova Friburgo (3,53%).

⁸ Em matéria intitulada 'Agronegócio: Agricultura familiar fazendo crescer o campo'. Revista *RIOECONOMIA*, Ano 1, nº2, set 2008, Instituto Magna (pg. 110).

⁹⁹ Percentual da participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico, segundo os resultados dos projetos Contas Regionais do Brasil e PIB Municipal, desenvolvidos pelo IBGE através da metodologia de Contabilidade Social, que compatibiliza os valores estaduais e municipais com os cálculos a nível nacional. Disponível no endereço eletrônico <http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>, acessado em 22/11/2010.

O setor agropecuário envolve mais de 400 mil pessoas, ocupando, aproximadamente, 20% do território. A maior intensidade da atividade agropecuária fluminense concentra-se na Região Agropecuária dos Rios Pomba, Muriaé e Itabapoana; na Região Serrana e na Região do Médio Paraíba¹⁰. Nessas regiões, destacam-se o cultivo de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes; de hortaliças, legumes e especiarias hortícolas, em Teresópolis e Petrópolis; de flores e plantas ornamentais em Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis; e de frutas cítricas em Rio Bonito.

Com base em informações anteriores, oriundas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), produzidos para o ano de 2001 pela Secretaria de Políticas de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e serviços associados a estas atividades registravam 21.605 empregos, ou 0,78% do total dos registros do Estado¹¹.

O Estado ocupa o 13º lugar no ranking da produção leiteira nacional, com taxa de crescimento inferior à média de crescimento da produção nacional, e atendendo a apenas 20% da demanda fluminense. Valença, Itaperuna, Campos dos Goytacazes e Barra Mansa são os principais municípios produtores (FAERJ/SEBRAE, 2010).

Diversos fatores associados explicam a pouca expressividade do setor agropecuário fluminense. Em maio de 2010, no 2º Congresso Rio Eco Rural, realizado em Nova Friburgo, pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, foram discutidos os obstáculos ao desenvolvimento do agronegócio fluminense. Os principais fatores identificados, e já analisados anteriormente por Giuliani & Castro (1996) e Costa & Clemente (2009), reportam aos seguintes aspectos:

- Crescente pressão do processo de urbanização das áreas periféricas metropolitanas, determinando grande pressão social sobre a propriedade fundiária;
- Limites e descontinuidade dos programas federais e estaduais de incentivo à agricultura;
- Restrições climáticas e de uso do solo;
- Falta de assistência técnica;
- Incertezas crônicas associadas ao processo de implantação de agroindústrias;
- Falta de estradas rurais de acesso às áreas de produção;
- Deficiência de comunicação, incluindo telefonia e internet no campo;

¹⁰ De acordo com o relatório *Produção Agrícola e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro – 1999/2004* (Gonçalves, 2006).

¹¹ Dados disponíveis no endereço eletrônico

<http://www.sebraerj.com.br/main.asp?TeamID=&ViewID=%7B5A3FD41C%2D34B5%2D4D2A%2D8C3C%2DB17595518FEE%7D¶ms=itemID=%7B8EE62194%2DAFB4%2D4F1F%2DB4C0%2DABA64BC66AC6%7D%3B&UIP artUID=%7BA9795F38%2DD393%2D45C1%2D8663%2D487474ABA870%7D&u=u>, acessado em 28/11/2010.

- Restrições de acesso ao ensino fundamental, técnico e médio, para jovens e adultos.

Segundo Giuliani & Castro (*op.cit.*), a decadência das culturas tradicionais foi acompanhada por um processo de diversificação da agricultura.

Para a Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ) são consideradas áreas estratégicas de planejamento a produção de eucalipto, a pesca, a pecuária leiteira, o café e a cana-de-açúcar.

As principais entidades governamentais e algumas organizações dos agricultores, assim como suas esferas de atuação específicas, encontram-se identificadas no quadro abaixo:

Quadro 1. Principais entidades e organizações atuantes no setor rural do Estado do Rio de Janeiro

Entidade/Organização	Objetivos e Área de Intervenção
EMATER RIO	empresa responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro, e tem como atribuições: Colaborar com os órgãos competentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, na formalização e execução de programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro; Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado do Rio de Janeiro; Pugnar pela preservação do meio ambiente, visando um equilíbrio ecológico entre homens, plantas e animais; Prestar, aos produtores rurais, serviços necessários à produção agropecuária; Elaborar e propor planos, programas e projetos relativos às obras públicas e de saneamento e acompanhar as ações referentes à sua execução.
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO – RIO)	desenvolve alternativas tecnológicas poupadoras de insumos para promover o aumento da produção e da produtividade, resguardando a necessidade de uma tecnologia adequada ao pequeno produtor para sua efetiva participação na economia estadual. As atividades são desenvolvidas em parcerias com outras instituições, nos laboratórios e áreas das Estações Experimentais de Seropédica, Paty do Alferes, Nova Friburgo, Itaocara e Campos. A Estação Experimental de Seropédica produz sementes básicas de olerícolas sob manejo orgânico, com certificação orgânica da Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO. A produção de sementes orgânicas de espécies olerícolas (tomate, alface, feijão-de-vagem, abóbora, rúcula, pimentão, ervilha e quiabo) busca beneficiar primeira e diretamente os agricultores familiares, horticultores e consumidores.

<p>Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ)</p>	<p>criada em 1951, integra o Sistema Sindical da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA-Brasil), e é a representação legal da Categoria Patronal Rural Fluminense. Em sua base estão os Sindicatos Rurais Patronais, formados por produtores rurais dos setores da agricultura, pecuária, pesca, extrativismo, florestal e da agroindústria ligada as atividades primárias.</p>
<p>Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)</p>	<p>O órgão tem por missão implementar a reforma agrária, a democratização do acesso à terra com a criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, regularização fundiária de terras públicas, de forma participativa segundo princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agro-ecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.</p>

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável, fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. São objetivos específicos do PRONAF promover o ajuste de políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; e estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Os principais programas dirigidos para o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento encontram-se sumariamente descritos no Quadro 2, abaixo:

<p>Quadro 2. Programas estruturantes do setor rural no Estado do Rio de Janeiro</p>
<p>Rio Genética: melhoramento genético dos rebanhos pecuários do Estado, democratizando o acesso à tecnologia genética e fazendo com que a qualidade e o resultado estejam ao alcance de todos. Entre os objetivos estão o aumento da produção;</p>
<p>Rio Rural: para alternativas sustentáveis de desenvolvimento a partir do planejamento e de intervenção em microbacias hidrográficas, para a recuperação da qualidade da água, conservação do solo, recomposição da cobertura vegetal, infra-estrutura e saneamento rural, entre outros, com recursos do BIRD – GEF, Governo do Estado, e a parceria de entidades ambientais;</p>
<p>Estradas da Produção: para recuperação e manutenção das estradas vicinais das regiões produtoras, facilitando o escoamento da produção e trânsito da população rural;</p>
<p>Sanidade Rio: Promoção, manutenção e recuperação da a saúde dos animais e vegetais produzidos no Estado ou que transitam no território fluminense, para assegurar a qualidade da produção e a segurança alimentar da população;</p>
<p>Crédito Fundiário: oportunidades para trabalhadores rurais, arrendatários, parceiros e meeiros, que não dispõem de recursos, para adquirir a própria terra para o desenvolvimento de atividades agrícolas;</p>
<p>Eletrificação Total: Proporcionar condições para que a oferta de energia no meio rural seja generalizada,</p>

com utilização de ICMS e financiamento da Eletrobrás.

Programa Mais Alimentos: programa federal, com recursos do PRONAF, com o objetivo de equipar e fortalecer a agricultura familiar brasileira. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como meta alcançar um excedente (o que quer dizer isso?) de produção de 18 milhões de toneladas por ano, através de uma linha de crédito de até R\$ 100 mil para beneficiar um milhão de produtores rurais até 2010, com um prazo de 10 anos para quitação, com 3 anos de carência, e juros de 2% ao ano.

Cabe ressaltar que, a partir de 2010, o Programa RIO RURAL BIRD investirá US\$79 milhões em ações sustentáveis em 270 microbacias hidrográficas de 59 municípios até 2015, sendo US\$39,5 milhões investidos pelo Estado do Rio de Janeiro e a outra metade financiada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

O Programa, já implementado nas Regiões Norte e Noroeste fluminense, promoverá adequação dos sistemas produtivos e do apoio a atividades que visam elevar a produtividade e a competitividade da agricultura familiar. O foco das intervenções é orientado para o desenvolvimento sustentável do setor rural, visando à diminuição das ameaças à biodiversidade e aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola, invertendo o processo de degradação das terras em ecossistemas críticos da Mata Atlântica.

III. PERSPECTIVA REGIONAL DA DINÂMICA RURAL DOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DO COMPERJ

III.1. Perfil Demográfico e Extensão Territorial

A divisão territorial oficial do Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo IBGE em 1997, define oito regiões (Costa Verde, Médio Paraíba, Metropolitana, Baixadas Litorâneas, Centro Sul-Fluminense, Serrana, Noroeste Fluminense e Norte Fluminense) que partilham de um conjunto similar de características territoriais, econômicas, sociais e ambientais.

Este é o modelo territorial adotado para a composição de cenários e adoção de estratégias e políticas de planejamento. Sob esta configuração regional, os municípios considerados neste Perfil Rural/Agrícola integram duas regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana e a Região das Baixadas Litorâneas.

A soma das áreas dos oito municípios equivale a 4.135 km², ou 9,46% do território fluminense. Com uma densidade demográfica que corresponde à metade da densidade da média do Estado do Rio de Janeiro, as populações desses municípios totalizam 718.763 habitantes, ou 4,66% da população fluminense, segundo estimativa do IBGE para 2009. A Tabela 1, abaixo, apresenta a população de cada município, conforme estimativa do IBGE para 2007, assim como área e densidade demográfica média de cada município e o percentual total em relação ao Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 1. Área, habitantes e densidade demográfica dos municípios sob influência direta do COMPERJ em relação ao Estado do Rio de Janeiro

Estado/Município	Área em KM ²	Habitantes	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Estado do Rio de Janeiro	43.696,054	15.420.375	352,90
Região Metropolitana			
Magé	386	244.334	632,98
Guapimirim	361	49.748	137,80
Itaboraí	424	228.996	540,08
Tanguá	147	30.531	207,69
Região da Baixada Litorânea			
Cachoeira de Macacu	956	57.300	59,93
Rio Bonito	462	55.051	119,15
Silva Jardim	938	22.230	23,69
Casimiro de Abreu	461	30.572	66,31
Total dos Municípios	4.135 9,46% do Estado	718.763 4,66% do Estado**	173,82 (média dos municípios)

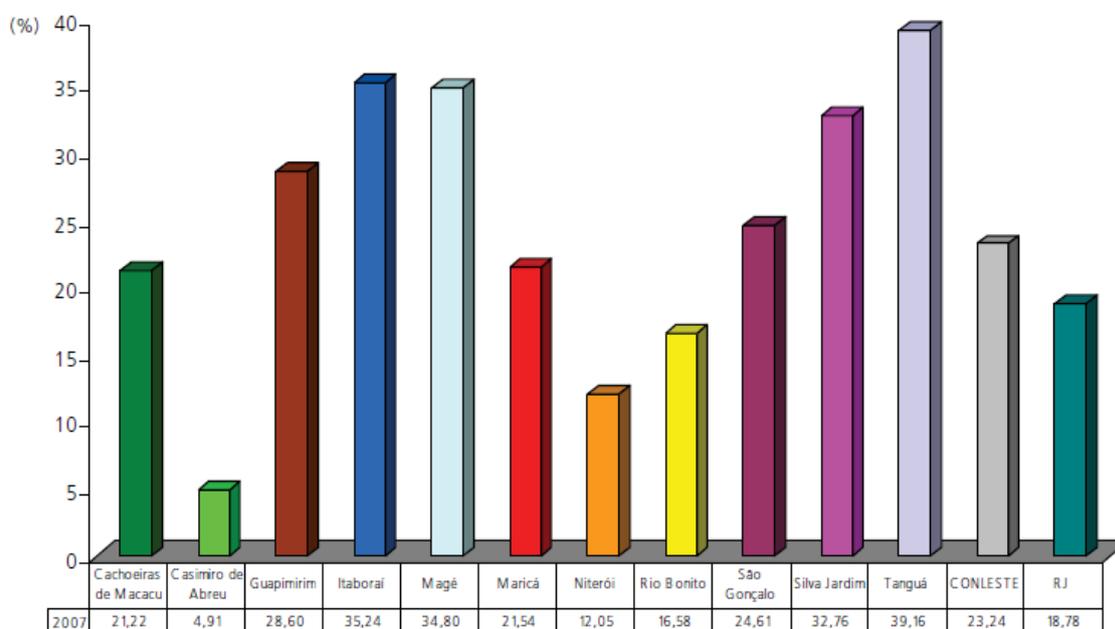
Os dados evidenciam maior densidade demográfica nos municípios da Região Metropolitana, sobretudo em Magé e Itaboraí. Os maiores municípios em território e com as menores densidades demográficas da região, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, estão localizados na Região das Baixadas Litorâneas.

III.2. Perfil Socioeconômico

Para estimar as condições de pobreza da região, o *Relatório de Acompanhamento 2007 dos Objetivos do Milênio* (UN-HABITAT, 2007) considerou a extrapolação da variável renda do Censo Demográfico IBGE de 2000 para 2007, com base na variação do PIB de cada um dos 11 municípios do CONLESTE.

Verificou-se, na região, maior porcentagem de pobreza (23,24%) do que no Estado do Rio de Janeiro como um todo, com 18,78% (UN-HABITAT, 2007). O critério utilizado foi definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que estabelece para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes valores, para o ano de 2000, para definir a linha da pobreza: R\$117,34 (região metropolitana), R\$99,56 (região urbana) e R\$89,61 (região não-urbana). Casimiro de Abreu apresentou nível de pobreza reduzidos em relação à média da região, enquanto Itaboraí, Magé, Silva Jardim, Guapimirim e Tanguá, apresentaram índices superiores à média, conforme exposto no Gráfico X.

Gráfico 1. Percentual da população abaixo da linha de pobreza nos municípios do CONLESTE (2007)

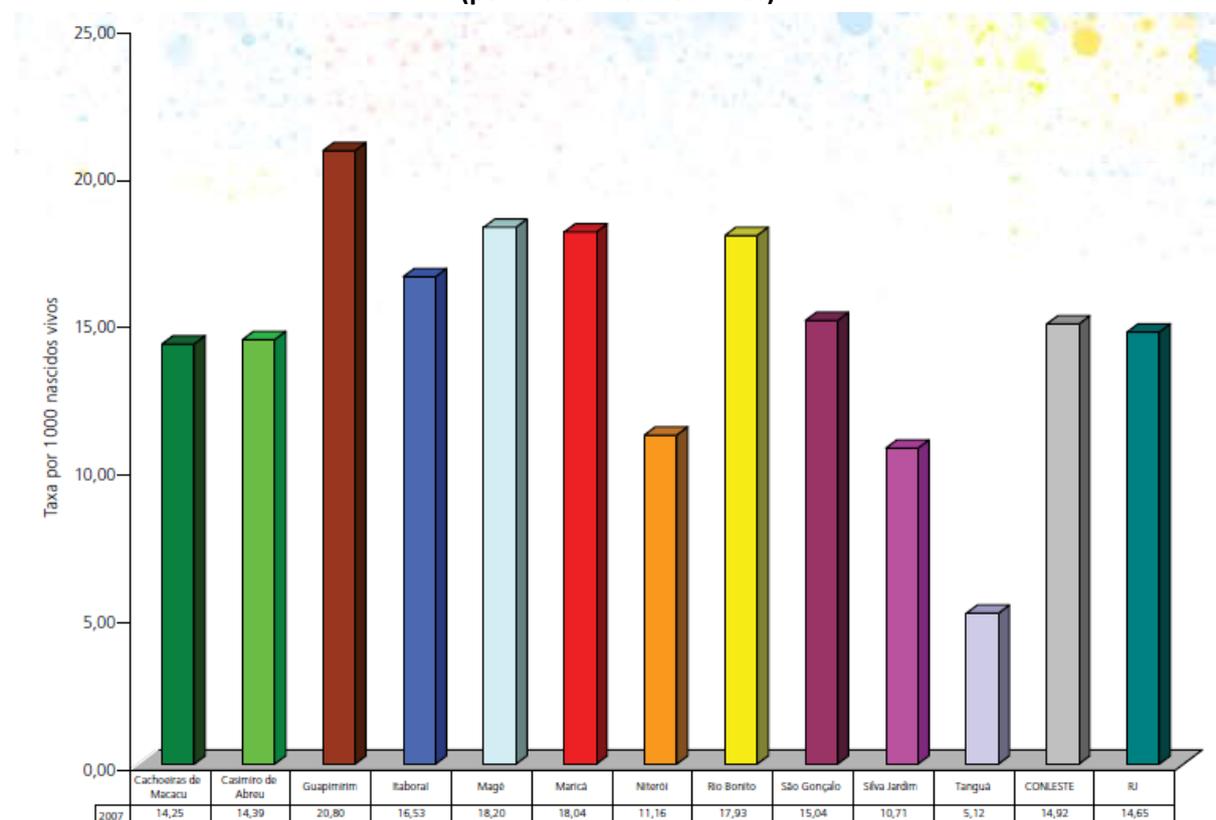


Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE).

Fonte: UN-HABITAT (2007:9)

Ainda com base no *Relatório de Acompanhamento 2007 dos Objetivos do Milênio* (UN-HABITAT, 2007), indicadores de mortalidade infantil revelam que os municípios de Guapimirim, Itaboraí, Magé e Rio Bonito apresentam taxas acima da média da região, que é de 14,92 por mil nascidos vivos. As menores taxas de mortalidade infantil foram encontradas nos municípios de Tanguá e Silva Jardim, conforme exposto no Gráfico X, a seguir. Esse indicador expressa condições de desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura ambiental associadas à desnutrição infantil e infecções associadas. Também reflete a qualidade dos recursos do setor de saúde determinantes nesse tipo de mortalidade.

**Gráfico 2. Taxa de mortalidade infantil dos municípios do CONLESTE em 2007
(por 1.000 nascidos vivos)**

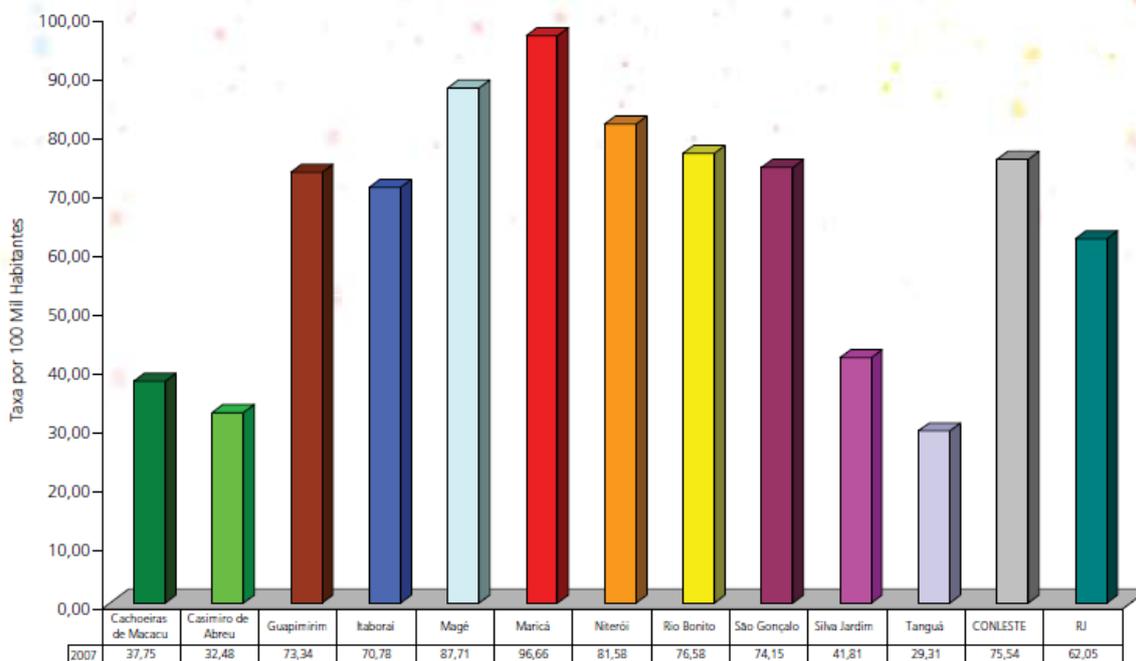


Fonte: SIMISINASC/DATASUS

Fonte: UN-HABITAT (2007:18)

O indicador referente à incidência de tuberculose, endemia diretamente associada a condições de desnutrição e pobreza revelou que os 13 municípios do CONLESTE apresentam taxa de incidência de 75,54 por 100 mil habitantes, superior à taxa do Estado do Rio de Janeiro, que era de 62,05 por 100 mil habitantes, em 2007. Magé e Rio Bonito encontravam-se acima do índice do Estado, com 87,71 e 76,58 por 100 mil habitantes, respectivamente. Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Tanguá apresentaram taxas inferiores à média do Estado, conforme exposto no Gráfico X, a seguir.

Gráfico 3. Taxa de incidência de tuberculose nos municípios do CONLESTE em 2007 (por 100 mil habitantes)



Fonte: SINAN/DATASUS

III. 3. População Rural e Urbana

O IBGE elabora projeções anuais baseadas em contagens da população e censos anteriores, através de recortes específicos, que não detalham, por exemplo, variações de populações rurais e urbanas, sobretudo no nível municipal. Essas estimativas são tomadas como base de cálculo para repasse de verbas do governo federal para os municípios, para subsidiar o Tribunal de Contas da União (TCU) no processo de fiscalização. Neste tipo de avaliação indireta são comparadas cifras censitárias entre si e indicadores que representam a dinâmica populacional calculados sobre a base dos próprios censos e/ou de outras fontes de dados (IBGE, 2008).

As populações rural e urbana do Estado do Rio de Janeiro e de cada um dos municípios focalizados neste estudo, segundo dados dos Censos do IBGE de 1970, 1980, 1991, 2000, encontram-se discriminadas na Tabela 2, abaixo. Entre 1970 e 2000, o Estado do Rio de Janeiro apresentou redução de 47,63% de sua população rural.

Tabela 2. População Urbana e Rural do Estado do Rio de Janeiro e Municípios nos Censos de 1970, 1980, 1991 e 2001

Estado/ Município	Total				Urbana				Rural			
	1970	1980	1991	2000(e mais recente?)	1970	1980	1991	2000	1970	1980*	1991*	2000
Rio de Janeiro	4.742.884	11.291.631	12.807.706	14.391.282	3.654.700	10.368.387	12.199.641	13.821.466	1.088.184	923.244	608.065	569.816
Cachoeiras de Macacu	33.793	35.871	40.208	48.543	10.402	19.099	32.036	41.117	23.391	16.772	8.172	7.426
Casimiro de Abreu	16.799	22.161	33.845	22.152	3.994	13.709	30.386	18.337	12.805	8.452	3.459	3.815
Guapimirim	-	-	-	37.952	-	-	-	25.593	-	-	-	12.359
Itaboraí	65.912	114.542	162.742	187.479	14.110	23.645	147.249	177.260	51.802	90.897	15.493	10.219
Magé	113.023	166.603	191.734	205.830	83.668	163.930	172.255	193.851	29.355	2.673	19.479	11.979
Rio Bonito	34.434	40.038	45.161	49.691	17.747	22.114	27.165	32.450	16.687	17.924	17.996	17.241
Silva Jardim	17.190	16.828	18.141	21.265	3.647	4.874	9.793	14.215	13.543	11.954	8.348	7.050
Tanguá	-	-	-	26.057	-	-	-	22.448	-	-	-	3.609

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

*Os números indicados pelos Censos de 1980 e 1991, para os municípios de Magé e Casimiro de Abreu, respectivamente, podem indicar possível erro de levantamento não detectado na tabela de origem.

Apesar do crescimento das populações residentes nesses municípios, houve significativa redução de suas populações rurais, com exceção do município de Rio Bonito, que manteve a estabilidade de sua população rural. Entre 1970 e 2000, Casimiro de Abreu e Itaboraí apresentaram redução de, respectivamente, 70,2% e 80,28% de suas populações rurais. Outras reduções significativas, se comparadas ao crescimento da população no mesmo período, também ocorreram em Cachoeiras de Macacu e Magé.

Os municípios de Guapimirim e Tanguá, criados em 1990 e 1997, respectivamente, participaram pela primeira vez do Censo do IBGE em 2000. A redução da população rural observada no Município de Itaboraí deve-se, dentre outros fatores, à criação do Município de Tanguá, a partir da emancipação do 5º Distrito de Itaboraí.

III.2. Outros Reordenamentos Regionais do Território Fluminense

O cenário de influência do COMPERJ considera que as influências do empreendimento, no que diz respeito aos impactos do seu potencial produtivo afetam, de forma específica, a Região de Influência Direta e a Região de Influência Indireta (FIRJAN, 2008). No **mapa X** abaixo, estão discriminados os municípios localizados na Região de Influência Direta (em amarelo) e os municípios localizados na Região de Influência Indireta (em azul). No presente diagnóstico, apenas os municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu não estão situados na Região de Influência Direta.

Mapa 1. Municípios da Região de Influência Direta e Região de Influência Ampliada do COMPERJ

Fonte: FIRJAN (2008: 15)

As contínuas alterações no ordenamento territorial fluminense apontam para uma concepção dinâmica de sua configuração regional. Aspectos socioambientais, econômicos e tendências de mudanças que caracterizam a dinâmica de ocupação do território traduzem condições dispersas, reestruturações e descontinuidades presentes no processo de desenvolvimento.

Tais mudanças, sobretudo nas regiões das Baixadas Litorâneas e Serrana, foram atribuídas à intensificação do processo de urbanização, à expansão das atividades de lazer e turismo sobre as atividades de lavouras, e a mudanças associadas a novas tecnologias e cultivos em processo de expansão (Gonçalves, 2006)¹².

¹² O relatório *Produção Agrícola e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro – 1999/2004* reúne informações sobre a estrutura, o desempenho do setor e sua inserção na economia do estado.

Mais recentemente, Saraça *et al* (2009) defendem que o processo de reordenamento espacial da economia fluminense sugere outra divisão regional, distinta do modelo oficial adotado pelo IBGE. Tal proposição reflete mudanças nas formas de ocupação do território e novas estruturas produtivas que redefinem as peculiaridades territoriais da economia fluminense, assim como estratégias regionais de conservação e de uso sustentável dos recursos.

Sob esta perspectiva, os municípios que integram este Perfil Rural/Agrícola comportam especificidades regionais de tres regiões: Petróleo e Gás Natural, Urbano-Industrial e Turística dos Lagos Fluminenses, cujas principais características são apresentadas na Tabela 3, a seguir¹³:

Tabela 3. Configuração regional alternativa dos municípios sob influência direta do COMPERJ, segundo Saraça *et al* (2009)

Configuração regional (Saraça <i>et al</i> , 2009)	Especificidades Regionais
Região de Petróleo e Gás Natural	municípios afetados pelas atividades petrolíferas da Bacia de Campos, com visível crescimento demográfico e urbanização desordenada. Nos municípios mais elevados, como Casimiro de Abreu, encontram-se os maiores fragmentos florestais. São imprescindíveis medidas de minimização dos impactos das pressões antrópicas sobre os municípios de base agrícola.
Região Urbano-Industrial	nesses municípios está a maior concentração populacional do Estado, embora sejam encontrados espaços rurais significativos ao norte e leste da Baía de Guanabara (Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito), assim como fragmentos florestais de maior extensão na Serra do Mar e Maciços Costeiros. Nessas áreas há decisiva correlação entre a conservação da cobertura florestal e proteção dos mananciais hídricos que abastecem as áreas urbanas. Nas áreas de baixada, manguezais e campos inundáveis, são frequentes os impactos de eventos de derramamento de óleo na Baía de Guanabara, que podem assumir proporções mais críticas com a expansão do setor petroquímico na região.
Região Turística dos Lagos Fluminenses	nessa região, as planícies aluviais passaram por obras de drenagem para assegurar a produção agrícola, sobretudo na Bacia do São João. A lagoa de Juturnaíba, no município de Silva Jardim, atende ao abastecimento de água da população da região. Apesar de sua vocação agrícola, Silva Jardim tende a se incorporar à Região Urbano-Industrial, por sua localização estratégica na BR-101, a meio caminho da Bacia de Campos e da nova área de processamento petroquímico, em Itaboraí.

¹³ Segundo Saraça *et al* (2009), tais regiões abrangem os seguintes municípios: **Região de Petróleo e Gás Natural** (Caperebus, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itapaboana e São João da Barra); **Região Urbano-Industrial** (Belford Roxo, Duque de Caxias, Cachoeiras de Macacu, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Rio Bonito, Tanguá, Itaguaí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Seropédica); e **Região Turística dos Lagos Fluminenses** (Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e Saquarema).

As duas configurações regionais para os municípios focalizados neste diagnóstico encontram-se discriminadas na Tabela 4, abaixo:

Tabela 4. Localização dos municípios focalizados neste diagnóstico segundo as divisões regionais oficial e alternativa para o Estado do Rio de Janeiro

Divisão Regional Alternativa Saraça et al (2009)	Divisão Regional Oficial (IBGE, 1997)
1.Região de Petróleo e Gás Natural Casimiro de Abreu	1.Região Metropolitana Itaboraí, Tanguá, Guapimirim e Magé
2. Região Urbano-Industrial Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Rio Bonito, Tanguá	2.Região das Baixadas Litorâneas Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito e Silva Jardim
3. Região Turística dos Lagos Fluminenses Silva Jardim	

Esses modelos de regionalização não esgotam outras possíveis configurações estruturadas a partir de indicadores adotados para o planejamento turístico, gestão dos recursos hídricos, gestão e conservação da biodiversidade.

III.2.1. Regiões Turísticas

Segundo o Mapa das Regiões Turísticas (PRODETUR, 2006), 03 regiões turísticas abrangem os municípios considerados neste estudo: Costa do Sol, Caminhos da Mata e Serra Verde Imperial, conforme indicado na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5. Localização dos municípios diretamente influenciados pelo COMPERJ em relação às Regiões Turísticas do Estado do Rio de Janeiro (Mapa das Regiões Turísticas, 2006)

Região Turística	Municípios
Costa do Sol	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu , Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Caminhos da Mata	Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá
Serra Verde Imperial	Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis*

* Em 2009, a formação original da região Serra Verde Imperial foi reduzida, tendo sido excluído o município de Magé, dentre outros.

O Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (PDITS, 2010), coordenado pela Fundação Getúlio Vargas com objetivo de desenvolver e integrar os pólos turísticos fluminenses no cenário turístico nacional, configura o planejamento do turismo a partir de 12 regiões turísticas prioritárias ou estratégicas.

Segundo critérios adotados pelo PDITS (*op.cit.*), considerados fatores de atratividade, característica da oferta turística, estágio do ciclo de vida do destino e posicionamento geográfico, foram considerados tres grupos estratégicos de municípios, em ordem de prioridade (A, B e C), visando ao desenvolvimento integrado dos pólos turísticos Litoral e Serra.

O município de Casimiro de Abreu é um dos municípios estratégicos do grupo B (Pólo Litoral), e os municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim foram considerados estratégicos no grupo C (Polo Serra).

III.2.2. Regiões Hidrográficas

O Estado do Rio de Janeiro comporta 10 regiões hidrográficas para a execução das políticas de gestão descentralizada, através dos comitês de bacia, que têm poder consultivo, normativo e deliberativo.

A configuração regional que baliza a Política Estadual de Recursos Hídricos contempla mecanismos de planejamento, por meio dos planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água segundo seus usos preponderantes; mecanismos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos e penalidades; e mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Conforme exposto na Tabela 6, os municípios ora estudados situam-se nas seguintes regiões hidrográficas:

Tabela 6. Localização dos municípios sob influência direta do COMPERJ, segundo Região Hidrográfica

Região Hidrográfica	Municípios
Baía de Guanabara	Itaboraí, Tanguá, Guapimirim e Magé; e parcialmente, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.
Lagos de São João	Silva Jardim; e parcialmente, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Casimiro de Abreu
Macaé e das Ostras	Parcialmente, Casimiro de Abreu

O Estudo da Coordenadoria de Usos e Potencialidades Agrícolas da região hidrográfica dos rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu, realizado no âmbito do *Projeto Macacu*, (UFF)¹⁴, apresenta cálculo da estimativa de demanda hídrica para a produção agrícola e pecuária dos municípios de Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá.

¹⁴ Disponível no endereço eletrônico

III.3. Gestão Ambiental e Dinâmica Rural

Parâmetros estabelecidos através de políticas ambientais balizam estratégias de sustentabilidade para a gestão territorial. Correlações entre atividades rurais e efeitos sobre a biodiversidade podem ser mapeadas a partir das bases institucionais que definem princípios e diretrizes para as formas de uso e cobertura das terras nas bacias hidrográficas desses municípios.

A Lei 9.995/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece parâmetros de conservação e uso sustentável dos recursos naturais protegidos, a partir das Reservas de Biosfera, Mosaicos, e unidades de conservação das categorias de proteção integral e uso sustentável. Cada área protegida impõe implicações específicas sobre as atividades econômicas realizadas nas áreas de entorno (zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral) e planos de manejo de unidades de conservação, que contribuem para uma avaliação detalhada das condições socioambientais, em termos de ocupação do solo, sistemas hidrológicos, crescimento demográfico e levantamento biótico.

III.3.1. Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais implantadas na região

A maioria dos municípios focalizados neste estudo encontra-se localizada nos espaços territoriais da APA de Guapimirim, APA da Bacia do Macacu e APA do Rio São João Mico-Leão-Dourado, implicando estratégias específicas de manejo e gestão sustentável da área rural, a serem tomadas como parâmetro auxiliar para o presente Diagnóstico. São objetivos básicos das Áreas de Proteção Ambiental (APA) proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação, assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.

Nesse sentido, os planos de manejo dessas unidades de conservação definem bases de planejamento estratégico para nortear decisões sobre formas de uso do solo e gestão territorial.

O Zoneamento Agroecológico¹⁵ da bacia hidrográfica Guapi-Macacu, elaborado pelo Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio Macacu (IBIO, 2009), indica a ocorrência e distribuição de áreas passíveis de exploração agrícola sustentável, bem como aquelas com necessidades especiais de recuperação e preservação (Tabela 9, abaixo).

Além disso, esses municípios abrigam diversas outras categorias de unidades de conservação, conforme exposto abaixo, e parte significativa da região integra a *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*¹⁶, a maior reserva da Rede Mundial do Programa Sobre o Homem e a Biosfera da UNESCO, criada em 1991.

¹⁵ A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, 1997), define o Zoneamento Agroecológico como zonas homogêneas com base na combinação das características dos solos, da paisagem e do clima, em parâmetros climáticos e edáficos das culturas e no sistema de manejo adotado. Zoneamentos agroecológicos promovem a organização sistêmica dos conhecimentos adquiridos sobre recursos naturais e sócio-econômicos, e o estabelecimento das vocações agroecológicas dos geoambientes (Silva et al., 1993).

¹⁶ O Conselho Estadual da RBMA-RJ (Decreto nº42.151), reativado em 2009, é constituído, de forma paritária, por representações do poder público e da sociedade civil organizada, e tem por missão orientar o poder público no estabelecimento de políticas, normas e procedimentos para a proteção e conservação da biodiversidade, promover a

Sua área total corresponde a 42% do território do estado, com cerca de 18.476 km², que abrange quase 2/3 dos municípios fluminenses, conforme verifica-se no Mapa 2, abaixo. O zoneamento da RBMA define:

Quadro 3. Zoneamento da Reserva de Biosfera

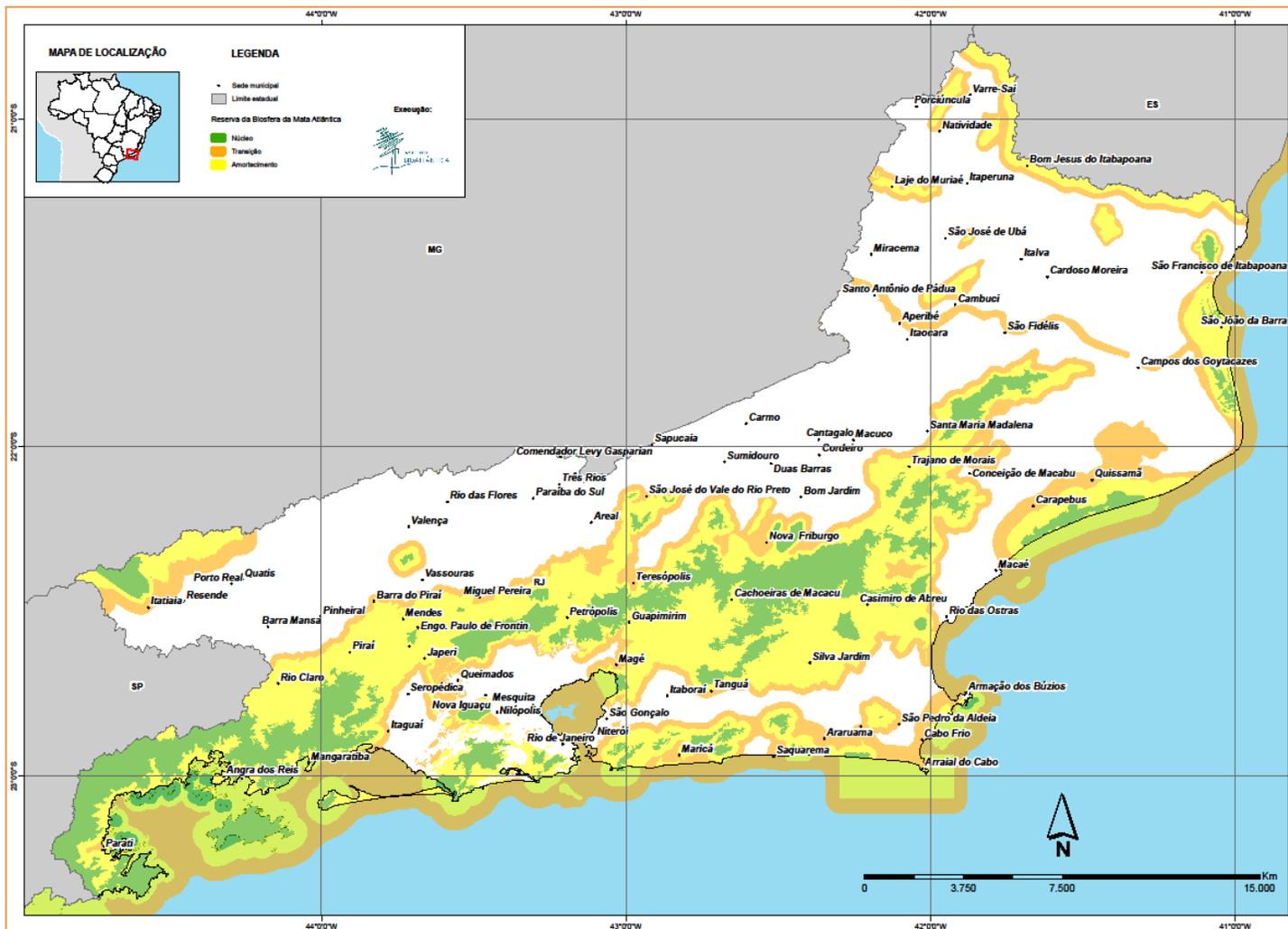
	Zonas Núcleo	com função de proteção da biodiversidade, formada, basicamente, por unidades de conservação de proteção integral
	Zonas de Amortecimento e Conectividade	situadas no entorno das zonas núcleo, para minimizar impactos negativos sobre as zonas núcleo e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais; e , destinadas às ações de monitoramento e educação para a integração da Reserva da Biosfera com seu entorno (áreas urbanas, industriais e agrícolas).
	Zona de Transição e Cooperação	Sob essa configuração, a RBMA abrange as condições de complexidade ambiental, social, cultural e econômica, em uma visão de conjunto que enfatiza a flexibilidade e a participação social

A região abriga um total de 58 unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, federais, estaduais e municipais, conforme listado na Tabela 7. Importante destacar que as unidades de conservação exercem influência em suas áreas de entorno e zonas de amortecimento, de modo a integrar e compatibilizar sustentabilidade socioeconômica com a gestão da conservação da biodiversidade.

Os municípios de Guapimirim, Magé, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim encontram-se no domínio territorial do *Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense* (Portaria MMA N°350, de 11 de dezembro de 2006), que ocupa área total de cerca de 233.710 ha, distribuída em 13 municípios, sendo formado por 22 unidades de conservação e suas zonas de amortecimento.

difusão dos conhecimentos científicos e tradicionais associados ao seu uso sustentável e conservação, fomentar sua gestão participativa, atuar na cooperação internacional para projetos e programas de conservação no estado, articular setores governamentais e não governamentais.

Mapa 2. Reserva de Biosfera da Mata Atlântica no Rio de Janeiro



Mosaicos definem modelo de gestão integrada de um conjunto de unidades de conservação, com o objetivo de compatibilizar, integrar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, assim como no planejamento e fiscalização nas áreas de fronteira e na região do mosaico (Lino & Albuquerque, 2007).

A região abriga um total de 24 RPPNs federais e estaduais. Destas propriedades, 7 desenvolvem atividades agropecuárias e 11 desenvolvem outras alternativas de produção sustentáveis (apicultura, orgânicos, artesanato sustentável, entre outros). Apenas 04 RPPNs foram criadas em grandes propriedades rurais, com mais de 400 hectares¹⁸. Silva Jardim é o município fluminense com maior número de RPPNs, com um total de 22.

Tabela 7. Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais implantadas nos 8 Municípios*

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Município	Área da UC no município (ha)
ESTACAO ECOLOGICA DO PARAISO	Cachoeiras de Macacu	3.729
PARQUE ESTADUAL DOS TRES PICOS	Cachoeiras de Macacu	22.500
APA DO MACACU	Cachoeiras de Macacu	10.226
APA DO SÃO JOAO MICO-LEAO-DOURADO	Cachoeiras de Macacu	6.183
RESERVA BIOLOGICA DE POÇO DAS ANTAS	Casimiro de Abreu	25
RESERVA BIOLOGICA UNIAO	Casimiro de Abreu	1.415
APA DO SÃO JOAO MICO-LEÃO- DOURADO	Casimiro de Abreu	32.538
APA MACAE DE CIMA	Casimiro de Abreu	1.412
RPPN Fazenda da Tiês	Casimiro de Abreu	31
RPPN Fazenda Tres Marias	Casimiro de Abreu	509 ha
RPPN Fazenda Bom Retiro	Casimiro de Abreu	472
RPPN Fazenda Córrego da Luz	Casimiro de Abreu	20
RPPN Matumbo	Casimiro de Abreu	60
ESEC GUANABARA	Guapimirim	977
ESEC PARAISO	Guapimirim	1.214
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Guapimirim	2.734
Parque Estadual dos Três Picos	Guapimirim	1.897

¹⁸ Segundo dados disponibilizados pela Associação do Patrimônio Natural, organização não governamental formada por proprietários de RPPNS do Estado do Rio de Janeiro.

APA GUAPIMIRIM	Guapimirim	3.366
APA PETROPOLIS	Guapimirim	3.076
APA MACACU	Guapimirim	3.003
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA	Itaboraí	744
APA GUAPIMIRIM	Itaboraí	1.016
APA DO RIO MACACU	Itaboraí	771
PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ORGAOS	Magé	1.847
APA GUAPÍMIRIM	Magé	892
APA PETROPOLIS	Magé	10.148
APA MACACU	Magé	25
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Véu das Noivas	Magé	3.760
APA Municipal Estrela	Magé	4.372
APA Municipal Suruí	Magé	14.100
RPPN El Nagual	Magé	17
RPPN Reserva Querencia	Magé	6
RPPN Campo Escola Geraldo Hugo Nunes	Magé	21
APA DO RIO SAO JOAO MICO LEAO DOURADO	Rio Bonito	9.900
Parque Natural Municipal Verde Vale	Rio Bonito	13
Parque Natural Municipal Morada dos Correias	Rio Bonito	6
Parque Embratel 21	Rio Bonito	3
Parque Natural Municipal da Caixa D'água	Rio Bonito	1
RESERVA BIOLÓGICA DE POÇO DAS ANTAS	Silva Jardim	5.021
PARQUE ESTADUAL DOS TRES PICOS	Silva Jardim	3.403
APA DO RIO SÃO JOAO MICO LEAO DOURADO	Silva Jardim	82.077
RPPN Fazenda Arco Íris	Silva Jardim	46
RPPN Floresta Alta	Silva Jardim	524
RPPN Gaviões	Silva Jardim	117
RPPN Granja Redenção	Silva Jardim	34
RPPN Reserva Serra Grande	Silva Jardim	250
RPPN Reserva União	Silva Jardim	343
RPPN Sítio Cachoeira Grande	Silva Jardim	14
RPPN Águas Vertentes	Silva Jardim	12
RPPN Cachoeirinha	Silva Jardim	24
RPPN Lençóis	Silva Jardim	18
RPPN Cisne Branco	Silva Jardim	5
RPPN Quero-Quero	Silva Jardim	16
RPPN Rabicho da Serra	Silva Jardim	62
RPPN Taquaral	Silva Jardim	17
RPPN Boa Esperança	Silva Jardim	39
RPPN Santa Fé	Silva Jardim	32
Parque Municipal Natural da Serra do Barbosão	Tanguá	878

*Dados da Subsecretaria de Política e Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro

III.3.2. A Região na Distribuição do ICMS Ecológico 2010

Visões de futuro acerca dos impactos e fragilidades associados aos efeitos do COMPERJ reportam às condições de infraestrutura socioambiental dos municípios focalizados neste estudo. Suas performances no rateio do ICMS Ecológico¹⁹, principal instrumento de incentivo fiscal ao desenvolvimento sustentável municipal, são definidas através do Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA), calculado a partir de seis sub-índices temáticos, com os seguintes pesos:

- Tratamento de Esgoto: 20%
- Destinação de Lixo: 20%
- Remediação de Vazadouros: 5%
- Mananciais de Abastecimento: 10%
- Áreas Protegidas - todas as Unidades de Conservação – UC: 36%
- Áreas Protegidas Municipais - apenas as UCs Municipais: 9%

A inclusão de dados ambientais entre os critérios de distribuição do ICMS é proporcionalmente redimensionada com base nos índices percentuais de população, de área e de receita própria dos municípios. Dependendo do tipo de política que adotar em prol do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto, composto da seguinte forma: 45% para unidades de conservação; 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias unidades de conservação têm acesso a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas.

Segundo os dados da Subsecretaria de Política e Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, referentes aos componentes requeridos para o pleno acesso do município aos recursos do ICMS Ecológico²⁰, todos os municípios contam com órgão executor da política ambiental e conselho municipal de meio ambiente. Apenas o município de Guapimirim não conta com Fundo Municipal de Meio Ambiente, e apenas o município de Casimiro de Abreu dispõe de guarda municipal.

¹⁹ No Brasil, o instrumento vem sendo implementado pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Acre, Amazonas, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em 1995, o ICMS Ecológico foi considerado pela IUCN como uma das sete experiências exitosas para a conservação da biodiversidade, na América Latina e no Caribe. Em 1996, a Fundação Getúlio Vargas incluiu o instrumento entre as cem experiências mais importantes em administração pública no Brasil. Também foi considerado pelo Ministério do Meio Ambiente como uma das cem experiências exitosas em gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável, durante a Rio+5. Neste mesmo ano, em 1997, recebeu o prêmio Henry Ford de Conservação Ambiental, na Categoria “Negócios em Conservação”, organizado pela Conservação Internacional do Brasil – CI, com apoio da Ford do Brasil Ltda.

²⁰ No Estado do Rio de Janeiro, a Lei do ICMS Ecológico (Nº 5.100/2007), regulamentada pelo Decreto Nº41.844/2009, define como componentes requeridos dos municípios a implementação do Sistema Municipal de Meio Ambiente, no que diz respeito à existência de órgão gestor da política ambiental; conselho municipal de meio ambiente; fundo municipal de meio ambiente e guarda municipal.

Em 2010, o montante do repasse de ICMS Ecológico aos municípios fluminenses foi estimado em R\$ 73 milhões. A Tabela 8 apresenta a distribuição desses recursos na região, especificando a destinação de recursos para cada um dos critérios de gestão ambiental, referentes ao ano de 2010.

Cabe ressaltar que Cachoeiras de Macacu é o primeiro colocado e Silva Jardim ocupa a quarta posição no ranking dos municípios fluminenses beneficiados pelo mecanismo. Observa-se, entretanto, que a maioria desses municípios não apresenta critérios de pontuação em índices temáticos decisivos para seu desenvolvimento sustentável, tais como tratamento de esgoto e remediação de vazadouros.

Tabela 8. Performance dos municípios sob influência direta do COMPERJ nos critérios de distribuição do ICMS-Ecológico – 2010 (R\$ 1,00)

Município	Valor do Repasse	Mananciais de abastecimento	Tratamento de esgoto	Destinação de lixo	Remediação de vazadouros	Unidades de Conservação	Ucs municipais
Cachoeiras de Macacu	3.140.122	1.351.187	-	-	-	1.788.935	-
Casimiro de Abreu	1.694.089	283.884	-	491.006	-	919.200	-
Guapimirim	1.899.057	450.199	-	-	-	1.448.858	-
Itaboraí	493.949	72.247	49.023	147.302	107.588	117.789	-
Magé	1.506.177	2.907	-	-	-	881.403	621.867
Rio Bonito	617.568	229.721	-	98.201	107.588	178.443	3.615
Silva Jardim	2.927.546	803.679	646.453	-	-	1.477.414	-
Tanguá	497.053	-	62.618	98.201	-	101.540	230.152

Dados da Subsecretaria de Política e Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro

III.3.3. Gestão ambiental: principais ações regionais governamentais e não governamentais

Fundo de Boas Práticas Socioambientais em Microbacias (FUNBOAS): instituído pelo Comitê de Bacia Lagos-São João, foi eleito o melhor projeto no Prêmio de Boas Práticas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense (CONLESTE), promovido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Centro de Informações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o CONLESTE.

O projeto piloto do FUNBOAS, em Silva Jardim, selecionou seis pequenos agricultores localizados na microbacia do rio Cambucais – contribuinte da Barragem de Juturnaíba – para ter acesso ao Fundo, com cotas de cinco mil reais, a título de incentivo por serviços ambientais, em razão de suas práticas de conservação ambiental, tais como a produção agroflorestal, saneamento, plantio de mata ciliar etc. Os progressos alavancados pelo fundo serão objeto de monitoramento e avaliação.

Os pequenos produtores dessas áreas que se candidatam a acessar o FUNBOAS são avaliados, e quando alcançam 50% de boas práticas sócio-ambientais podem dispor dos recursos para melhorar o manejo da paisagem. Aos classificados acima de 70% é facultada a utilização de parte dos recursos para melhoria da geração de renda e da qualidade de vida.

Os recursos repassados pelo FUNBOAS são a fundo perdido e os produtores podem acessá-lo a cada dois anos, desde que tenham melhorado sua avaliação do nível de boas práticas socioambientais. O FUNBOAS está alinhado com o Programa Estadual de Microbacias, adotando seus critérios de seleção das áreas prioritárias. O fundo é formado com um percentual do pagamento pelo uso da água da bacia, mas ele é aberto e pode receber contribuição de ONGs, empresas e outros parceiros.

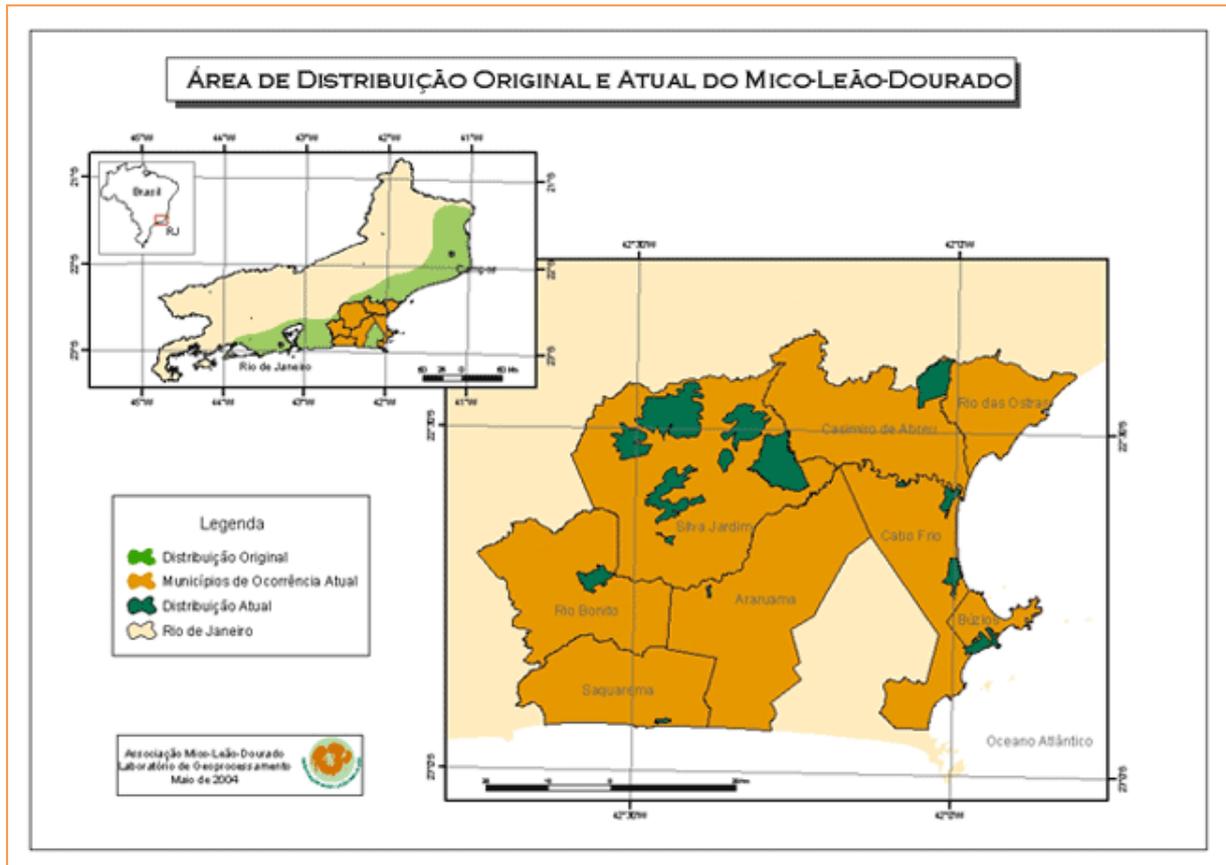
Recuperação da População de Micos-Leões-Dourados: desde o início da década de 90, a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), ONG com sede em Casimiro de Abreu, desenvolve programas de recuperação da população de micos-leões-dourados na Bacia do Rio São João.

O objetivo consiste em alcançar a meta de repovoamento mínimo de 2.000 espécimes, até 2025, nas unidades de conservação dos municípios de Casimiro de Abreu e Silva Jardim (Reserva Biológica União, Reserva Biológica de Poço das Antas e Área de Proteção Ambiental da Bacia do São João/Mico-Leão-Dourado), e através da criação de corredores de conexão entre os fragmentos florestais existentes em propriedades rurais (Oliveira *et al*, 2008).

Em cinco regiões prioritárias – distritos de Imbaú, Bananeiras e Aldeia Velha, em Silva Jardim, e localidades de Matumbo e Morro de São João, em Casimiro de Abreu -, a participação ativa dos proprietários rurais vem sendo conduzida por uma linha de incentivo à criação de RPPNs, implantação de corredores florestais, averbação de reservas legais, recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) e desenvolvimento do ecoturismo (ver Quadro 3).

Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro - RIO RURAL BIRD: a partir de 2010, o RIO RURAL BIRD promoverá adequação dos sistemas produtivos e do apoio a atividades que visam elevar a produtividade e a competitividade da agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável do setor rural com diminuição das ameaças à biodiversidade, aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola e inversão do processo de degradação das terras em ecossistemas críticos da Mata Atlântica. Participarão do RIO RURAL BIRD os municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Silva Jardim, Tanguá, Itaboraí e Magé, que já têm definidas suas micro-bacias pilotos.

Quadro 4. Distribuição do Mico-Leão-Dourado nos Municípios de Rio Bonito, Silva Jardim e Casimiro de Abreu



Fonte: Associação Mico-Leão-Dourado. Disponível no endereço eletrônico http://www.micoleao.org.br/visualiza.php?figura=/imagens/diversas/mapa_distribuicao.gif&altura=570&largura=730&descricao, acessado em 10/10/2010.

III. 4. Produção Agropecuária Regional

O mapeamento da produção agropecuária regional considerou distintas fontes de dados, de modo a mapear os levantamentos disponíveis e procedimentos adotados por cada fonte, de modo a assegurar maior visibilidade na análise sobre a dinâmica produtiva do setor rural. Alguns resultados apresentados expõem discrepâncias que refletem as distintas variáveis implicadas no levantamento quantitativo da produção rural.

O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) e a pesquisa Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2008) constituem referência quanto à produtividade do setor agropecuário de cada município, em termos de ocupação territorial e produtividade dos estabelecimentos agropecuários.

Para complementar e atualizar os cenários do IBGE, foram considerados os dados constantes nas tabelas de Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA, referentes ao período 2005-

2009, disponibilizadas pela EMATER-Rio. O ASPA consiste em levantamento da produção comercial da propriedade rural de cada município. O levantamento dos dados era elaborado bimensalmente, com a participação de técnicos do IBGE e Banco do Brasil, para subsidiar previsões de safra e consolidação das colheitas em cada município. Atualmente, os levantamentos são realizados mensalmente, exclusivamente a partir dos levantamentos realizados nos escritórios locais da EMATER-Rio.

Também foram tomados como referência os dados gerados para análise mensal do mercado atacadista de produtos hortigranjeiros do Sistema de Informação de Mercado Agrícola (SIMA), da PESAGRO-RIO²¹, para a Cesta do Mercado Atacadista do Rio de Janeiro. Trata-se de avaliação sobre a variação mensal dos produtos, especificando a contribuição dos principais municípios produtores, a partir da cesta de mercado dos produtos mais comercializados na CEASA. A título ilustrativo, foram considerados dados da comercialização no mês de dezembro de 2009.

Para obter cenários de produção anual de cada município, foram levantados os dados relativos à quantidade de produtos, por quilograma, comercializada em todas as unidades da CEASA, no período de 2005 a 2009. Contudo, os dados obtidos a partir dos relatórios de análise mensal do SIMA e a quantidade de produtos produzida por município, através do banco de dados da CEASA, devem ser considerados com cautela, como referência da produção agrícola municipal.

Os valores obtidos a partir do relatório mensal do SIMA, referente ao mês de dezembro de 2009, refletem influências de inúmeras variáveis associadas à periodicidade da safra de cada produto, podendo determinar variações de preço significativas, mês a mês.

Com base em tais ponderações, os valores e números disponibilizados são ilustrativos da atual dinâmica da produção rural municipal, sugerindo maior aprofundamento analítico no que diz respeito à dinâmica do estabelecimento agropecuário na economia local.

III.4.1. Área e Distribuição dos Estabelecimentos Agropecuários

A Tabela 10 apresenta dados referentes às áreas dos municípios e número correspondente aos estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário de 2006.

O município com maior número de estabelecimentos agropecuários é Cachoeiras de Macacu, seguido de Rio Bonito.

Os municípios de Casimiro de Abreu e Guapimirim apresentam as menores concentrações de estabelecimentos agropecuários da região.

No total, os oito municípios registram 6,81% dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

²¹ Disponível no endereço eletrônico http://www.pesagro.rj.gov.br/downloads/sima/cesta_sima_dez09.pdf, acessado em 19/11/2010.

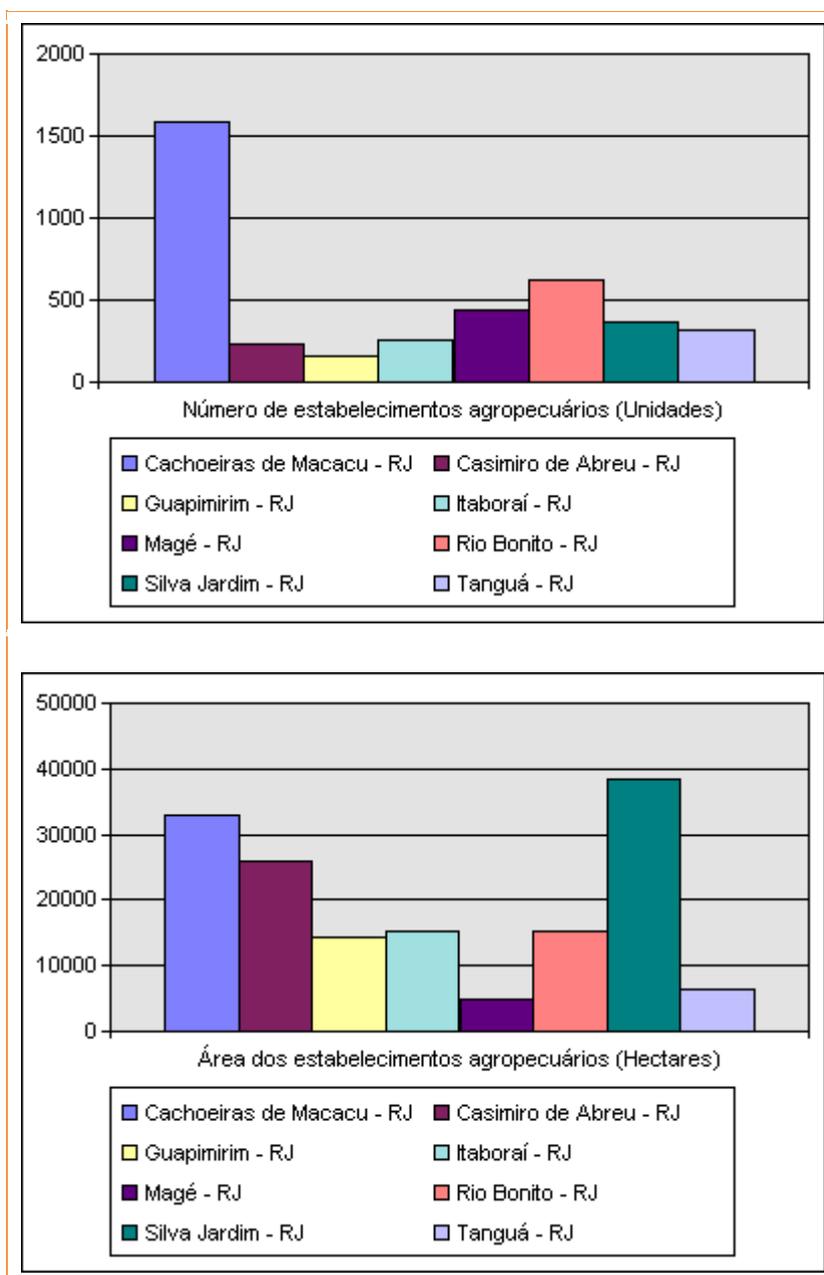
Tabela 10. Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários no Estado do Rio de Janeiro e nos municípios (Censo Agropecuário 2006)

Município/Estado	Área (hectares)	Área dos Estabelecimentos Agropecuários (hectares)	Numero de Estabelecimentos Agropecuários (unidade)
Estado do Rio de Janeiro	4.369.605,40	2.048.973	58.482
Região Metropolitana			
Magé	38.600	4.934	442
Guapimirim	36.100	14.396	160
Itaboraí	42.400	15.274	250
Tanguá	14.700	6.406	319
Região da Baixada Litorânea			
Cachoeira de Macacu	95.600	32.914	1.583
Rio Bonito	46.200	15.233	626
Silva Jardim	93.800	38.486	370
Casimiro de Abreu	46.100	25.966	234
Total dos Municípios	4.135.00 9,46% do Estado	153.609 7,49% do Estado	3.984 6,81% do Estado

Com base nos dados apresentados na Tabela anterior, o Gráfico 1 apresenta o número de estabelecimento agropecuários dos municípios, seguido da área ocupada em hectares. Nota-se que, apesar do reduzido número de estabelecimentos agropecuários, Silva Jardim apresenta a maior área em hectares ocupada, indicando maior concentração fundiária.

A Tabela 11 apresenta a variação das áreas municipais ocupadas por estabelecimentos agropecuários em 1995 e 2006, segundo os Censos Agropecuários do IBGE. Neste período, a área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro foi reduzida em cerca de 15%. Nos municípios, as maiores reduções são verificadas nos municípios de Rio Bonito (47,5%) e Casimiro de Abreu (34%). Guapimirim foi o único município a apresentar aumento de cerca de 12,6% na área de estabelecimentos agropecuários.

Gráfico 4. Número e área em hectares dos estabelecimentos agropecuários por município



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

Tabela 11. Variação das áreas dos estabelecimentos agropecuários no período 1995-2006 (deve ter variaçãoem % não?)

Unidade da Federação e Município	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha) 1995	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha) 2006
Rio de Janeiro	2.416.304,607	2.048.973
Cachoeiras de Macacu - RJ	40.000	32.914
Casimiro de Abreu - RJ	39.325	25.966
Guapimirim - RJ	12.788	14.396
Itaboraí - RJ	21.557	15.274
Magé - RJ	6.501	4.934
Rio Bonito - RJ	29.018	15.233
Silva Jardim - RJ	48.285	38.486
Tanguá - RJ	X (dados agregados à Itaboraí)	6.406

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995 e 2006

III.4.2. Produção Agropecuária Regional

A expressão econômica da atividade agropecuária da região é moderada e não tão relevante, se comparada a dos municípios localizados nas regiões Serrana e Noroeste Fluminense. Costa e Clemente (2009) avaliaram a intensidade da atividade agropecuária fluminense com base nos dados do IBGE referentes ao período de 1996-2004. As maiores reduções das áreas de cultura permanente²² ocorreram nos municípios de Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito.

As tabelas 12 e 13, abaixo, apresentam levantamento da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2008), referentes às lavouras temporárias e permanentes, por município.

²² As culturas permanentes selecionadas foram: banana, café, coco, goiaba, laranja e maracujá.

Tabela 12. Áreas plantadas, colhidas, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária dos municípios em 2008

Lavoura temporária	Município							
	Cachoeiras de Macacu	Casimiro de Abreu	Guapimirim	Itaboraí	Magé	Rio Bonito	Silva Jardim	Tanguá
Total	727	345	150	111	685	382	381	227
Abacaxi	-	-	-	2	-	-	13	-
Arroz (em casca)	29	-	-	-	5	-	-	-
Batata-doce	108	-	35	-	294	-	-	-
Batata-inglesa	-	-	-	-	6	-	-	-
Cana-de-açúcar	30	20	25	18	80	60	130	20
Feijão (em grão)	10	55	-	3	70	18	20	7
Mandioca	550	220	90	43	200	300	200	200
Milho (em grão)	-	50	-	45	30	4	18	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008

Tabela 13. Áreas plantadas, colhidas, quantidades produzidas e valor da produção da lavoura permanente dos municípios em 2008

Lavoura permanente	Município							
	Cachoeiras de Macacu	Casimiro de Abreu	Guapimirim	Itaboraí	Magé	Rio Bonito	Silva Jardim	Tanguá
Total	1.724	243	263	504	269	2.273	2.020	856
Banana (cacho)	1.000	163	210	50	190	320	480	39
Borracha (látex coagulado)	-	-	2	-	-	-	43	-
Coco-da-baía	336	25	39	53	50	70	120	105
Goiaba	136	-	12	2	20	2	3	2
Laranja	32	50	-	273	-	1.100	811	610
Limão	143	5	-	50	-	470	250	50
Mamão	-	-	-	2	-	2	9	-
Manga	-	-	-	5	-	-	-	5
Maracujá	62	-	-	19	9	15	50	5
Palmito	-	-	-	-	-	-	45	-
Tangerina	15	-	-	50	-	294	209	40

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2008

Em relação à horticultura, os dados disponíveis correspondem ao Censo Agropecuário de 2006. Os levantamentos realizados através das tabelas de Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA, referentes ao período 2005-2009, disponibilizadas pela EMATER-Rio, permitem maior

visibilidade sobre a intensidade e dinâmica da produção dos municípios (ver série de tabelas no Anexo).

Tabela 14. Produção da horticultura (toneladas) por município em 2006

Produto	Cachoeiras de Macacu	Casimiro de Abreu	Guapimirim	Itaboraí	Magé	Rio Bonito	Silva Jardim	Tanguá
Abobrinha	155	-	19	-	33	0	5	-
Alface	2	-	0	1	X	5	3	X
Batata-doce	745	X	16	X	322	1	14	-
Berinjela	484	-	19	-	51	X	7	-
Cará	-	-	-	-	276	-	-	-
Inhame	2.121	34	36	-	441	1	123	-
Jiló	1.863	X	89	-	290	19	20	X
Maxixe	158	-	X	X	56	1	28	2
Milho verde (espiga)	6.886	X	1.633	X	431	3	12	X
Pimenta	6	-	-	-	5	2	-	X
Pimentão	184	-	10	-	163	X	X	-
Quiabo	940	-	50	5	452	43	64	76
Vagem (feijão vagem)	130	-	-	-	12	X	-	-

Reduções expressivas do número de bovinos, entre 1995 e 2005, foram identificadas em Itaboraí e Silva Jardim, assim como em outros municípios do Estado; e Casimiro de Abreu contabilizou aumento. Conforme exposto na Tabela 15, as maiores concentrações de criação de bovinos ocorrem em Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. Segundo Costa e Clemente (*op.cit.*), o aumento foi mais expressivo do que sua redução, contrariando a idéia de estagnação da pecuária no estado.

A região concentra significativo pólo de criação de cavalos das raças campolina (Cachoeiras de Macacu) e Mangalarga (Casimiro de Abreu).

A produção leiteira fluminense vive um período de estagnação, apesar do crescimento de 40% da produção nacional nos últimos anos. Segundo o diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Alberto Figueiredo, apesar do aumento do consumo de leite no Estado do Rio de Janeiro, a participação da produção interna neste mercado, que chegou a ser de 70%, foi reduzida para 22,5%. Nesse período, as maiores quedas aconteceram no município de Cachoeiras de Macacu, com redução de 37,59% da produção de leite (FAERJ/SEBRAE, 2010)²³.

²³ Essa dessa redução deve-se à desestruturação do sistema de industrialização e comercialização; cooperativas e pequenas usinas não conseguem ser competitivas no mercado, e falta estímulo para que o produtor invista em tecnologia. Disponível no endereço <http://correiodobrasil.com.br/congresso-em-nova-friburgo-debate-a-questao-rural-fluminense/165098/>, acessado em 07/11/2010.

Tabela 15. Efetivo da pecuária, por espécie nos estabelecimentos agropecuários dos municípios, em 2006

Unidade da Federação e Município	Espécie de efetivo									
	Bovinos	Bubalinos	Equinos	Asininos	Muares	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Outras aves
Rio de Janeiro	1.924.217	3.556	74.910	522	6.197	15.884	44.061	113.433	12.779.222	267.807
Cachoeiras de Macacu - RJ	32.146	X	2.099	8	177	463	2.916	5.413	18.064	44.656
Casimiro de Abreu - RJ	23.842	-	833	X	25	92	1.050	677	3.434	379
Guapimirim - RJ	13.994	-	1.803	X	13	234	138	1.901	5.021	584
Itaboraí - RJ	23.508	X	1.294	17	72	243	145	208	7.751	854
Magé - RJ	5.128	-	284	X	19	308	350	1.288	7.382	1.757
Rio Bonito - RJ	23.357	X	925	X	56	187	476	734	7.147	843
Silva Jardim - RJ	52.030	X	1.369	52	50	131	1.499	1.948	11.860	1.906
Tanguá - RJ	4.072	-	349	-	11	-	424	404	1.238	196
Total de cabeças para a região	178.077	X	8.956	77	423	1.658	6.998	12.573	61.897	51.175

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Atividades de piscicultura e ranicultura têm expressão significativa nas Regiões Litorâneas e Metropolitana, mas não há dados atualizados sobre o atual número de produtores na região e estimativa de produção.

O levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ, 2007), apresenta panorama da piscicultura do Estado do Rio de Janeiro, especificando a produção anual e o número de alevinos produzidos por município, segundo dados da EMATER-Rio, referentes ao ano de 2003. No Estado do Rio de Janeiro, a maior concentração de produtores ocorria no Noroeste Fluminense, com 136 produtores e produção anual de 1.455.819 kgs de pescado. As principais espécies produzidas no Estado são a tilápia, tambaqui, pacu, tucunaré, lambari e carpa.

A Tabela 16, abaixo, apresenta os números da produção dos municípios focalizados neste estudo. Com uma produção anual de 250.623 kgs, concentrada em Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, a região contava com um total de 64 produtores de peixe em 2003.

Tabela 16. Perfil da Piscicultura nos municípios em 2003 (FIPERJ, 2007)

Município	Nº de Produtores	Produção (Kg)	Nº de alevinos produzidos
Cachoeiras de Macacu	36	52.780	900.000
Casimiro de Abreu	1	2.800	0
Guapimirim	4	132.880	0
Itaboraí	10	6.353	100.000
Rio Bonito	3	47.200	0
Silva Jardim	9	8.585	0
Tanguá	1	25	0
TOTAL	64	250.623	1.000.000

A Cooperativa Regional dos Piscicultores e Ranicultores do Vale do Macacu e Adjacências (COOPERCRAMMA), criada em 2002 e situada no município de Cachoeiras de Macacu, desenvolve produção e comercialização incipiente de peixes (filé e polpa de tilápia) e rã.

A Cooperativa conta com 44 cooperados, além de comprar a produção de pequenos produtores da região. Diversos cursos de capacitação de mão-de-obra, cursos de criação comercial e tanques-redes foram realizados para fomentar a produção regional de peixes. A produção média mensal comercializada pela COOPERCRAMMA é de cerca de 800 kg de peixe, muito abaixo do que foi produzido no auge dos empreendimentos de pesque-e-pague, entre 2002 e 2007, quando a produção média mensal era de 2 toneladas.

Outro empreendimento em Cachoeiras de Macacu, a Piscicultura Mario Porto, especializada na produção de peixes ornamentais, tem estimativa de produção de 1 milhão de peixes, em 2009.

III.4.3. Participação regional no abastecimento agrícola do Estado do Rio de Janeiro (2005 - 2009)

A maioria da produção agropecuária da região é comercializada pelo sistema CEASA - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A - CEASA/RJ (CEASA Central e Unidade de São Gonçalo)²⁴.

Suas unidades de abastecimento de hortigranjeiros por atacado estão localizadas em Irajá (Central Grande Rio), Unidade de São Gonçalo (Colubandê), e nos Mercados do Produtor da Região Serrana (Nova Friburgo e Teresópolis), Paty do Alferes e Noroeste Fluminense (São José de Ubá). A Central Grande Rio (CEASA-RIO) é a 2ª maior do Brasil, em volume comercializado, sendo responsável pelo abastecimento para 90% do consumo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (cidade do Rio de

²⁴ A CEASA/RJ é uma sociedade por ações de economia mista, órgão da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior (Decreto Lei Estadual nº 228 de 20 de maio de 1970, e estadualizada pelo Decreto Lei nº 2.400, de 21 de dezembro de 1988),

Janeiro, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Niterói, Itaguaí e outros, em menor escala).

A Unidade São Gonçalo, criada em 11 de dezembro de 1972, comercializa produtos hortigranjeiros destinados ao consumo dos municípios de São Gonçalo, Niterói, Magé, Itaboraí, Rio Bonito e outros em menor escala, durante os dias da semana (exceto aos domingos) no horário das 4:00 às 14:00hs, ficando o horário restante para entrada e arrumação dos produtos.

Em 2011, a CEASA/RJ instalará o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF), em área de 17 mil m². O espaço permitirá reunir pequenos produtores em um único espaço, para o aumento do volume de venda da produção familiar, com áreas para reuniões de negócios, de cooperativas e eventos; área destinada à floricultura e estacionamento²⁵.

O sistema CEASA constitui a principal base para a formação de preços para o produtor, como vetor de indicação de produção, e das condições de diversas culturas quanto a volumes comercializados, procedência dos produtos e ocorrências nas zonas de produção, através de um Banco de Dados que subsidia a formulação e implementação de programas de produção e abastecimento de hortigranjeiros.

Esses totais, em termos de produto, foram obtidos em todas as unidades de abastecimento mas, em sua maioria, a comercialização desses municípios é realizada nas unidades de Irajá e São Gonçalo, como exposto acima. Além das culturas permanentes, temporárias e horticultura, alguns municípios também comercializam ovos e pescados, através do sistema CEASA. Os produtos considerados encontram-se discriminados nas tabelas formuladas para cada município, disponíveis como Anexo deste Diagnóstico.

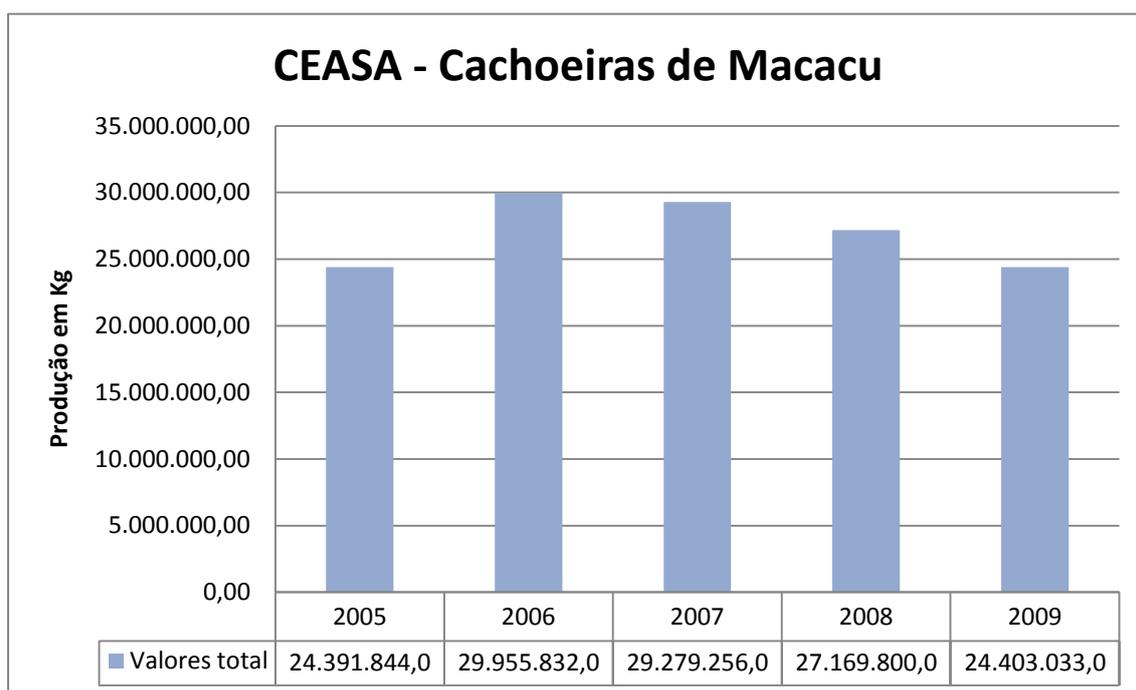
Cabe destacar, no que diz respeito à comercialização dos produtos agropecuários de cada município, o fato de que, em alguns casos, as vendas em atacado, através de atravessadores, não são realizadas no próprio município produtor, o que resulta em cenários distintos que não refletem exatamente a produção de cada município. Se a comercialização de determinado produto ocorrer em outro município que não o de sua origem, onde recebe nota fiscal, esta passa a ser a origem do produto.

Segundo o Supervisor Regional da EMATER, Wilson Luiz Nicodemos, esta discrepância pode ocorrer com alguma frequência, em produtos como milho e banana. Também era verificada enquanto Itaboraí sediava o pavilhão de beneficiamento de laranja (*packing house*), que recebia as produções oriundas dos municípios de Rio Bonito, Silva Jardim e Araruama, que eram comercializadas com nota fiscal de Itaboraí. Este pavilhão de beneficiamento estava sediado na antiga fazenda CIAPAM, de 500 alqueires, localizada na atual área de instalação do COMPERJ. Ainda assim, os dados obtidos no sistema CEASA fornecem bom parâmetro sobre a participação da região no abastecimento do Estado do Rio de Janeiro.

²⁵ Matéria eletrônica intitulada '**Agricultura familiar ganha centro para comercializar produção na Ceasa**', disponível no endereço eletrônico http://www.agricultura.rj.gov.br/detalhe_noticia.asp?ident=822, acessada em 10/12/2010.

Os gráficos a seguir apresentam dados referentes à produção anual dos municípios, disponibilizados pelo Sistema CEASA, em termos da produção, em quilos, comercializada anualmente, no período de 2005 a 2009²⁷. Cabe destaque para Cachoeiras de Macacu, cuja comercialização de produtos agropecuários, em 2006, alcançou o montante de 29.955.832 kgs, muito superior à média da produção comercializada no período, pelos outros municípios.

Gráfico 6. Cachoeiras de Macacu (2005-2009): produção total anual (kg)



²⁷ Dados obtidos na página eletrônica http://www.ceasa.rj.gov.br/quantidade_municipio.asp?orgid=1&orgnome=CEASA , acessado em dezembro de 2010.

Gráfico 7. Casimiro de Abreu (2005-2009): produção total anual (kg)

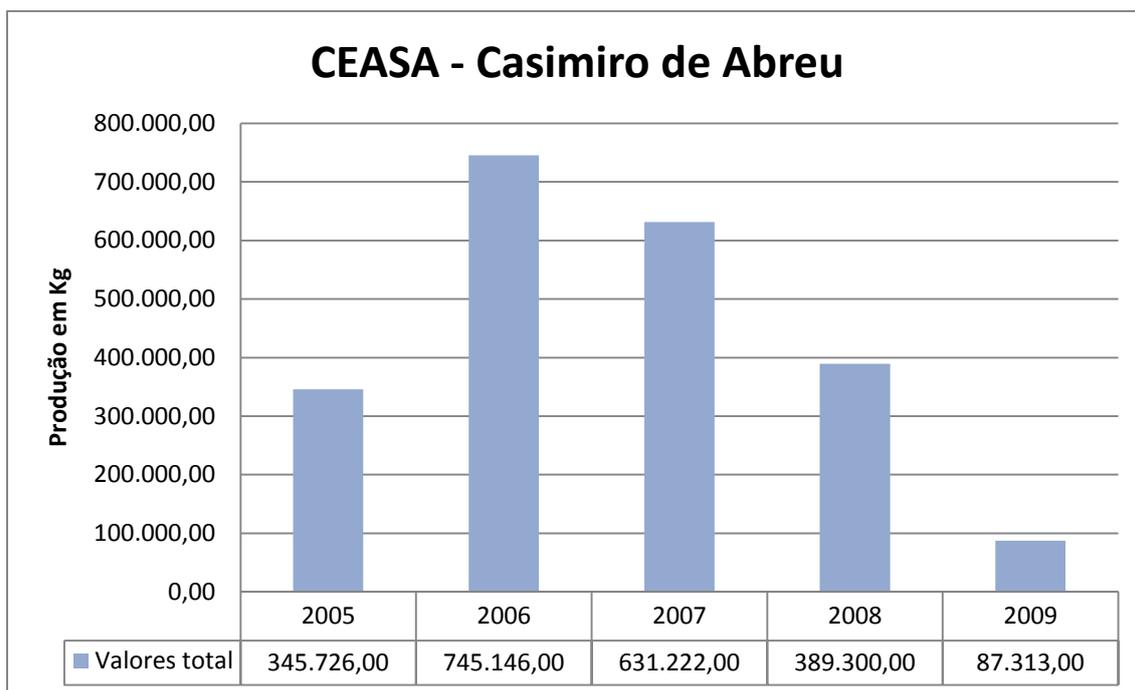


Gráfico 8. Guapimirim (2005-2009): produção total anual (kg)

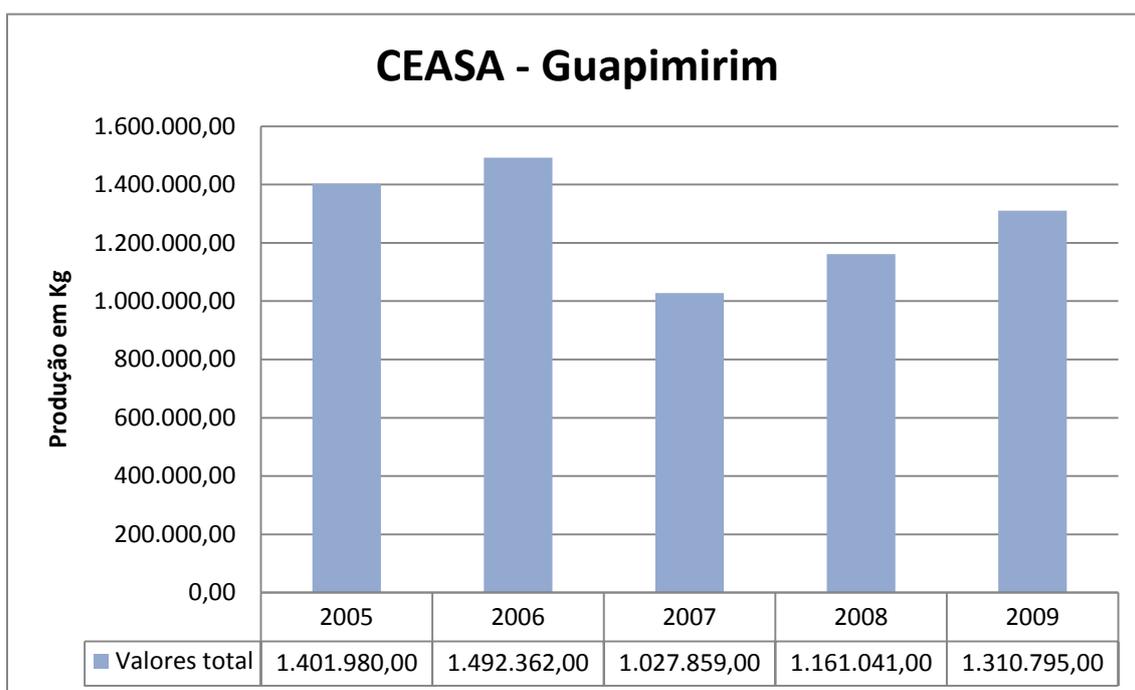


Gráfico 9. Itaboraí (2005-2009): produção total anual (kg)

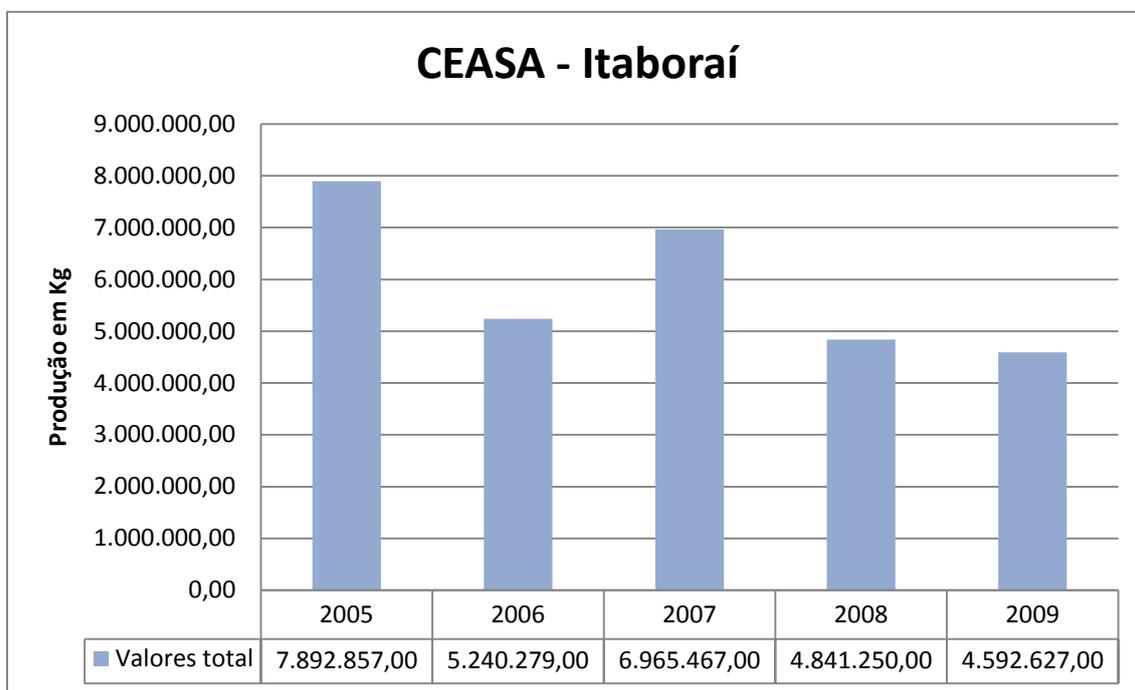


Gráfico 10. Magé (2005-2009): produção total anual (kg)

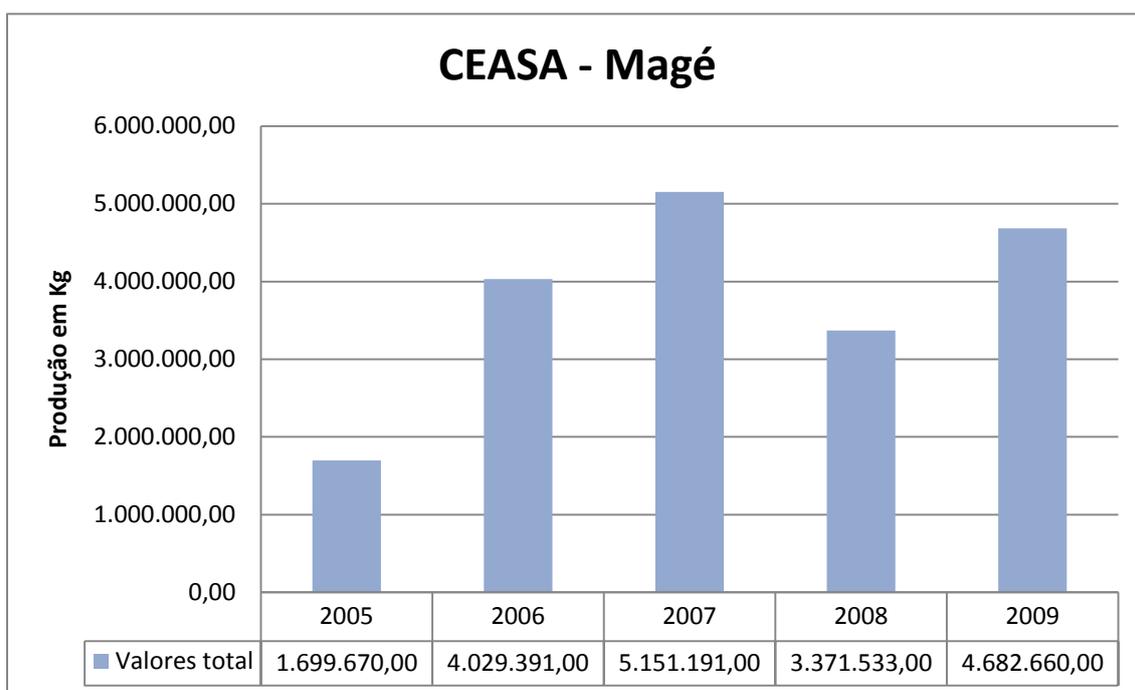


Gráfico 11. Rio Bonito (2005-2009): produção total anual (kg)

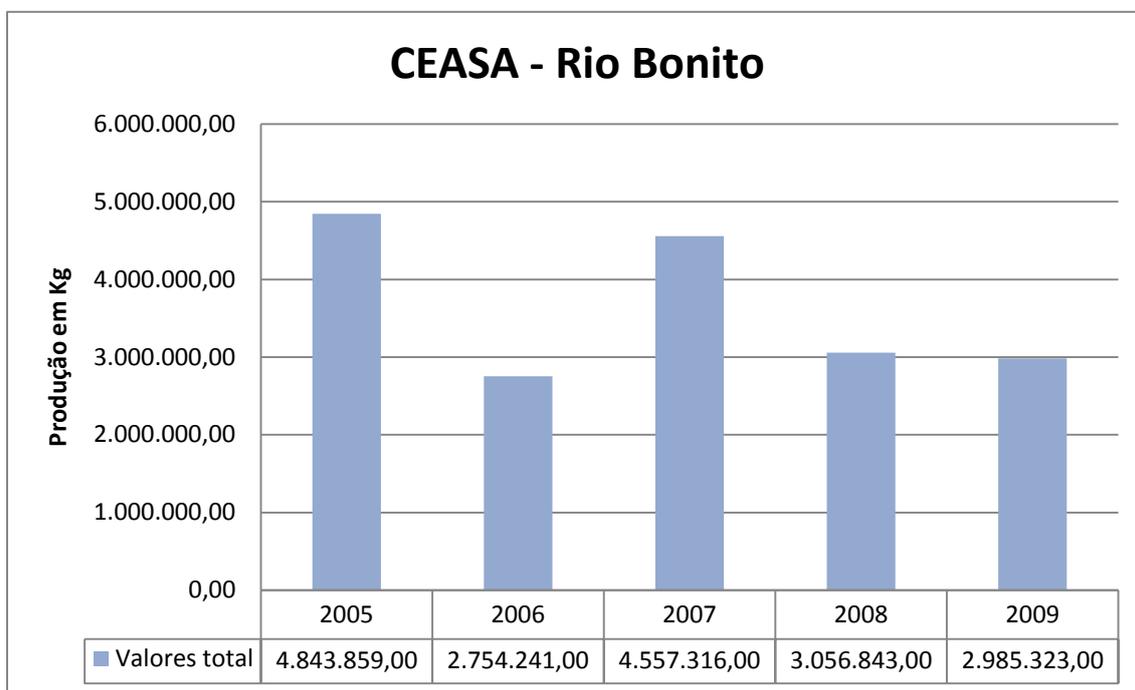


Gráfico 12. Silva Jardim (2005-2009): produção total anual (kg)

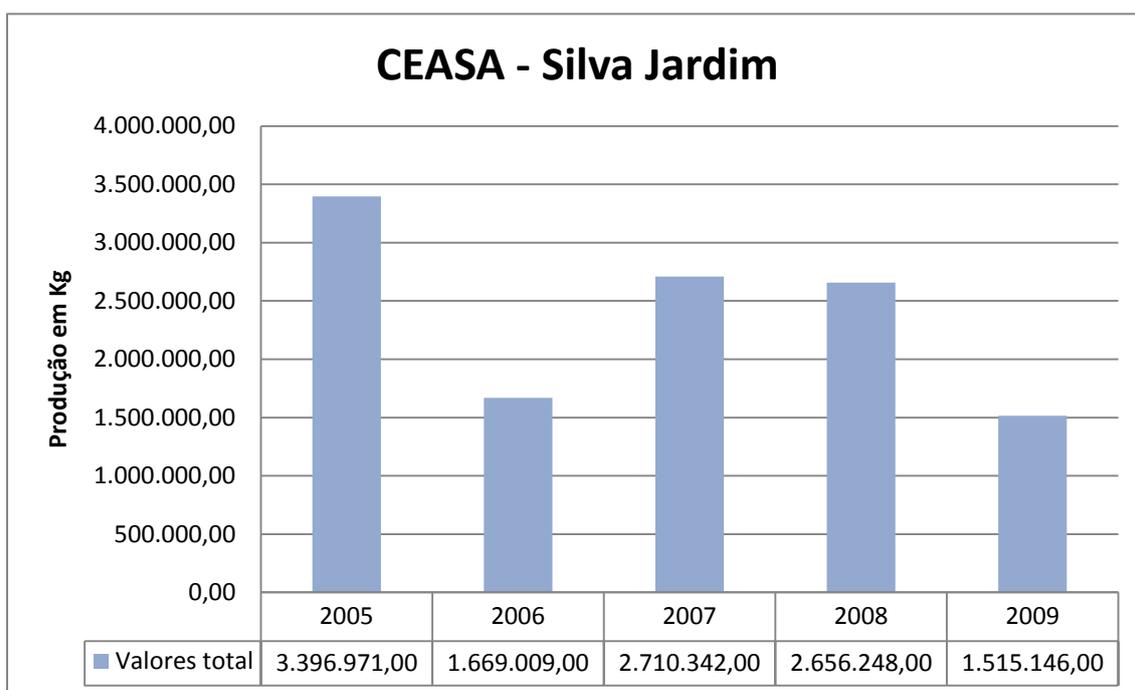
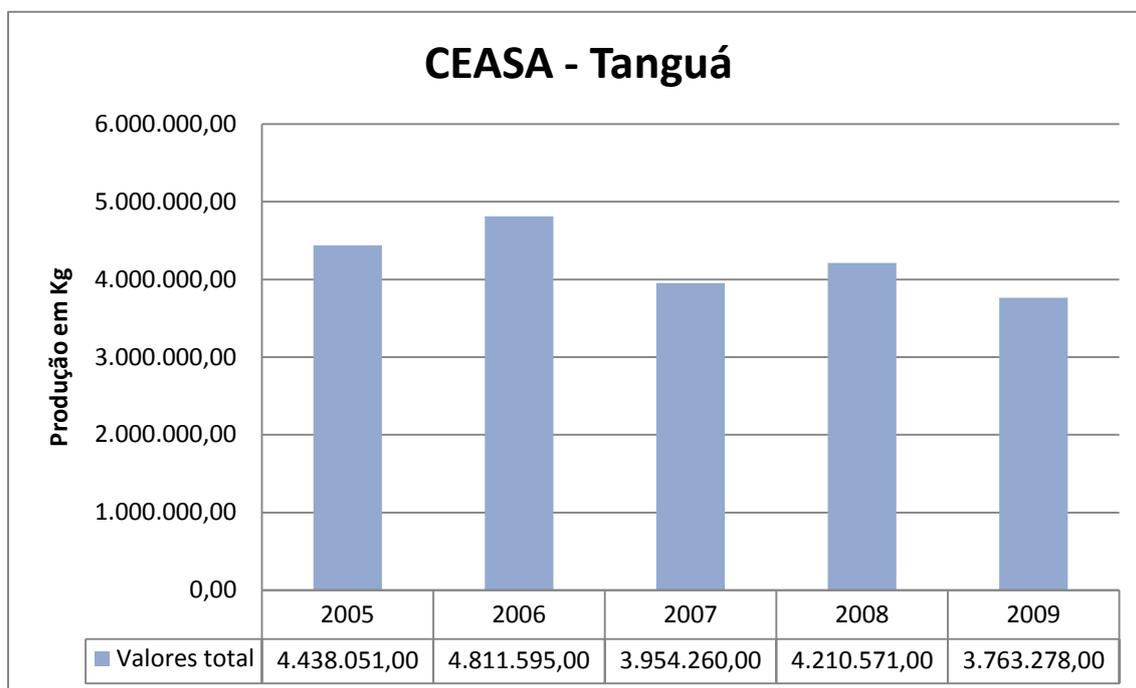


Gráfico 13. Tanguá (2005-2009): produção total anual (kg)



III.5. Considerações Preliminares

Este *Diagnóstico Preliminar* buscou reunir dados e informações referentes à dinâmica da produção rural dos municípios focalizados neste relatório, contextualizando aspectos socioeconômicos, ambientais e institucionais relevantes para a gestão territorial regional.

Além da produção agropecuária registrada, diversas produções alternativas encontram-se em desenvolvimento na região, merecendo análise específica. A produção de palmito, borracha natural, teca, piscicultura e ranicultura são exemplos significativos de novas cadeias produtivas locais emergentes na região.

Práticas tradicionais, como o artesanato de cerâmica de Itaboraí, demandam melhoramentos dos processos produtivos, de forma a assegurar maior sustentabilidade às atividades convencionais de 'fundo de quintal', já características deste município. Iniciativas para o desenvolvimento sustentável do artesanato com fibras de bananeira, em Casimiro de Abreu, revelam alternativa econômica emergente, com envolvimento ativo da comunidade local.

Essas e outras considerações serão objeto de análise no próximo estudo, o *Diagnóstico de Tendências*, elaborado a partir dos dados reunidos no presente *Diagnóstico Preliminar*, para o

mapeamento de tendências e ponderações sobre a magnitude dos atuais sistemas de produção rural, e no reconhecimento de estratégias de programas de planejamento e incentivos ao desenvolvimento local e reordenamento territorial.

Parâmetros para essa análise abrangem aspectos associados às bases institucionais e socioeconômicas do desenvolvimento rural face à dinâmica territorial rural-urbana; tendências de incorporação de incentivos à conservação em terras privadas, através de sistemas de pagamento por serviços ambientais, cujas bases normativas começam a ser definidas no Estado do Rio de Janeiro; e possíveis impactos ambientais e socioeconômicos gerados pelo COMPERJ sobre a produção rural.

Para sistematizar os dados reunidos até aqui, o próximo capítulo deste estudo apresenta perfil sintético de cada município, de forma a auxiliar no mapeamento das condições socioambientais e econômicas da produção rural local.

IV. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DO PERFIL RURAL AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DO COMPERJ



1. CACHOEIRAS DE MACACU

Dados do Município

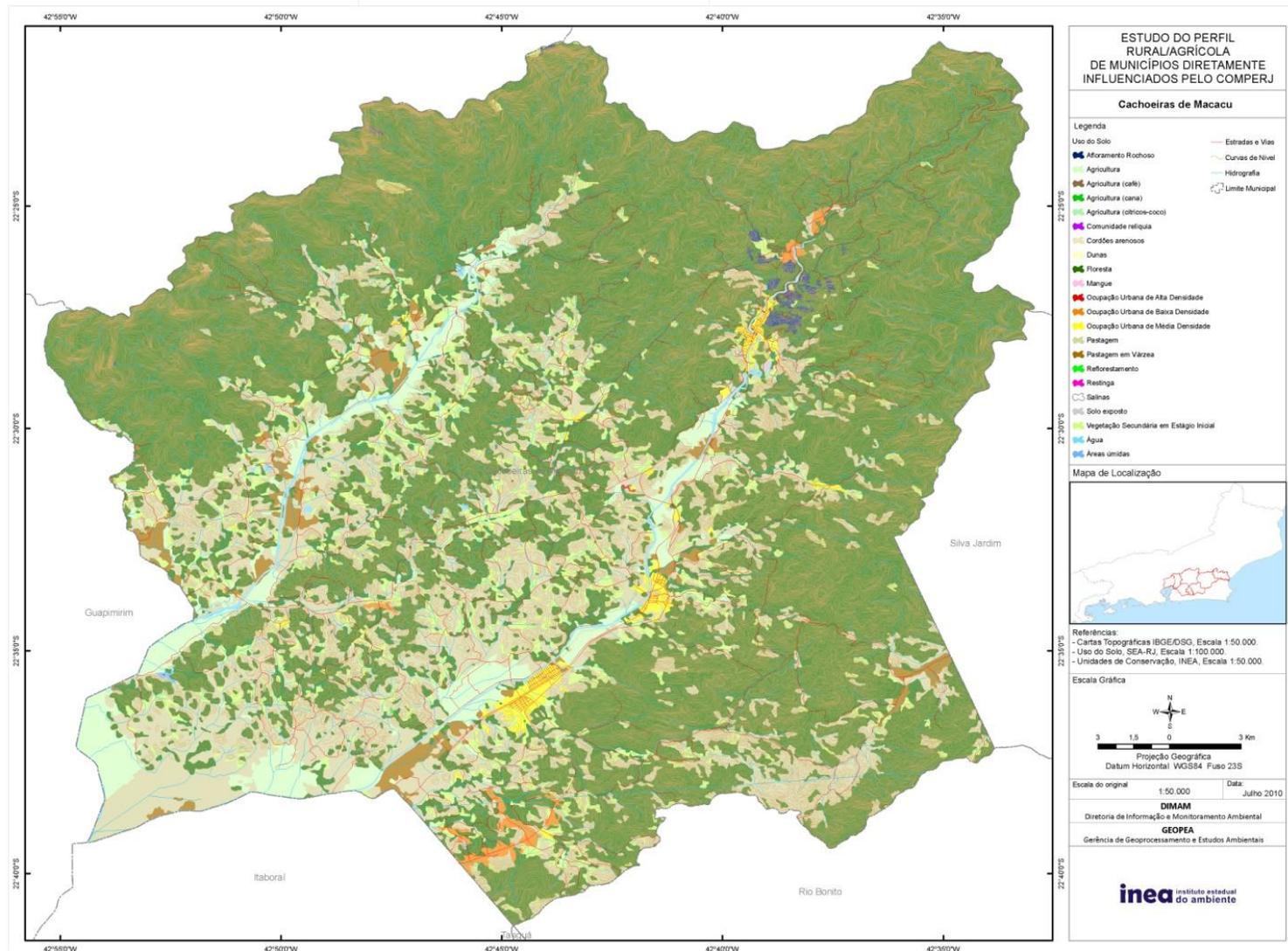
Território (ha)	95.600 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	57.300 hab.						
População Rural e Urbana (Censos IBGE)	Ano	1970	1980	1991	2000 (%)		
	Rural	23.391	16.772	8.172	7.426 (15,3)		
	Urbana	10.402	19.099	32.036	41.117 (84,7)		
Número de estabelecimentos agropecuários (EA) e área ocupada por (%)*	1.583 EA ocupam 34,43% do território municipal						
Número de estabelecimentos agropecuários e perfil fundiário*	Até 50 ha			66,9% ocupando 20,9% da área total de EA			
	Acima de 50ha			33,1% ocupando 79,1% da área total de EA			
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários*	Pecuária e outros animais			585 EA			
PIB Agricultura do Município**	PIB Agrícola	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total (R\$1.000,00)	13.072	12.639	17.014	16.220	15.120	10.584
	Agricultura (%)	3,87	3,06	3,28	3,59	2,90	1,89
Principais Produtos de Origem Animal	Gado de corte			27.679 cabeças (86,11% do total do rebanho)			
	Gado leiteiro			4.467 vacas (13,89% do total do rebanho)			
	Aves			18.064 galinhas e "outras aves" (codornas)			
Principais Produtos Agrícolas	EMATER			Goiaba, aipim, banana, milho-verde			
	IBGE						
	Outros***			Banana, aipim, coco-baía e batata-doce			
Outras atividades	Piscicultura, ranicultura, criação de cavalos campolina e quarto-de-milha, incipiente produção de palmito, turismo rural, água mineral, avestruz						
Unidades fornecedoras do Programa Rio Genética	Fazenda Santa Luzia (Gir e Holandes) e Fazenda Babbitonga (Girolando)						

*Censo Agropecuário 2006

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

<p>Vocações</p>	<p>Histórico de atividades agrícolas; Disponibilidade de recursos naturais, que contribuem para a melhor qualidade de vida; Baixa densidade demográfica, minimizando os impactos ambientais; Abundância de recursos hídricos como base para o desenvolvimento sustentável; Existência de Unidades de Conservação definidas e legalizadas (públicas e RPPN`s); Existência de recursos hídricos, boa qualidade de solo para a produção agropecuária e aquícola; Potencialidade turística nas áreas ecológica, religiosa, esportiva e cultural; Geografia adequada a pratica de esportes radicais; Histórico de organização social, população engajada em desenvolver ações para o bem estar; Histórico de ensino técnico, outrora referência para a capacitação da mão-de-obra local; Existência de pessoas com notório saber, qualificados para transmitir seus conhecimentos; Grande número de pequenas indústrias: artesanais, agroindustriais e de transformação Existência de centros de Arte e Cultura.</p>
<p>Visão</p>	<p>Ter maior diversidade agrícola, inclusive em espécies oleaginosas para a produção sustentável de biodiesel, tornando-se destaque no cenário regional; Ter empreendimentos imobiliários com preocupação socioambiental; Ser referência nacional em gestão de recursos hídricos; Ter um sistema de mobilidade/transporte integrado e sustentável; Ser um município formador de lideranças comunitárias; Ser referência em Pagamento de Serviços Ambientais (PSA); Ser fornecedor de produtos agrícolas e aquícolas para o próprio município, região, e para exportação; Ter maior aproveitamento do potencial turístico, na geração de emprego e renda para o município; Ter excelência em gestão de saúde pública; Ter excelência em Educação e ser referencia em pesquisas e informações sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Ser referência em formação de mão-de-obra técnica e especializada; Ser referência nacional na produção de água mineral; Ser um município com grande mobilização e participação social; Ser destaque na produção artística e cultural; Ser cidade modelo em Agenda 21.</p>

Mapa 3. Cachoeiras de Macacu – Uso do Solo



Cachoeiras de Macacu: Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
<p>Lei Orgânica (05 de outubro de 1988)</p>	<p>Política Agrária e Agrícola, que prevê a criação de programas voltados para o desenvolvimento sustentável, para solucionar conflitos de posse pela terra, dar destinação social às terras devolutas do município e assistência técnica aos produtores rurais; Cria o Conselho Municipal de Política Agrícola; Cria o Fundo de Desenvolvimento Agrícola, com recursos de 50% do total arrecadado dos impostos que tenham como fonte geradora a propriedade rural e a comercialização de insumos e produtos agropecuários, a ser administrado pelo referido Conselho; Prevê a criação do Centro de Desenvolvimento Agropecuário Rural, com o objetivo de viabilizar estudos, projetos e programas relativos à irrigação, drenagem, eletrificação rural, defesa sanitária animal, vegetal, à Política de Desenvolvimento Agropecuário, ensino profissionalizante agrícola e horto municipal.</p>
<p>Plano Diretor do Município Lei Complementar n.º 1.653, de 10 de outubro de 2006</p>	<p>Define políticas para o desenvolvimento territorial rural, produção agrícola e preservação ambiental; Ressalta a destinação de escolas para as áreas rurais e o interesse de fixação do homem no campo; Incentivo aos setores agrícolas, pecuário e aquícola, promoção do associativismo e cooperativismo, valorização dos produtos agrícolas e aquícolas, desenvolvimento das pequenas indústrias, incentivo ao ecoturismo e turismo rural nas propriedades rurais; Promoção da fruticultura, ranicultura, aquícultura e pesca, plantio de florestas comerciais, agricultura e agricultura orgânica, agroflorestas, artesanato, incluindo subprodutos da produção agrícola local e floricultura; Diretrizes para o uso e ocupação do solo contemplam: implementação de pólos regionais de atendimento à população rural, onde deverão ser instalados equipamentos comunitários, sobretudo escolas de ensino fundamental e médio, evitando o difícil deslocamento das comunidades rurais; compatibilização do uso e da ocupação rural com a proteção ambiental, especialmente à preservação das áreas de captação de água; implementação de ações para orientação ao morador da Zona Rural sobre o tratamento dos resíduos líquidos e sólidos nos assentamentos rurais; controle da implantação de formas de ocupação para evitar a degradação ambiental e o desperdício de áreas para produção rural; elaboração de normas legais específicas para o uso e a ocupação das Áreas de Transição Urbana, Área Industrial, Corredor de Comércio e Serviços e áreas delimitadas como núcleos urbanos; atualização das informações relativas à Zona Rural, inclusive com o seu mapeamento e o levantamento de dados sobre o domínio fundiário; definição de áreas para ocupação por atividades que por sua natureza e/ ou porte são incompatíveis com a Zona Urbana. Ordenamento do território municipal define a Zona Rural sub-divida em áreas agrícolas, agro-turísticas, agrícola de fragilidade ambiental, de preservação ambiental, transição urbana, institucionais, industrial, corredor de comércio e serviços.</p>

Convênios com o Governo Federal

Entre o período de 01/01/1996 a 28/09/2010, Cachoeiras de Macacu conveniou com diferentes entidades do Governo Federal a quantia de R\$ 29.935.258,76, dos quais, R\$ 2.747.693,29 (9,18% do total) foram destinados a atividades rurais, conforme exposto na Tabela X, abaixo.

Tabela X. Cachoeiras de Macacu: Convênios firmados no período de 2001-2008

Objeto do Convênio	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Convênio (R\$)	Vigência	Valor Contrapartida (R\$)
AQUISICAO DE RETROESCAVADEIRA E TRATOR AGRICOLA	MAPA	CEF/MA	PMCM	292.500,00 Liberado 292.500,00	29/12/2008 a 30/01/2011	72.434,00
IMPLANTACAO DO PROGRAMA DE ANALISE DE PERIGOS E PONTOS CRITICOS E CONTROLE NO ENTREPOSTO DE PESCADO DE CACHOEIRAS DE MACACU COMO INCREMENTO À PRODUCAO DE PESCADO	MPA	MPA	COOPERCRA MMA	100.000,00 Liberado 100.000,00	29/06/2005 a 30/11/2005	20.250,00
ESTIMULO À PRODUÇÃO AGROPECUARIA E APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL - NACIONAL	MAPA	CEF/MA	PMCM	220.000,00 Liberado 220.000,00	20/12/2002 a 30/01/2011	20.000,00
PROMOCAO DO COOPERATIVISMO NACIONAL	MAPA	CEF/MA	PMCM	550.000,00 Liberado 550.000,00	23/12/2003 a 30/01/2011	22.000,00
Sem descrição	MAPA	CEF/MA	PMCM	700.000,00 Liberado 700.000,00	23/12/2003 a 30/01/2011	28.000,00
ESTIMULO A PRODUCAO AGROPECUARIA / ACOES DE DESENVOLVIMENTO RURAL	MAPA	CEF/MA	PMCM	60.000,00 Liberado 60.000,00	31/12/2001 a 30/06/2006	2.400,00
DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	MAPA	CEF/MA	PMCM	150.000,00 Liberado 150.000,00	31/12/2001 a 31/12/2006	32.794,33
ESTIMULO À PRODUÇÃO AGROPECUARIA / AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL	MAPA	CEF/MA	PMCM	200.000,00 Liberado 200.000,00	31/12/2001 a 31/05/2006	8.000,00
ESTABELECEER AS CONDIÇÕES BÁSICAS E ESPECIFICAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE AS PARTES, PARA CONSTRUÇÃO DE MATADOURO PÚBLICO MUNICIPAL PARA ABATE DE BOVINOS, SUÍNOS A AVESTRUZES	MAPA	SFAPA/RJ	PMCM	180.000,00 Liberado 180.000,00	04/07/2002 a 31/08/2004	70.000,00
INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS	MDA	MDA/CEF	PMCM	46.680,00 Liberado 46.680,00	21/12/2001 a 30/06/2006	10.351,00

Fonte:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/ConveniosListaMunicipios.asp?UF=RJ&Estado=RIO+DE+JAN&IRO&CodOrgao=&Orgao=undefined&TipoConsulta=0&Periodo=>

2. CASIMIRO DE ABREU

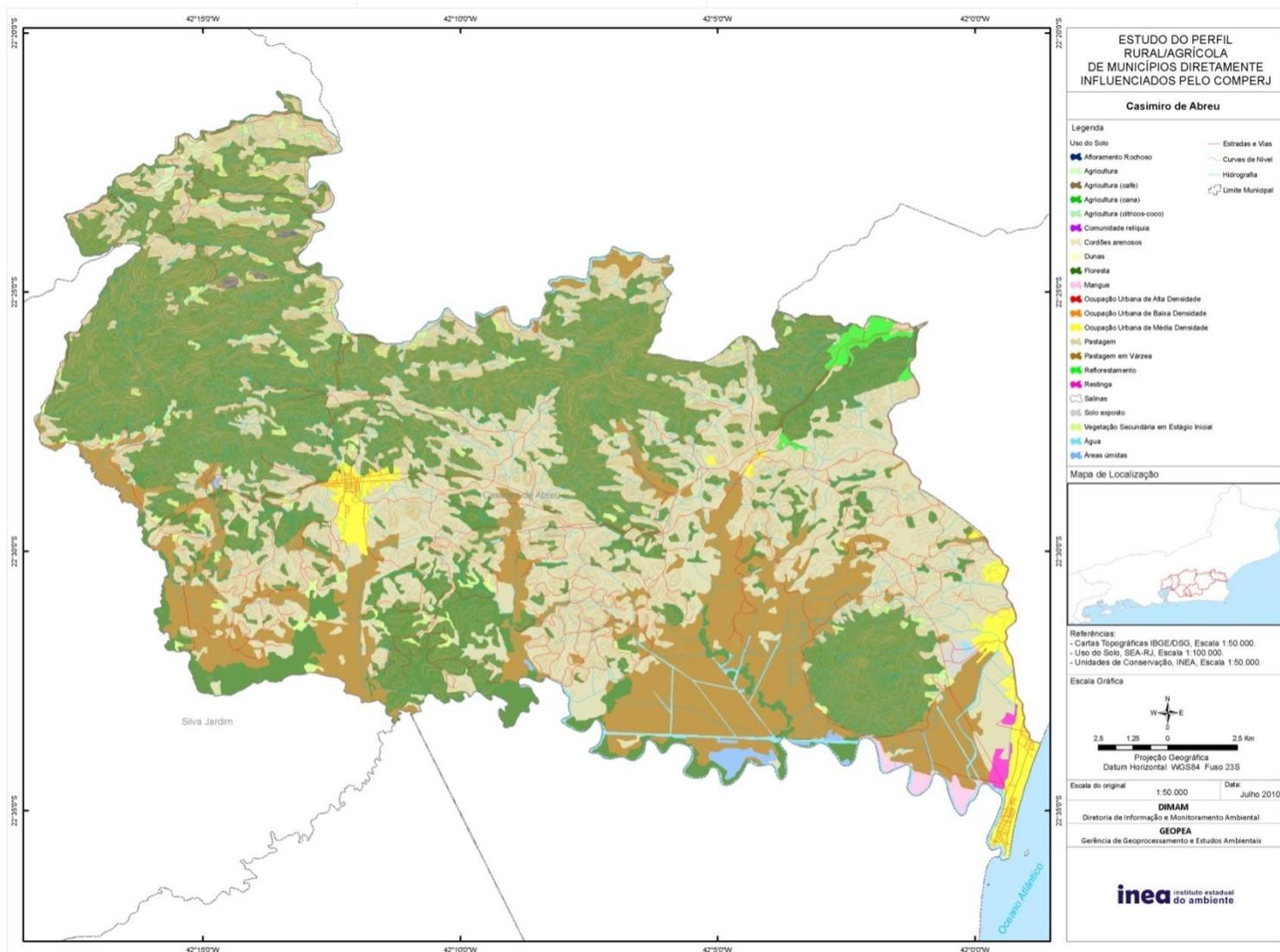
Dados do Município

Território (ha)	46.100 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	30.572 hab.						
População Rural e Urbana	Ano	1970	1980	1991	2000		
	Rural	12.805	8.452	3.459	3.815		
	Urbana	3.994	13.709	30.386	18.337		
Número de estabelecimentos agropecuários (EA) e área ocupada por (%)*	234 EA ocupando 25.966 ha (56,32% do território municipal)						
Distribuição Fundiária	Até 50 ha	182 EA ocupando 7,56% da área rural do município					
	Acima de 50ha	52 EA ocupando 7,56% da área rural do município (sendo 18 EA com área entre 200 e 500 ha, ocupando 22,95% da área rural)					
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários	Pecuária e outros animais	140 EA ou 59,8% da área rural					
	Horticultura	38 EA ou 12,24% da área rural					
	Lavoura Permanente	35 EA ou 14,9% da área rural					
PIB Agricultura e % PIB Total do Município	PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total (R\$1.000)	3.828	4.387	4.963	4.972	5.131	6.432
	Agricultura (%)	1,29	1,36	1,26	0,48	0,35	0,53
Principais Produtos de Origem Animal	Bovinos	23.842 cabeças					
	Aves	3.434 galinhas					
	Ovinos	1.050 cabeças					
Principais Produtos Agrícolas	EMATER (2005-2009)	Banana, aipim e inhame					
	Pesquisa Agrícola Municipal 2005-2008 (IBGE, 2008)	Aipim, banana, laranja e coco da baía, inhame					
	CEASA-RJ (2009)	Aipim, milho-verde e inhame					
Outras atividades	Produção de palmito, conservação em terras privadas, sistemas agroflorestais, piscicultura, seringueira, turismo rural, criação de cavalos						

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

Vocações	Turismo (Cultural, histórico, gastronômico, geológico, agroecológico, cológico, de pesca e de negócios); Recursos hídricos abundantes; Agronegócios e Agricultura Familiar articulados de forma não conflitante; Artesanato.
Visão	Ser referência em qualidade de ensino no nível técnico e superior; Ser um pólo industrial com definição de Zonas Especiais de Negócios (ZEN); Ter um aeroporto, de uso público, adequado à nova realidade econômica; Prover saneamento com qualidade ambiental em todo o município; Ter soluções de acesso facilitado à cidade sem o uso de viaduto (passagem subterrânea na BR para carros e pedestres); Ser uma cidade que cresce continuamente de forma sustentável em todos os distritos.

Mapa 4. Casimiro de Abreu – Uso do Solo



Casimiro de Abreu: Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
<p>Lei Orgânica (1º de abril de 1990)</p>	<p>Não há referência específica à política agrícola. Prevê a criação do Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento Rural e Pesca, e a relevância estratégica de criação de cooperativas para o fomento da agricultura, pecuária, pesca, abastecimento urbano e rural.</p>
<p>Plano Diretor do Município (Lei Complementar n.º 1060, de 05 de outubro de 2006)</p>	<p>Prevê elaboração de projetos para aproveitamento das áreas agricultáveis dos grotões para produção de hortaliças, de fruticultura e da floricultura e para criação de pequenos animais, de forma integrada ao meio ambiente; desenvolvimento de atividades rurais baseadas nos princípios da agroecologia; estudo da viabilidade para o desenvolvimento da agropecuária de pequeno porte local; compatibilização do uso e da ocupação rural com a proteção ambiental, especialmente a preservação das áreas de mananciais destinadas à captação para abastecimento de água; estímulo às atividades agro-pecuárias que favoreçam a fixação do trabalhador rural no campo; atualização das informações relativas à Área Rural, inclusive com o seu mapeamento e o levantamento de dados sobre o domínio fundiário; e estímulo às atividades de agricultura orgânica.</p> <p>Prevê a implantação de um cinturão verde ao redor da Área Urbana, permitindo a convivência das atividades agrícolas à proximidade da ocupação urbana.</p> <p>No macrozoneamento territorial, a área rural é subdividida em Macrozona Agrícola e Macrozona de Manejo Sustentável. A Macrozona Agrícola é constituída por áreas com predominância de cultura extensiva, destinadas às atividades rurais e à implantação de equipamentos urbanos ou estabelecimentos de grande porte, como aterro sanitário, estação de tratamento de água e de efluentes líquidos e agroindústria.</p> <p>A Macrozona de Manejo Sustentável é constituída pelo cinturão ao longo dos limites da Área Urbana do Município e de municípios vizinhos, incluindo as áreas da REBIO Poço das Antas e REBIO União, para usos e atividades de baixos impactos ambientais e à criação da Área de Proteção Ambiental (APA) para proteção dos mananciais de abastecimento do Município.</p>

Convênios com o Governo Federal

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, entre 1996 e 2010, o município de Casimiro de Abreu havia conveniado com diferentes entidades do Governo Federal a quantia de R\$ 16.724.017,43, dos quais, R\$ 122.618,00 foram destinados a atividades rurais, conforme discriminado na Tabela X abaixo.

Tabela X. Casimiro de Abreu: Convênios Firmados no Período 1996-2010

Objeto	Órgão Superior	Conveniente	Valor Conveniado	Data da Última Liberação	Valor da Última Liberação
ESTÍMULO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	MAPA	PMCA	0,00	30/12/2002	50.000,00
ESTIMULO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA / AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL	MAPA	PMCA	70.000,00	26/11/2002	19.850,00
INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS	MDA	PMCA	52.768,00	29/05/2002	52.768,00

3. GUAPIMIRIM

Dados do Município

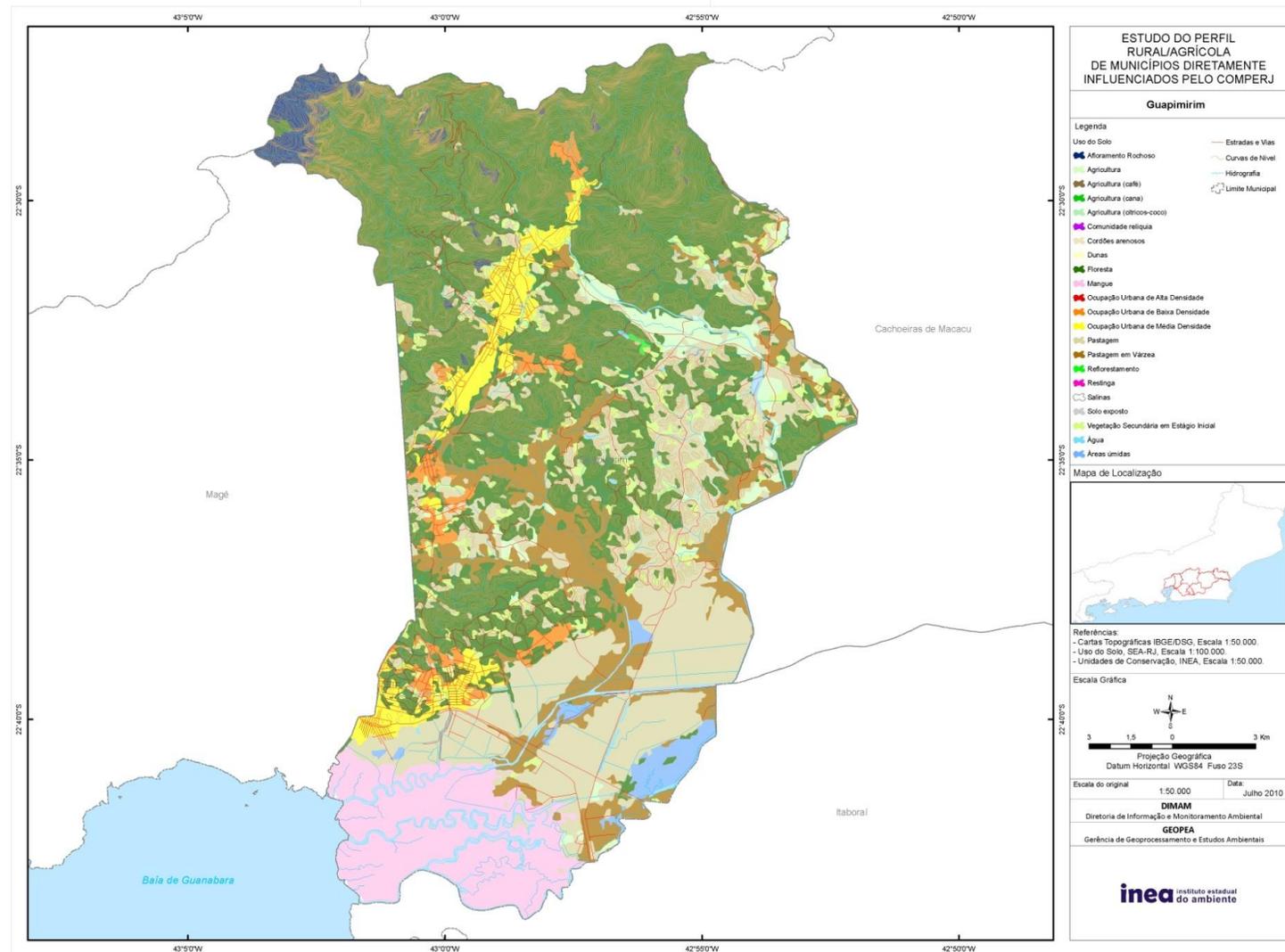
Território (ha)	36.100 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	49.748 hab.						
População Rural e Urbana	Ano	1970	1980	1991	2000		
	Rural	-	-	-	12.359		
	Urbana	-	-	-	25.593		
Número de estabelecimentos agropecuários (EA) e área ocupada por (%)*	160 EA ocupam 39,87% da área total do município						
Distribuição Fundiária	Até 50 ha			124 EA, em 6,6% da área rural			
	Acima de 50ha			25 EA, em 73,08% da área rural			
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários	Pecuária e outros animais			77,37% da área rural			
	Lavouras			8,39% da área rural			
PIB Agricultura e % PIB Total do Município	PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total (R\$1.000)	4.109	4.079	4.561	4.277	4.185	3.909
	Agricultura (%)	2,08	1,79	1,76	1,56	1,43	1,22
Principais Produtos de Origem Animal*	Bovinos			13.994 cabeças			
	Aves (galinhas)			5.021			
	Equinos			1.803			
Principais Produtos Agrícolas	EMATER (2005-2009)			Aipim, mandioca, goiaba e inhame			
	IBGE (2005-2008)			Banana, coco-da-baía, batata-doce, milho verde			
	CEASA-RJ (2009)			Milho-verde, mandioca e goiaba			
Outras atividades	Seringueira, turismo rural, avestruz						

*IBGE, 2006

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

Vocações	<p>Turismo ecológico, rural e religioso Possui referencias históricas culturais Agricultura Familiar e Pecuária fortes Imensa riqueza de nossos recursos naturais Potencial para crédito de carbono.</p>
Visão	<p>Ser sociedade mobilizada Ter modelo de gestão pública apoiado em orçamento participativo e planejamento de uso do solo (ex.: saneamento ambiental) Ter políticas públicas que fomentando o ecoturismo Ser pólo formador de consciência ambiental e cultural Ser referência em educação ambiental e formal Ser município gerador de oportunidades de emprego, e de formação de mão de obra qualificada técnica e profissionalizante Ter a população economicamente ativa Ser município reconhecido pela preservação da sua biodiversidade Ter canais ativos para atração de recursos nacionais e internacionais.</p>

Mapa 5. Guapimirim: Uso do Solo



Guapimirim: Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
<p>Lei Orgânica (30 de junho de 1993)</p>	<p>O incentivo ao turismo é uma das estratégias prioritárias de desenvolvimento local, devido as áreas protegidas em seu território. Os bens naturais de destaque são a silhueta da Serra dos órgãos; Sub-Sede do Parque Nacional; as Florestas do nosso Município; os Manguezais; o Pico Dedo de Deus; o Rio Soberbo; o Rio Guapimirim; o Rio Guapi-açú; o Rio Paraíso; e o Rio Inconha.</p> <p>A política agropecuária dará prioridade a pequena e média produção e ao abastecimento alimentar, mediante sistemas de comercialização direta entre produtores e consumidores, e prevê a priorização do uso de terras próximas as áreas urbanas para agricultura. Para o desenvolvimento da agricultura deverão ser garantidos: apoio à geração, difusão e implantação de tecnologias adaptadas as condições ambientais; mecanismos para a proteção e recuperação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; infra-estruturas físicas, viárias, sociais e de serviços na zona rural, neles incluídos a eletrificação, telefonia, armazenamento, irrigação e drenagem, estradas e transportes, educação, saúde, segurança, assistência social e cultura, desporto e lazer; a organização do abastecimento alimentar.</p> <p>Também é prevista a criação de mercados municipais do produtor, para venda direta ou via associação, cooperativa, organização de pequenos produtores aos consumidores municipais de seus produtos agrícolas e banca de sementes de produtos básicos e matrizes para atendimento aos produtores do município. A política pesqueira deverá dar ênfase ao abastecimento alimentar dando-se apoio à pesca artesanal e a aquicultura.</p>
<p>Plano Diretor do Município</p>	<p>O município promulgou um Plano Diretor, mas não tivemos acesso ao texto por meios eletrônicos, ou por solicitação ao órgão público municipal.</p>

Convênios com o Governo Federal

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, entre 1996 e 2010, o município de Guapimirim recebeu do Governo Federal R\$ 4.743.933,17 em convênios com diferentes entidades, sem destinação específica para o setor agropecuário. Na área ambiental foi investido em um único projeto R\$ 129.001,00 em 2001, conforme tabela abaixo.

Tabela X. Guapimirim: Convênios Firmados no Período 1996-2010

Objeto	Órgão Superior	Conveniente	Valor Conveniado	Data da Última Liberação	Valor da Última Liberação
01- REMEDIACAO DE VAZADOURO DE LIXO E IMPLANTACAO DE ATERRO SANITARIO DENTRO DO PROGRAMA DE RECUPERACAO AMBIENTAL DA BAIJA DE GUANABARA	MMA	PMG	347.592,27	27/09/2001	129.001,00

4. ITABORAÍ

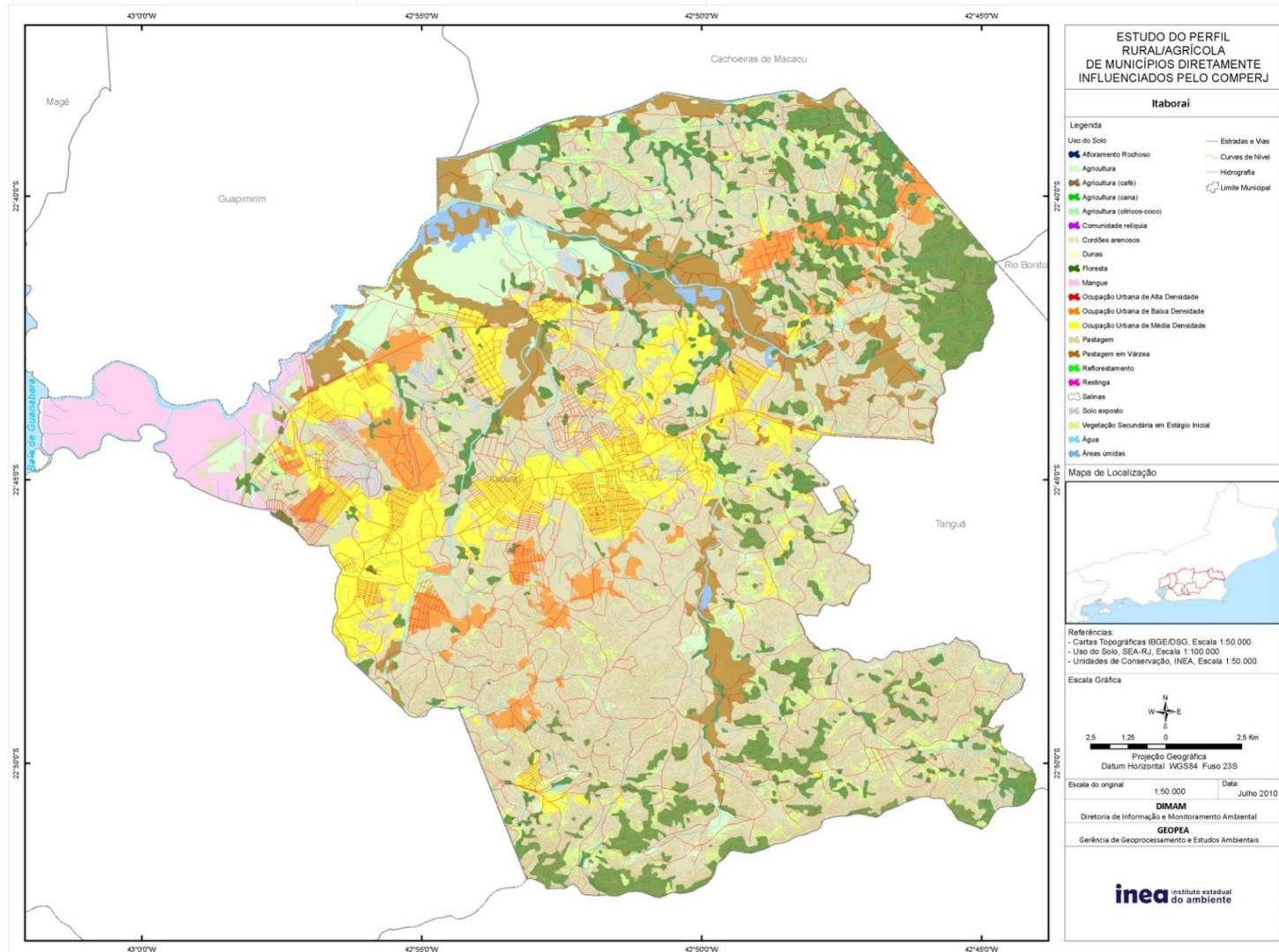
Dados do Município

Território (ha)	42.400 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	228.996 hab.						
População Rural e Urbana	Ano	1970	1980	1991	2000		
	Rural	51.802	-	15.493	10.219		
	Urbana	14.110	23.645	147.249	177.260		
Número de estabelecimentos agropecuários (EA) e área ocupada por (%)*	250 EA ocupam 15.274 ha dos 250 estabelecimentos registrado em 2006, 216 eram menores que 50 hectares, ocupando no total apenas 10,79% da área agrícola do município. Em contrapartida, outras 33 propriedades com mais de 50 hectares ocupavam 89,2% deste mesmo total. Um dado interessante é que as 4 maiores propriedades, entre 1.000 a 2.500 hectares, ocupam juntas 35,96% da área rural de Itaboraí, indicando uma forte concentração de terras.						
Distribuição Fundiária	Até 50 ha	216 EA (10,8% do território municipal)					
	Acima de 50ha	30 EA (89,2% do território municipal)					
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários	Pecuária e outros animais	113 EA (45,2%)					
	Lavoura Permanente	88 EA (35,2%)					
	Lavoura Temporária	26 EA					
PIB Agricultura e PIB Total do Município	PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total (R\$1.000)	4.028	4.653	4.807	4.870	5.551	5.098
	Agricultura (%)	0,43	0,47	0,42	0,41	0,39	0,36
Principais Produtos de Origem Animal	Bovinos	23.508 cabeças					
	Aves (galinha)	7.751					
	Equinos	1.294					
Principais Produtos Agrícolas	EMATER	Laranja, limão, aipim, quiabo					
	IBGE	Laranja, coco-da-baía, limão e tangerina					
	CEASA (2009)	Laranja e limão					
Outras atividades	Floricultura, cerâmica, piscicultura, avestruz						

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

<p>Vocações</p>	<p>Histórico de Agropecuária e Citricultura Histórico em pescado e caranguejo Uca Histórico de produção de cerâmica artesanal, industrial e artística Existência de comércio, e de grande oferta de profissionais liberais Histórico de produção de plantas ornamentais de corte e flores tropicais Referência em produção expressiva de artesanato a partir de fibras vegetais, como da bananeira e da taboa Existência do Parque paleontológico de São José (Geológico e arqueológico) Histórico em produção de curtume de pequenos animais e de animais exóticos, como rã, coelho, tilápia, avestruz Histórico de Sítios arqueológicos Existência de patrimônios culturais Histórico de personalidades históricas, na literatura, política e esportes olímpicos.</p>
<p>Visão</p>	<p>Ser um município com infra-estrutura básica: água, esgoto e tratamento do lixo, e em saúde e em habitação Ter água potável em todas as residências Ter sistema de transporte de massa: de trilhos, aquaviário e aéreo, eficientes e sem monopólio Ser um município sem habitações subnormais Ter distribuição espacial urbana e rural planejada Ser referência nacional no sistema educacional (ensino superior, médio, fundamental, técnico) e possuir uma rede de creches Ter a população sendo capacitada em centros de profissionalizantes Ter grande oferta de empregos e da capacidade instalada Ter um setor comunitário organizado, com espaço físico, fortalecido, desonerado e com voz nas tomadas de decisões Ter um governo transparente, participativo e democrático com os três poderes atuantes.</p>

Mapa 6. Itaboraí: Uso do Solo



Itaboraí: Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
<p>Lei Orgânica (05 de abril de 1990)</p>	<p>A política agrícola objetiva promover o desenvolvimento no campo, justiça social, proteção da natureza e manutenção do homem no campo, buscando: garantir o uso rentável e auto-sustentável dos recursos disponíveis, através de um Plano de Desenvolvimento Agropecuário e da criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. O Plano de Desenvolvimento Rural deverá integrar atividades agropecuárias, agroindustriais, reflorestamento, pesca artesanal, preservação do meio ambiente e bem estar social, incluindo infra-estruturas físicas e de serviços no meio rural, abastecimento alimentar, assistência técnica e gratuita e de extensão rural aos pequenos e médios produtores rurais, pescadores artesanais, trabalhadores rurais, jovens e associações. Caberá ao município estimular a formação de cooperativas nos vários setores, incluindo a agricultura, pecuária e pesca.</p>
<p>Plano Diretor do Município (Lei Complementar n.º 54, de 27 de setembro de 2006)</p>	<p>Embora a Lei Orgânica apresente considerações relevantes para o desenvolvimento do meio rural, o Plano Diretor é quase contrário ao mesmo, quando deixa de considerar a Zona Rural do município. O desenvolvimento rural não está inserido como estratégia de desenvolvimento econômico, com exceção do fortalecimento do turismo rural. O Plano Diretor estabelece todos os espaços do município como urbanos, todavia reconhece atividades agrícolas e se propõe a fomentá-las. A produção agrícola está diretamente relacionada à Política de Abastecimento, que tem por objetivo incentivar e fornecer apoio técnico e material às iniciativas de produção agrícola e apoiar a comercialização de alimentos produzidos de forma cooperativa.</p> <p>A Agricultura Urbana e Suburbana de Itaboraí é definida pelos objetivos de estimular a cessão de uso dos terrenos particulares para o desenvolvimento, em parceria, de programas de combate à fome e à exclusão social; aproveitar os terrenos públicos não utilizados ou subutilizados, em programas de agricultura urbana de combate à exclusão social, visando contribuir para o abastecimento da população de baixa renda.</p>

Convênios com o Governo Federal

O município de Itaboraí arrecadou do Governo Federal em diferentes convênios um total de R\$ 83.896.592,72 entre 01/01/1996 a 30/11/2010. No total foram R\$ 873.600,90 convênios dedicados às atividades rurais e ou ambientais, apresentadas na tabela abaixo.

Tabela X. Itaboraí: Convênios firmados no período de 2001-2008

Objeto	Órgão Superior	Conveniente	Valor Conveniado	Data da Última Liberação	Valor da Última Liberação
APOIO A PROJETOS DE REGULARIZACAO FUNDIARIA SUSTENTAVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM AREAS URBANAS PAPEL PASSADO REGULARIZACAO FUNDIARIA DE IMOVEIS ITABORAI RJ AUTORIZADO PELO OFICIO MCIDADES ?) N 69132005	MC	PMI	0,00	20/12/2007	156.000,00
APOIO A MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE REASSENTAMENTO DE 69 FAMILIAS	MC	PMI	0,00	11/12/2007	585.000,00
PERFURACAO DE POCO ARTESIANO E INSTALACAO DE RESERVATORIO DE AGUA.	MMA	PMI	50.000,00	04/02/1999	50.000,00

5. MAGÉ

Dados do Município

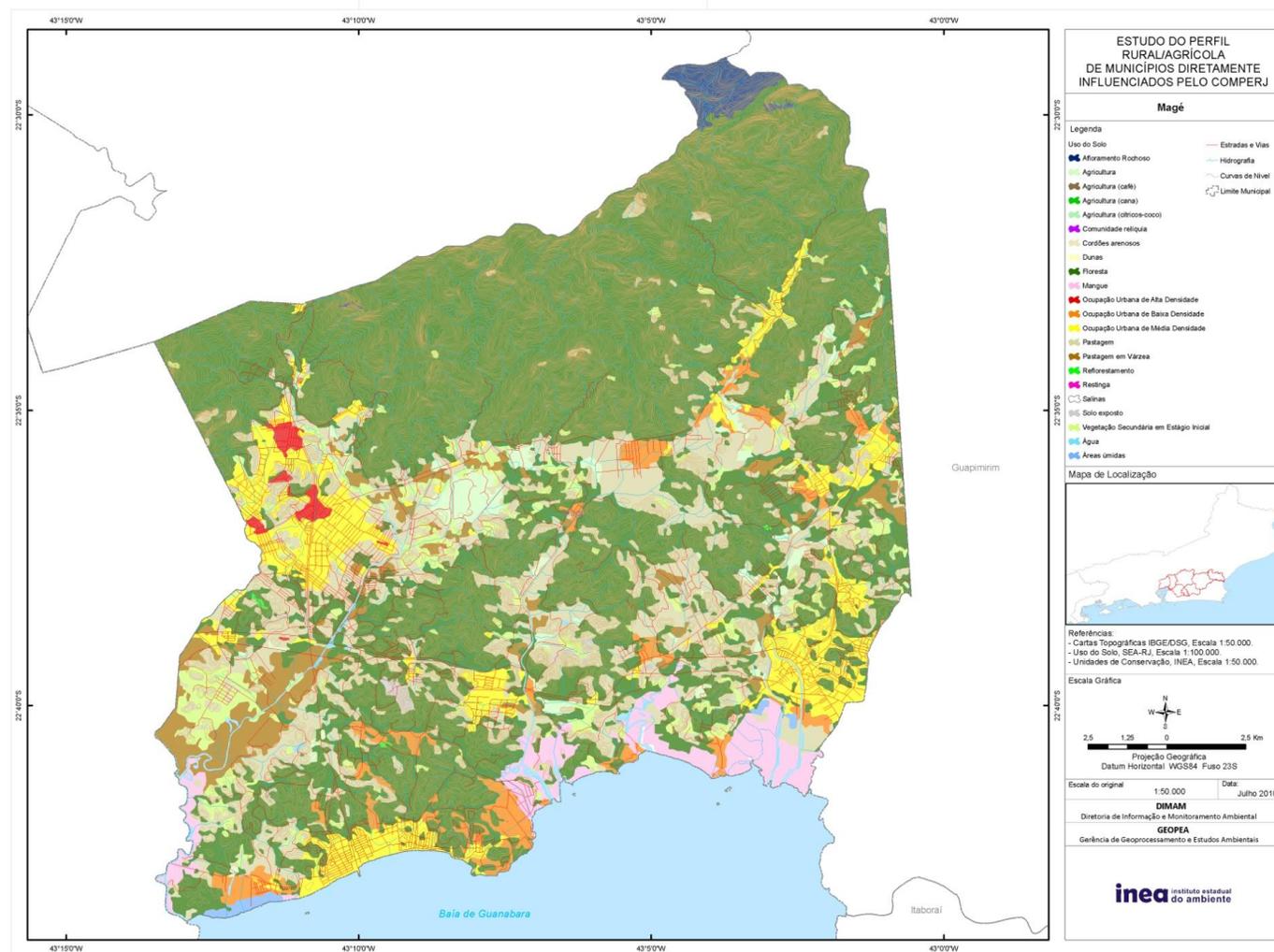
Território (ha)	38.600 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	244.334 hab.						
População Rural e Urbana	Ano	1970	1980	1991	2000		
	Rural	29.355	*	19.479	11.979		
	Urbana	83.668	163.930	172.255	193.851		
Número de estabelecimentos agropecuários (EA) e área ocupada por (%)*	442 EA em área equivalente a 12,8% do território municipal						
Distribuição Fundiária	Até 50 ha		417 EA , em 37,1% da área				
	Acima de 50ha		25 EA, em mais de 50% da área rural				
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários	Pecuária e outros animais		126 EA				
	Lavoura Permanente		42 EA				
	Lavoura Temporária		147 EA				
PIB Agricultura e PIB Total do Município	PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total						
	Agricultura						
Principais Produtos de Origem Animal	Bovinos		5.128 cabeças				
	Aves (Galinhas)		7.382 cabeças				
	Suíños		1.288 cabeças				
Principais Produtos Agrícolas	EMATER		aipim, milho, quiabo, batata-doce e inhame				
	IBGE						
	CEASA (2009)						
Outras atividades	Horticultura, floricultura, turismo, piscicultura						

*Os valores indicados pelo Censo não correspondem à série e não foram considerados neste levantamento.

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

<p>Vocações</p>	<p>Presença de recursos naturais e de recursos hídricos (mangues, cachoeiras, matas, águas minerais, rios, praias, mananciais, etc); Presença de Unidades de conservação; Manancial pesqueiro; Forte agricultura; Expressivo Ensino Profissional Agropecuária; Grande extração mineral (areia, granito) e minérios semi-preciosos; Presença de monumentos históricos e de atrativos culturais (Primeira rodovia do Brasil, Presença de sambaquis, Festas religiosas tradicionais, Quilombos e comunidades caiçaras, Balneário Barão de IRIRI/Nova Orleans, Histórico de Fábrica de Pólvora); Tem histórico de turismo religioso; Atrativos de potencial turístico (para ecoturismo, aventura); Espaço territorial para novos empreendimentos; Fácil acesso para os grandes centros (malha ferroviária, rodoviária e aquoviária).</p>
<p>Visão</p>	<p>Ser pólo de agroindústrias (alimentos agroecológicos, inclusive), piscicultura de água doce, agricultura familiar fortalecida, produção leiteira e agroflorestal; Ter indústria hoteleira; Ter indústrias limpas; Ter centro e ser referência em capacitação de mão-de-obra agroecológica e agroindustrial; Ter excelência na educação – fundamental e media; Ter vários campi universitários; Ser referência em pesquisas ambientais; Ter um pólo turístico fortalecido; Ter cultura fortalecida com diversos projetos acontecendo; Ter reconhecimento e preservação das comunidades quilombolas e tradicionais; Ter centro de lazer e cultura servindo a todos os distritos; Ter um complexo esportivo que leve jovens para os campeonatos internacionais (incluir esportes radicais); Ter meio ambiente preservado com educação ambiental disseminada. Rios, praias e manguezais despoluídos; Ter o sistema de transportes integrado e eficiente (municipal e intermunicípios); Ter excelente sistema de tratamento de resíduos; Ter excelência em saúde (ex: hospital de queimados, atendimento NeoNatal e outros); O município ser seguro, sem violência (Casa de Custódia retirada); Ser uma sociedade pacificada, com boa educação.</p>

Mapa 7. Magé: Uso do Solo



Magé: Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
<p>Lei Orgânica (5 de abril de 1990)</p>	<p>A política rural prevê os seguintes objetivos: oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural; garantir a utilização racional dos recursos naturais; e garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar. Os principais instrumentos para estímulo da produção rural são a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo, e a divulgação de oportunidades de créditos e incentivos fiscais.</p> <p>Prevê a criação, junto à Secretaria de Agricultura, de Comissão para desenvolvimento agropecuário, com a participação de entidades representativas dos produtores; o levantamento de áreas devolutas, acompanhado de cadastro rural com os dados sobre os produtores e suas famílias, área da produção, culturas; cadastramento das famílias com vocação agrícola que ainda não tenham acesso à terra para possível assentamento em terras disponíveis; criação de regras de fomento à produção para os assentamentos de reforma agrária, em articulação com os Governos Estadual e Federal; criação de cinturões verdes em áreas pertencentes ou não ao patrimônio Municipal, como forma de equilibrar a produção agrícola para o abastecimento municipal e a proteção ao meio ambiente; criação de patrulhas moto-mecanizadas para pequenos produtores disponíveis aos agricultores através de associações, cooperativas, sindicatos, etc; elaboração e distribuição de boletins e informes-técnicos aos produtores e suas famílias.</p> <p>Estabelece o Imposto Progressivo para áreas agricultáveis próximas de áreas urbanas que estejam sendo usadas para especulação.</p> <p>Prevê a criação de mercados municipais do produtor, para venda direta ou via associações, cooperativas ou organizações de pequenos produtores, aos consumidores municipais de seus produtos agrícolas; banco de sementes de produtos básicos e matrizes para atendimento aos produtores do Município e de um mercado varejista do produtor, para comercializar a preços mais acessíveis ao povo os alimentos produzidos no Município.</p> <p>Em relação à pesca, prevê a elaboração de uma política pesqueira municipal, com efetiva participação de piscicultores e pescadores artesanais, garantindo assistência técnica e estimulando a comercialização direta aos consumidores; mecanismos de proteção e preservação de áreas ocupadas por comunidades de pescadores; fomento e piscicultura com fonte barata e saudável de proteínas e como fator econômico complementar das propriedades agrícolas; a criação do entreposto de pesca no distrito de Mauá, visando garantir o efetivo desenvolvimento econômico do setor pesqueiro e o bem estar social dos pescadores, a ser administrado pelo Poder Público, em parceria com os pescadores da região.</p>

CONVÊNIOS COM O GOVERNO FEDERAL

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, entre o período de 01/01/1996 a 04/10/2010 o município de Magé havia conveniado com diferentes entidades do Governo Federal a quantia de R\$ 46.275.468,53, dos quais, R\$ 327.528,52 haviam sido, por diferentes aspectos, dedicado à atividades rurais. Dentre os 3 convênios estabelecidos, dois foram dedicados a implantação de infra-estrutura de serviços pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e um foi dedicado a projeto de inclusão produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Tabela X. Magé: Convênios firmados no período de 2001-2008

Objeto do Convênio	Órgão Superior	Concedente	Conveniente	Valor Convênio	Vigência	Valor Contrapartida:
PROJETO DE INCLUSAO PRODUTIVA	MDSCF	FNAS	PMM	50.000,00 Liberado 50.000,00	29/12/2005 A 09/03/2010	10.000,00
INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS	MDA	MDA-CEF	PMM	230.848,52 Liberado 230.848,52	22/12/2004 A 30/10/2008	46.169,71
INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS	MDA	MDA-CEF	PMM	46.680,00 Liberado 46.680,00	28/11/2001 A 01/01/2003	20.970,55

6. RIO BONITO

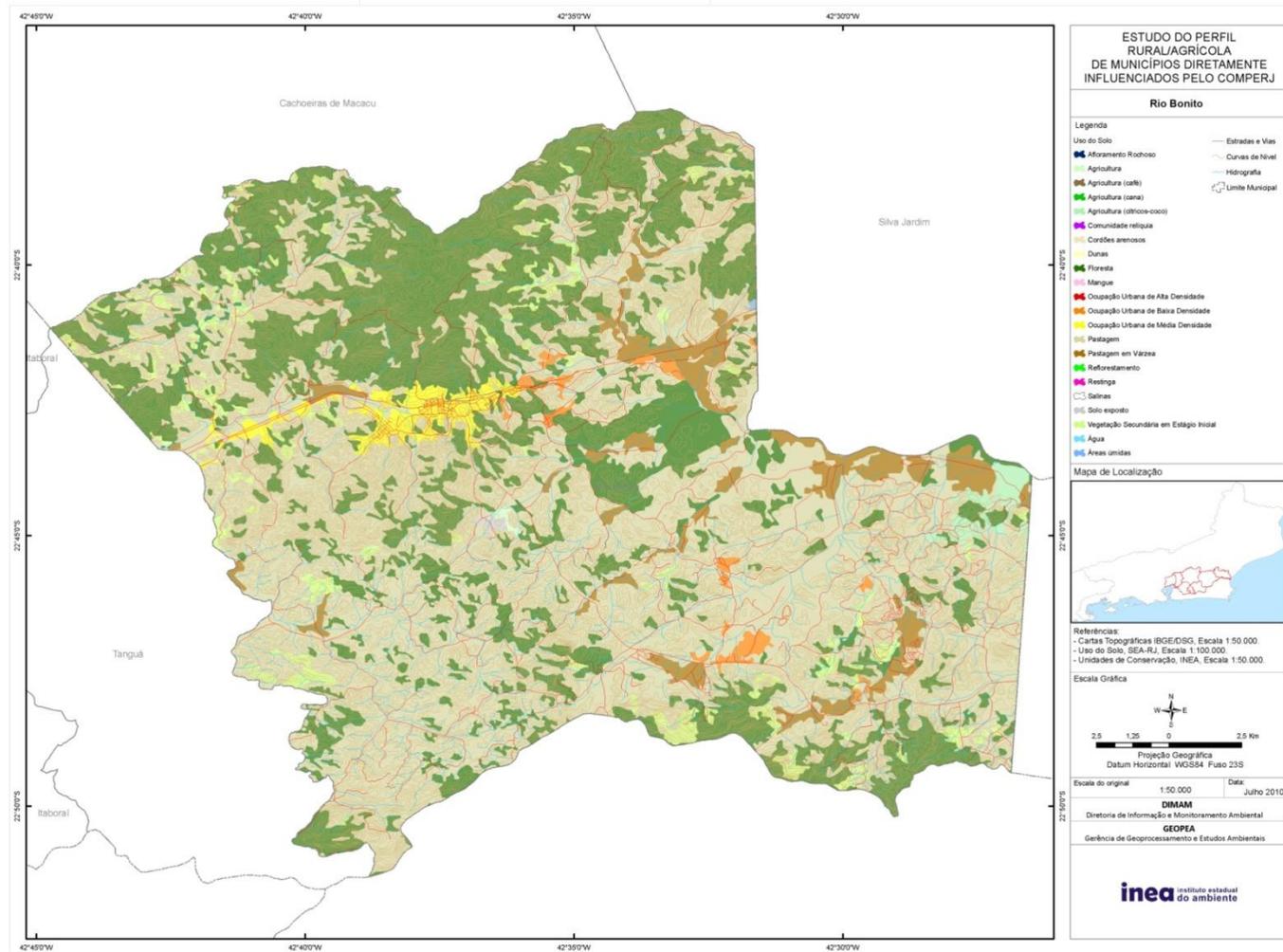
Dados do Município

Território (ha)	46.200 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	55.051 hab.						
População Rural e Urbana	Ano	1970	1980	1991	2000		
	Rural	16.687	17.924	17.996	17.241		
	Urbana	17.747	22.114	27.165	32.450		
Área ocupada por estabelecimentos agropecuários (ha)							
Distribuição Fundiária	Até 50 ha						
	Acima de 50ha						
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários	Pecuária e outros animais						
	Lavoura Permanente						
	Lavoura Temporária						
PIB Agricultura e PIB Total do Município	PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total						
	Agricultura						
Principais Produtos de Origem Animal	Gado de corte						
	Gado leiteiro						
	Outros						
Principais Produtos Agrícolas	EMATER						
	IBGE						

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

<p>Vocações</p>	<p>Histórico de Centro Comercial forte Expressiva produção Agro-pecuária (mais de 3000 produtores rurais) Existência de Condomínio Industrial Produção de Artesanato local (mais de 50 famílias) Existência de equipamentos e grande potencial para ações culturais Atrativos para o Turismo Rural, Ecológico e de Aventura Tem Prática Esportiva Rica em Recursos Naturais Tem Características que favorecem a Qualidade de Vida Área disponível para Habitação de qualidade (Existência de Moradias de qualidade) Tem localização privilegiada</p>
<p>Visão</p>	<p>Ter Agronegócio fortalecido Ser Pólo Tecnológico Ter Pólo Comercial, Industrial e de Serviços ampliado e servido a toda a região Ser Centro de Formação, Qualificação e Capacitação profissional Ter população economicamente ativa Ter produção Artesanal de qualidade, reconhecida, com identidade cultural local, gerando trabalho e renda Ser referência nacional em Turismo Ecológico, Rural, Esportivo e de Aventura Ter Pólo Esportivo profissionalizante de atletas Ser modelo em Gestão Pública participativa, moderna e eficiente, com comunicação ampla e eficaz e vigorosos canais de atração de recursos financeiros Ser referência em Planejamento Urbano Sustentável equilibrando as áreas residenciais, naturais e produtivas, valorizando a qualidade de vida local, garantindo acessibilidade Ter eficiente sistema de saneamento ambiental em todo o município Ter plano de manejo dos recursos naturais de forma sustentável Ter sistema de segurança eficiente com participação da comunidade</p>

Mapa 8. Rio Bonito: Uso do Solo



Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
<p>Lei Orgânica</p>	<p>Prevê que o município deve garantir o equilíbrio entre o meio urbano e rural ecológico, frisando o perfil ambiental rural, estabelecendo a obrigatoriedade da realização de melhoramentos na área rural em consonância com as áreas urbanas. Sobre a Política Agrícola, prevê a execução de planos que elevem o aumento da renda das atividades agropecuárias, maior geração de empregos produtivos, melhor qualidade de vida, de forma a manter o homem no campo, priorizando-se o pequeno produtor, através da assistência técnica, controle e fiscalização, planejamento e implementação de uma política agrícola, programas de distribuição de mudas para reflorestamento e de hortas caseiras. Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura deverá elaborar planos anuais e plurianuais de desenvolvimento sustentável. O Plano Estratégico deverá contemplar atividades agropastoris; agroindustriais; reflorestamento; pesca artesanal; preservação ambiental; incluindo investimentos em estruturas físicas e serviços na zona rural; abastecimento alimentar; estimulando a relação direta entre produtor e consumidor.</p> <p>A política de esporte e lazer enfatiza o fomento às práticas de excursões nas áreas de preservação da cidade e o estímulo a participação recreativa da população rural. Há especificação de um zoneamento agrícola, que ainda não foi elaborado no município.</p>
<p>Plano Diretor do Município</p>	<p>O município possui Plano Diretor, todavia até o momento não obtivemos cópia Não está disponibilizado em arquivo eletrônico e os próprios funcionários públicos desconhecem a lei e não têm nenhuma cópia. Solicitamos cópia na Secretaria de Planejamento, Urbanismo e na Chefia de Gabinete do Prefeito. Estamos aguardando a disponibilidade.</p>

Convênios com o Governo Federal

O Município de Rio Bonito recebeu, entre 1996 e 2010, um total de R\$ 14.953.359,41 através de convênios com o Governo Federal, dos quais R\$ 437.400,00 foram destinados ao setor meio rural e meio ambiente.

Tabela X. Rio Bonito: Convênios firmados no período de 1996-2010

Objeto	Órgão Superior	Conveniente	Valor Conveniado	Data da Última Liberação	Valor da Última Liberação
APOIO ESTRUTURAÇÃO LABORATORIO DE ANÁLISE DE SOLOS	MDA	PMRB	98.696,00	23/12/2009	18.400,00
IMPLANTAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL	MAPA	PMRB	30.000,00	29/12/2003	30.000,00
REMEDIAÇÃO DE VAZADOURO ATUAL E IMPLANTACAO DE USINA DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DENTRO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BAÍA DE GUANABARA	MMA	PMRB	368.949,18	26/10/2001	289.000,00
IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA NO MUNICÍPIO DE RIO BONITO	MAPA	PMRB	100.000,00	18/12/1996	100.000,00

7. SILVA JARDIM

Dados do Município

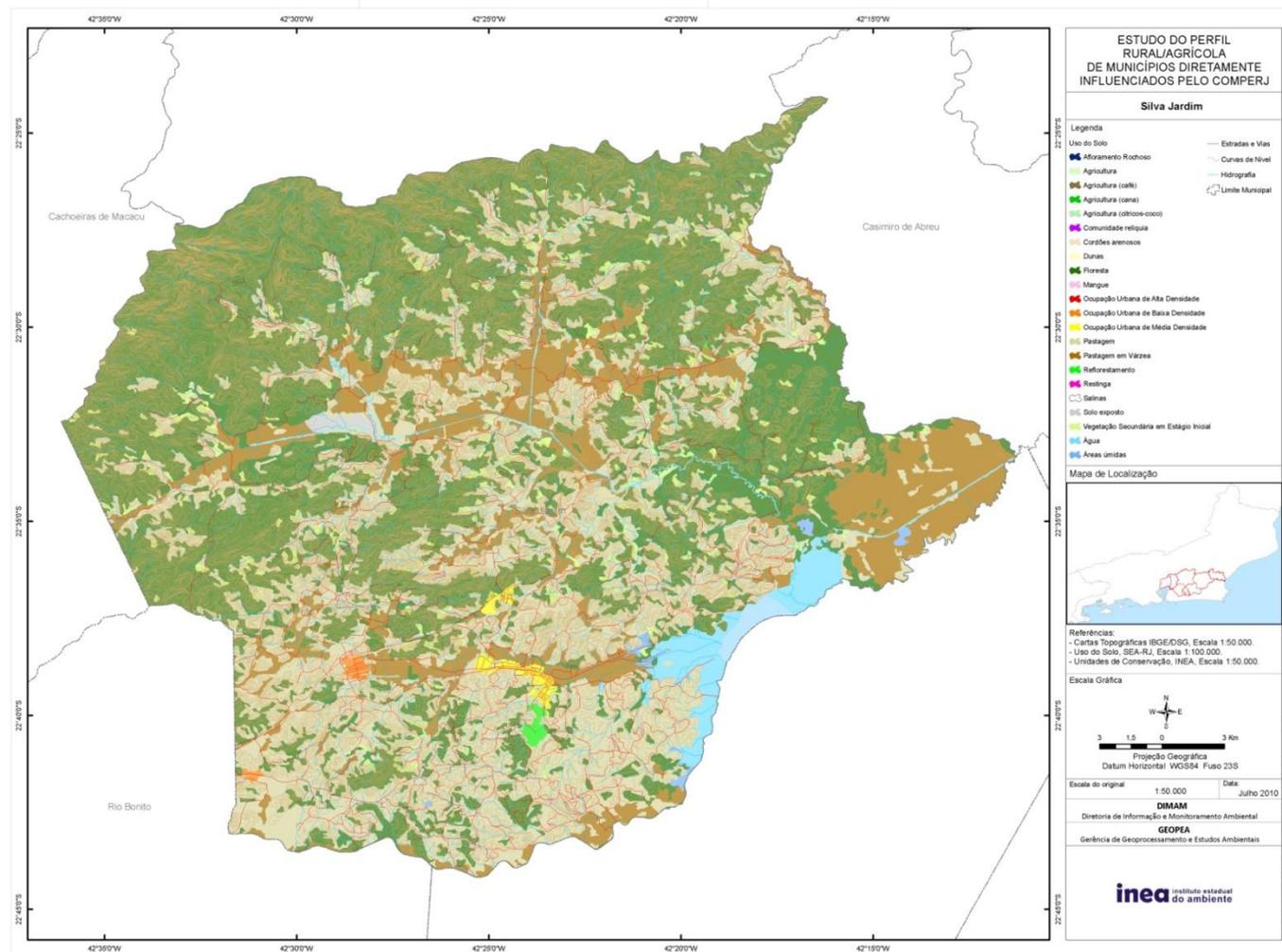
Território (ha)	93.800 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	22.230 hab.						
População Rural e Urbana	Ano	1970	1980	1991	2000		
	Rural	13.543	11.954	8.348	7.050		
	Urbana	3.647	4.874	9.793	14.215		
Área ocupada por estabelecimentos agropecuários (ha)							
Distribuição Fundiária	Até 50 ha						
	Acima de 50ha						
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários	Pecuária e outros animais						
	Lavoura Permanente						
	Lavoura Temporária						
PIB Agricultura e PIB Total do Município	PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total						
	Agricultura						
Principais Produtos de Origem Animal	Gado de corte						
	Gado leiteiro						
	Outros						
Principais Produtos Agrícolas	EMATER						
	IBGE						
Outras atividades	Palmito, seringueira, teca, conservação privada de biodiversidade						

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

Vocações	<p>Grande extensão geográfica</p> <p>Fartura de belezas naturais e biodiversidade aliadas a preservação ambiental (concentração de Mata Atlântica)</p> <p>Município com maior nº de RPPNs do Estado e talvez do Brasil (com atividades econômicas)</p> <p>Presença do Mico-Leão-Dourado (maior área de preservação da espécie)</p> <p>Presença de agronegócio (histórico, inclusive)</p> <p>Existência de aquíicultura (peixe, camarão e rã)</p> <p>Recursos hídricos em abundância (Represa/Lagoa de Juturnaíba; fontes de águas minerais)</p> <p>Existência de artesanato local</p> <p>Grande quantidade de atrativos com potencial para o turismo (ecológico, aventura e rural). Existência de trilhas e caminhadas</p> <p>Histórico de esporte náutico</p>
Visão	<p>Ser Município organizado, estruturado, capacitado e conscientizado de sua identidade: MUNICIPIO VERDE</p> <p>Ser município que sabe atrair e gerenciar recursos financeiros</p> <p>Ter cobertura de saneamento básico de 100% do município</p> <p>Ter manejo sustentável dos recursos naturais</p>

	<p>Ter excelente Sistema Educacional atendendo à vocação local</p> <p>Ser município com identidade cultural fortalecida</p> <p>Ter artesanato local fortalecido, reconhecido, com identidade gerando renda (agregando valor a partir dos recursos naturais)</p> <p>Ter população capacitada trabalhando e gerando renda dentro do município (com independência financeira).</p> <p>Ter Central de Venda da produção local (artesanato, agronegócios, etc.)</p> <p>Ter turismo organizado, atraindo e agradando visitantes de todo Brasil (ecológico, aventura, rural)</p> <p>Ter condomínios e serviços para 3ª idade</p> <p>Ser referência em indústrias não poluentes, comércios e serviços sustentáveis</p> <p>Tornar Silva Jardim reconhecida nacionalmente a partir de suas vocações</p> <p>Ser Pólo de esporte náutico</p>
--	---

Mapa 9. Silva Jardim: Uso do Solo



Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
<p>Lei Orgânica (1º de abril de 1990)</p>	<p>A política agrícola municipal estabelece prioridade à pequena produção e ao abastecimento alimentar através do sistema de comercialização direta entre produtores e consumidores, por meio do zoneamento agrícola; apoio à extensão rural; prestar serviços ou fornecer materiais à Empresa Oficial de Assistência Técnica de Extensão Rural, ou entidade afim; garantir a conservação das estradas vicinais para o escoamento da produção.</p> <p>Prevê o planejamento, ordenamento e desenvolvimento do setor pesqueiro, que deverá priorizar o abastecimento alimentar, provimento de infra-estrutura de suporte à pesca, incentivo à aquicultura e implantação do sistema de informação setorial e controle estatístico da produção. O município deverá realizar esforços para viabilizar a pesca na Lagoa de Juturnaíba, observando a proteção e preservação da fauna; o apoio aos pescadores para comercializar diretamente a sua produção; e a facilidade de acesso da população do Município à produção pesqueira.</p>
<p>Plano Diretor do Município</p>	<p>O município de Silva Jardim tem menos de 20 mil habitantes e, portanto, não tem Plano Diretor.</p>

Convênios com o Governo Federal

O município de Silva Jardim recebeu, entre 1996 e 2010, um montante de R\$ 15.862.613,74 em convênios com o Governo Federal, dos quais R\$ 922.459,03 foram voltados para projetos ambientais ou às atividades rurais do município, conforme exposto no quadro abaixo.

Tabela X. Silva Jardim: Convênios firmados no período de 1996-2010

Objeto	Órgão Superior	Conveniente	Valor Conveniado	Data da Última Liberação	Valor da Última Liberação
Objeto: Fornecer elementos e subsídios que possibilitem viabilizar a dragagem de 4,25 km referente aos canais vale do sol (0,95), Meio (2,30 km) e incra (1,00 km) e construção de uma ponte-mista em concreto armado e madeira de lei com 12,00 m de comprimento, na foz do canal do meio	MDA	PMSJ	365.548,54	28/12/2007	365.548,54
FOMENTO AS ACOES DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NO ENTORNO DA RESERVA BIOLOGICA DE POCO DAS ANTAS	MDA	AMLD	20.000,00	17/08/2006	20.000,00
REALIZAR O MANEJO INTEGRADO DAS POPULACOES DE MICOS-LEOES-DOURADOS E SEU HABITAT CONSIDERANDO UMA ESTRUTURA DE METAPOPULACAO PARA A ESPECIE	MMA	AMLD	359.898,00	01/08/2006	141.094,00
O PRESENTE CONVENIO TEM POR OBJETO A IMPLANTACAO DE 11 KM DE REDE TRONCO DE ELETRIFICACAO RURAL, PARA ATENDER 40 FAMILIAS ASSENTADAS PELO INCRA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CAMBUCAES, LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE SILVA JARDIM, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	MDA	PMSJ	99.000,00	03/12/2003	60.000,00
MANEJAR AS POPULACOES DE MICOS LEOES DOURADOS E SEUS HABITATS COMO UMA META DA POPULACAO.	MMA	AMLD	248.588,00	06/11/2003	15.887,00
INFRA-ESTRUTURA BASICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS	MDA	PMSJ	0,00	31/12/2002	54.000,00
REALIZAR O MANEJO INTEGRADO DAS POPULACOES DE MICOS-LEOES-DOURADOS E SEU HABITAT CONSIDERANDO UMA ESTRUTURA DE METAPOPULACAO PARA A ESPECIE	MMA	AMLD	359.898,00	01/08/2006	141.094,00
CONSERVACAO, MANEJO E RESTAURACAO EM FRAGMENTOS DE MATA ATLANTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: MAMIFEROS COMO TAXON FOCAL PARA A FORMULACAO DE ESTRATEGIAS.	MCT	AMLD	596.204,64	27/12/2001	4.835,49
DRAGAGEM, PROJETO EXECUTIVOS REMOCAO DO MATERIAL NA EXTENSAO 1.90 KM DO CURSO DO RIO CAPIVARI NA AREA DE PLANCIE, ETACAS 0 A95.	MMA	PMSJ	120.000,00	25/01/1999	120.000,00

8. TANGUÁ

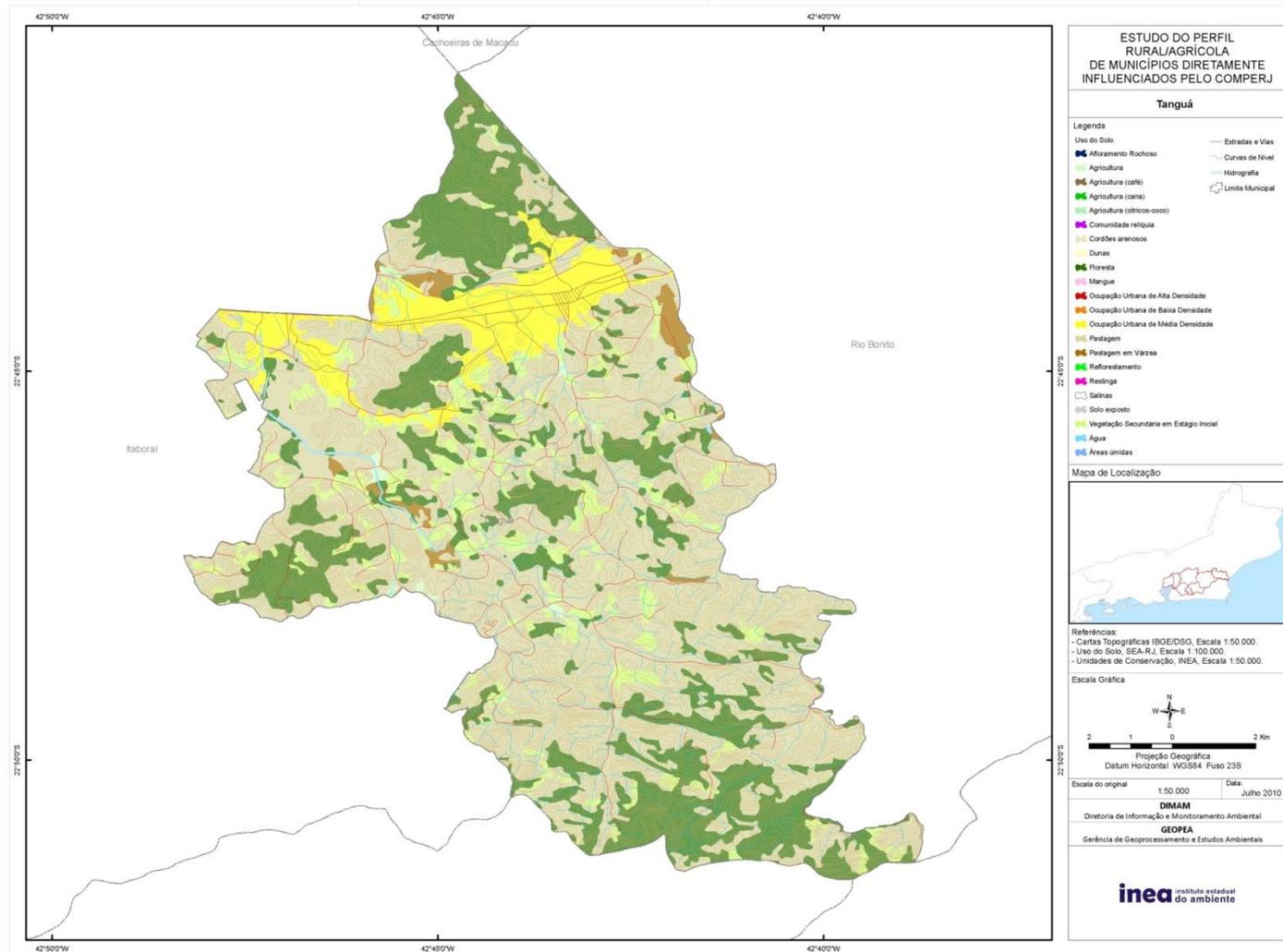
Dados do Município

Território (ha)	14.700 ha						
População (estimativa IBGE 2009)	30.531 hab.						
População Rural e Urbana	Ano	1970	1980	1991	2000		
	Rural	-	-	-	3.609		
	Urbana	-	-	-	22.448		
Número de estabelecimentos agropecuários (EA) e área ocupada por (%)*	319 EA, ocupando 43,57% do território do município						
Distribuição Fundiária *	Até 50 ha			301 EA, em 37,18% da área rural			
	Acima de 50ha			15 EA, que ocupavam mais de 60% da área rural			
Principais Atividades dos Estabelecimentos Agropecuários	Pecuária e outros animais			60 EA			
	Lavoura Permanente			161 EA			
	Lavoura Temporária			88 EA			
PIB Agricultura e PIB Total do Município	PIB	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Total (R\$1.000)	1.228	1.193	1.323	1.585	1.525	1.790
	Agricultura (%)	1,01	0,83	0,93	1,07	0,96	0,99
Principais Produtos de Origem Animal	Bovino		4.072 cabeças				
	Aves (galinhas)		1.238 cabeças				
	Ovinos		424 cabeças				
Principais Produtos Agrícolas	EMATER		Dados não disponibilizados				
	IBGE		laranja, coco-da-baía, limão, aipim, cana-de-açúcar e feijão				
	CEASA (2009)		laranja, mandioca, limão e quiabo				
Outras atividades	Piscicultura, turismo rural						

Vocações e Visões Resultantes do Processo da Agenda 21 Local

Vocações	<p>Reconhecida e histórica produção agrícola na região metropolitana (Ex: laranja) Histórico de extração mineral e produção de cerâmica Tem atrativos para turismo rural e ecológico na região metropolitana Está se tornando conhecida como cidade dormitório Tem distância estratégica do empreendimento COMPERJ. Potencial– BR, estrada de ferro</p>
Visão	<p>Ter mercado produtor e distribuidor com centro de formação, exposição, comercialização de produção agrícola e artesanato (a partir de reciclagem, inclusive) Ser pólo regional de escritórios em negócios e em prestação de serviços da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro Ter rede hoteleira de negócios Ter condomínio industrial Ter indústria de tecnologia limpa desenvolvida no município Ser centro de logística do COMPERJ e empresas associadas - “Porto seco” Ter pólo residencial Ter um complexo comercial e um de esporte, lazer e cultura no centro, com núcleos nas regiões de planejamento do município Ter Parque Municipal que seja referência de preservação e recuperação no estado. Ser uma cidade que recupera e conserva seu patrimônio histórico Ser uma cidade urbanizada, arborizada, agradável para se viver e trabalhar Município com saneamento universal Ser uma cidade segura Ter transporte eficiente, diversificado, municipal e intermunicipal, que atenda toda a população Ser referência em sistema de saúde (hospital maternidade, pronto-socorro, saúde preventiva e alternativa, centro de imagem, tratamento de queimados, etc.) Ter centro de referência de educação, com destaque em Educação Ambiental, a ser implantado no Horto Zôo-Botânico (Usina de triagem / compostagem) Ter excelente centro sócio-educativo de reabilitação de jovens Ter idoso bem atendido e inserido na sociedade.</p>

Mapa 10. Tanguá: Uso do Solo



Bases Institucionais do Setor Rural

Base Institucional	Princípios e Diretrizes de Desenvolvimento Rural
Lei Orgânica (15 de novembro de 1997)	<p>A política agrária estabelece que o Município dará prioridade à pequena produção com estímulo à policultura e ao abastecimento alimentar, através da comercialização direta entre produtores e consumidores. Ao poder público cabe: garantir, dentro das possibilidades orçamentárias, a assistência técnica e extensão rural gratuitas e benefícios aos pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais; incentivar e manter pesquisa agropecuária, com tecnologia acessível aos pequenos e médios produtores; incentivar a utilização de recursos energéticos locais, como forma de aproveitamento auto-sustentado do ecossistema; planejar e implementar política de desenvolvimento agrícola compatível com a política agrária e com a preservação do meio ambiente e conservação do solo; fiscalizar e controlar o armazenamento, o abastecimento de produtos agropecuários e a comercialização de insumos agrícolas, estimulando a adubação orgânica e o controle biológico; desenvolver programas de irrigação e drenagem, produção e distribuição de mudas e sementes nativas e de reflorestamento; instituir programas de ensino agrícola associado ao ensino não formal e à educação para a preservação do meio-ambiente; utilizar seus equipamentos mediante convênio com as cooperativas agrícolas de pequenos produtores; estabelecer convênios para o desenvolvimento de pesquisa técnico-científica e orientação agrícola e agrária; incentivar a criação de cooperativas rurais; conservar as estradas vicinais; construir o Mercado Municipal.</p> <p>A política agrícola, destacada da política agrária, prevê a elaboração e execução de programas e projetos destinados ao desenvolvimento rural, em articulação com os Governos Estadual e Federal a criação de um plano de desenvolvimento agropecuário, elaborado por um conselho municipal de desenvolvimento rural, sob a coordenação do poder público municipal e integrado por instituições públicas e privadas, abrangendo atividades agropecuária, agro-industriais, reflorestamento, pesca, proteção ao meio ambiente, apoio ao bem-estar social, incluídas as infra-estruturas físicas e de serviços na zona rural e o abastecimento alimentar. Deverá ainda assegurar prioridades, incentivos e gratuidade do serviço de assistência técnica e extensão rural aos pequenos e médios produtores.</p>
Plano Diretor do Município (Lei n.º 0562 de outubro de 2006)	<p>O macrozoneamento ambiental reconhece a existência de área rural, todavia afirmando que essas áreas só serão consideradas como parte da Zona Rural enquanto estiverem produzindo e puderem provar diante da prefeitura. Não há políticas voltadas para o mundo rural no sentido de desenvolvimento da política agrícola.</p>

Convênios com o Governo Federal

O município de Tanguá arrecadou do Governo Federal em diferentes convênios um total de R\$ 83.896.592,72 entre 01/01/1999 a 30/11/2010. No total foram R\$ 873.600,90 convênios dedicados às atividades rurais e ambientais, apresentadas na tabela abaixo.

Objeto	Órgão Superior	Conveniente	Valor Conveniado	Data da Última Liberação	Valor da Última Liberação
IMPLANTACAO DE ELETRIFICACAO RURAL	MAPA	PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUA	42.600,90	29/12/2004	42.600,90
FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HIDRICA, ATRAVES DE REFLORESTAMENTO E PROTECAO DE NASCENTES.	MMA	PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUA	40.000,00	19/02/1999	40.000,00

ANEXO 1

Tabelas da CEASA por município (2005-2009): quantidade comercializada (kgs) e comercialização dos produtos (R\$)³⁰

Tabela 1. Cachoeiras de Macacu (2005-2009): produtos, quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABACATE COMUM	3.454,0	3.938,0	880,0	86.724,0	
ABACAXI	15.200,0	18.940,0	1.788,0	1.000,0	3.890,0
ABIO		1.126,0			
ABOBORA COMUM	127,0	2.067,0	10,0	290.025,0	1.160,0
ABOBORA D'AGUA		5.000,0	750,0	750,0	1.500,0
ABOBRINHA	262.960,0	245.480,0	192.880,0	120.580,0	77.900,0
ACELGA	110,0	54,0	220,0	1.380,0	520,0
ACEROLA	9.019,0	43.859,0	9.865,0	12.880,0	7.870,0
AGRIAO	2.389,0	1.144,0	770,0	2.574,0	814,0
AIPIM	3.276.250,0	3.701.900,0	5.115.525,0	5.898.100,0	5.607.450,0
AIPO/SALSAO	320,0	1.064,0	540,0	280,0	120,0
ALFACE	5.202,0	252,0	20,0	4.428,0	600,0
ALHO PORRO		25,0		100,0	
ALMEIRAO			9,0		
AMENDOIM	500,0				
ASPARGO				808,0	1.992,0
BANANA FIGO		26.500,0	34.580,0	8.900,0	4.400,0
BANANA MACA		200,0	220,0		720,0
BANANA NANICA	44.682,0	41.646,0	13.266,0	16.346,0	13.508,0
BANANA PRATA	1.192.620,0	1.720.520,0	1.013.820,0	1.023.640,0	811.340,0
BANANA SAO TOME		37.600,0			
BANANA TERRA		240,0	440,0	240,0	
BATATA BAROA	500,0	10.250,0	2.750,0		
BATATA COMUM	18.500,0	2.500,0	14.500,0		1.000,0
BATATA DOCE	387.021,0	609.247,0	836.280,0	909.489,0	853.783,0
BERINJELA	466.984,0	611.590,0	795.550,0	372.260,0	511.658,0

³⁰ http://www.ceasa.rj.gov.br/quantidade_municipio.asp?orgid=1&orgnome=CEASA

BERTALHA	710,0	10,0	200,0	1.100,0	
BETERRABA	10.582,0	2.838,0	23.606,0	5.786,0	35.222,0
BROCOLOS	880,0	370,0	1.106,0	537,0	150,0
CAJA	21.320,0	3.042,0	4.940,0	11.050,0	34.580,0
CAQUI	4.500,0	1.100,0	250,0	2.500,0	2.350,0
CARA	2.640,0	1.188,0	3.894,0	1.100,0	
CARAMBOLA	975,0	3.570,0		435,0	450,0
CEBOLA		200,0	800,0		
CEBOLINHA	1.145,0	98,0	1.884,0	855,0	1.659,0
CENOURA	16.550,0		48.775,0	6.700,0	750,0
CHICORIA	1.530,0	900,0	2.655,0	450,0	
CHUCHU	166.612,0	177.606,0	141.841,0	54.671,0	37.973,0
COCO SECO	6.924,0	2.420,0	22.984,0	1.850,0	4.100,0
COCO VERDE	495.944,0	281.272,0	163.466,0	152.710,0	261.776,0
COENTRO	1.070,0	302,0	295,0	725,0	227,0
COUVE COMUM	2.460,0	425,0	1.389,0	350,0	1.100,0
COUVE FLOR	8.760,0		5.030,0	2.440,0	2.160,0
ERVILHA	3.420,0	3.024,0	4.956,0	7.008,0	2.400,0
ESPINAFRE	1.256,0	355,0	1.081,0	1.989,0	
FEIJAO	80,0	249,0	11.666,0	1.260,0	75,0
FEIJAODE CORDA	10.815,0	1.785,0	117.960,0	170.220,0	12.975,0
FIGO NACIONAL		1.100,0	100,0	200,0	600,0
FRUTA PAO			125,0		
GENGIBRE		3.200,0	2.864,0		
GOIABA	2.392.461,0	2.868.234,0	2.358.654,0	2.144.400,0	2.242.473,0
GRAVIOLA	13,0			253,0	200,0
HORTELA	54,0	18,0	21,0	81,0	658,0
INHAME	4.140.644,0	4.045.723,0	3.741.088,0	3.398.526,0	3.851.649,0
JABOTICABA	768,0	66.768,0			21.600,0
JACA	300,0	232,0	140,0	25,0	123,0
JAMBO	150,0				8.875,0
JILO	1.444.881,0	1.607.350,0	1.616.428,0	1.095.157,0	880.311,0
LARANJA BAIA	702,0	810,0	3.780,0	405,0	
LARANJA DA TERRA		270,0		1.485,0	
LARANJA LIMA	330.372,0	249.750,0	96.633,0	54.054,0	291.708,0
LARANJA NATAL	6.561,0		23.274,0	40.392,0	52.758,0
LARANJA PERA	59.805,0	45.603,0	44.172,0	2.700,0	18.063,0
LARANJA SELETA	4.833,0	1.998,0	21.330,0	9.531,0	14.040,0
LICHIA		1.984,0			816,0
LIMA DA PERSIA		2.754,0	10.800,0	66.636,0	1.350,0
LIMAO BRANCO		48.060,0		4.185,0	
LIMAO GALEGO		44.685,0			
LIMAO		3.780,0			

IMPORTADO					
LIMAO SICILIANO		84.780,0	810,0	18.225,0	1.080,0
LIMAO TAITY	1.016.280,0	960.309,0	973.593,0	1.230.768,0	700.650,0
LOURO	10,0		20,0	43,0	11,0
MACA NACIONAL					200,0
MAMAO FORMOSA		220,0	2.090,0	1.452,0	
MAMAO HAVAI	9.752,0	16,0	8,0	480,0	80,0
MANGA	3.525,0	6.700,0	1.750,0	1.825,0	1.075,0
MARACUJA	171.872,0	202.400,0	133.824,0	223.536,0	173.072,0
MAXIXE	101.214,0	59.994,0	91.836,0	48.834,0	63.972,0
MELAO		2.600,0			
MILHO EM GRAO		20,0	15.300,0		
MILHO VERDE	6.334.950,0	9.794.675,0	8.893.500,0	7.933.625,0	6.473.175,0
MORANGO		708,0	4.800,0		28,0
MOSTARDA	45,0			18,0	
NABO	5.400,0	24.325,0	8.975,0	2.150,0	
OUTROS PESCADOS	2.000,0				
OVOS BRANCOS	810,0				
OVOS CODORNA	3.780,0				
PALMITO	1.147,0	2.675,0	967,0	17,0	43,0
PEPINO	79.536,0	108.384,0	79.968,0	97.032,0	62.376,0
PIMENTA	1.428,0	4.728,0	109.584,0	4.044,0	1.656,0
PIMENTAO	215.193,0	245.861,0	293.986,0	220.275,0	143.638,0
PRODUTOS DIVERSOS	36.236,0	61.405,0	258.617,0	312.569,0	37.253,0
QUIABO	830.018,0	1.015.336,0	897.722,0	604.996,0	570.094,0
RABANETE		60,0	72,0		
REPOLHO	12.650,0	16.725,0	58.600,0	34.975,0	12.025,0
RUCULA			1,0		149,0
SALSA	660,0	123,0	270,0	495,0	165,0
TANGERINA COMUM/RIO	3.780,0	1.404,0	15.093,0	37.179,0	7.425,0
TANGERINA MURKOT	837,0				
TANGERINA PONKAN	119.944,0	74.536,0	67.804,0	73.414,0	30.866,0
TOMATE CAQUI/MACA	47.472,0	14.421,0	2.990,0		
TOMATE SANTA CRUZ	85.800,0	44.400,0	249.816,0	125.568,0	30.384,0
VAGEM MACARRAO	343.530,0	611.352,0	548.100,0	154.800,0	362.970,0
VAGEM MANTEIGA	138.420,0	59.460,0	56.310,0	51.210,0	47.250,0
Total Anual	24.391.844,00	29.955.832,00	29.279.256,00	27.169.800,00	24.403.033,00

Total Período 135.199.765,00

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **CACHOEIRAS DE MACACU / RJ** - Ano: **2005 a 2009**

Tabela 2. Casimiro de Abreu (2005-2009): produtos, quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABOBORA COMUM		221,0			
ABOBRINHA		21.040,0	260,0		
AIPIM	4.250,0	13.850,0	25.200,0	88.725,0	67.625,0
BANANA FIGO			140,0		
BANANA NANICA	5.940,0	1.540,0		814,0	990,0
BANANA PRATA	13.800,0	20.300,0	15.840,0	7.480,0	1.460,0
BANANA TERRA	47.900,0	6.080,0	180,0	10.480,0	
BATATA DOCE		10.166,0	6.417,0	76.084,0	
BERINJELA	560,0	644,0	1.190,0		546,0
CAJA			1.820,0		
CAJU				509,0	
CENOURA		25,0			
COCO VERDE					160,0
CORVINA		11.000,0			
FEIJAODE CORDA			1.605,0		
GOIABA	1.173,0		90,0	816,0	45,0
INHAME	41.791,0	39.192,0	26.427,0	24.702,0	5.727,0
JILO	969,0	646,0	1.071,0	68,0	2.040,0
LARANJA BAIA			1.350,0		
LARANJA LIMA	1.890,0				
LARANJA NATAL				1.620,0	
LARANJA PERA	270,0		1.080,0		
LARANJA SELETA	1.890,0		1.080,0		
LIMAO TAITY	540,0		2.160,0	5.130,0	1.620,0
MARACUJA				1.664,0	160,0
MILHO VERDE			3.775,0		5.750,0
NAMORADO			5.000,0		
OUTROS PESCADOS		21.000,0	68.000,0		
PEPINO				216,0	
PIMENTAO	1.705,0	88,0	66,0		770,0
PRODUTOS DIVERSOS	219.648,0	588.167,0	465.201,0		
QUIABO		714,0	2.394,0	140,0	420,0
TANGERINA PONKAN	2.200,0			198,0	
TOMATE CAQUI/MACA				230,0	
TOMATE SANTA CRUZ	1.200,0	96,0		170.424,0	
VAGEM MACARRAO		6.552,0	576,0		
VAGEM MANTEIGA		3.825,0	300,0		
Total Anual	345.726	745.146	631.222	389.300	87.313
Total Período			2.198.707		

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **CASIMIRO DE ABREU / RJ** - Ano: **2005 a 2009**

Tabela 3. Guapimirim (2005-2009): produtos, quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABACATE COMUM		638,0			
ABOBRINHA	7.680,0	2.900,0	4.220,0	1.760,0	80,0
AIPIM	41.175,0	151.475,0	61.675,0	330.025,0	287.175,0
BANANA NANICA		16.016,0	23.232,0	11.968,0	52.800,0
BANANA PRATA	1.720,0	4.000,0	1.360,0	18.020,0	
BATATA DOCE	52.578,0	29.141,0	29.509,0	44.505,0	59.593,0
BERINJELA	72.072,0	60.970,0	29.232,0	742,0	10.850,0
BETERRABA			330,0		
CAQUI			3.025,0		900,0
CARA	1.606,0	24.134,0			
CENOURA	4.850,0				
CHUCHU	575,0	1.587,0	460,0	805,0	15.410,0
COCO SECO	200,0			80,0	
COCO VERDE	187.626,0	40.970,0	10.238,0	11.516,0	60,0
COUVE COMUM	253,0				
ERVILHA			1.200,0		
FEIJAO	10,0		20,0		
FEIJAODE CORDA				12.135,0	
GOIABA	374.469,0	446.322,0	386.862,0	254.016,0	244.140,0
INHAME	75.003,0	121.555,0	62.491,0	80.914,0	123.533,0
JILO	101.116,0	88.706,0	35.326,0	6.919,0	21.505,0
LARANJA LIMA			1.215,0	1.647,0	
LARANJA NATAL			405,0	2.511,0	4.158,0
LARANJA PERA			22.545,0		
LARANJA SELETA				135,0	
LIMA DA PERSIA				270,0	
LIMAO SICILIANO				1.431,0	
LIMAO TAITY	16.389,0	43.767,0	28.188,0	68.661,0	33.426,0
LOURO			1,0	14,0	
MARACUJA	22.608,0	5.104,0	25.616,0	3.536,0	1.248,0
MAXIXE	3.204,0	3.888,0	5.130,0	180,0	2.106,0
MILHO VERDE	369.375,0	333.200,0	122.325,0	238.475,0	376.250,0
MOSTARDA			5,0		
PEPINO	2.328,0	1.680,0	7.680,0	2.928,0	2.880,0
PIMENTAO	2.948,0	4.873,0	5.676,0	5.852,0	1.991,0
PRODUTOS DIVERSOS		37.027,0	58.155,0	39.511,0	16.970,0
QUIABO	37.450,0	32.494,0	77.924,0	7.322,0	22.414,0
REPOLHO		200,0			3.750,0
TANGERINA PONKAN	330,0			4.180,0	
TOMATE S. CRUZ			8.880,0	5.520,0	
VAGEM MACARRAO	25.740,0	41.220,0	14.274,0	4.608,0	29.556,0
VAGEM MANTEIGA	675,0	495,0	660,0	855,0	
Total Anual	1.401.980	1.492.362	1.027.859	1.161.041	1.310.795
Total Período			6.394.037		

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **GUAPIMIRIM / RJ** -

Ano: **2005 a 2009**

Tabela 4. Itaboraí (2005-2009): produtos, quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABACATE COMUM	35.882,0	55.880,0	9.680,0	14.322,0	1.980,0
ABACAXI	8.060,0	400,0	28.700,0	1.000,0	16.000,0
ABOBORA COMUM	12.000,0	84.000,0	65.000,0	15.000,0	
ABOBRINHA	28.460,0	9.900,0			
ACEROLA	5,0	228,0			
AGRIAO		44,0			
AIPIM	261.350,0	39.025,0	10.675,0	3.250,0	6.875,0
AMENDOIM		600,0			
ARROZ		2.000,0			
BANANA NANICA	7.260,0		2.420,0		
BANANA PRATA	17.400,0	8.000,0	15.400,0	37.200,0	
BANANA TERRA	400,0				
BATATA COMUM	748.350,0				
BATATA DOCE	17.250,0	98.808,0	460,0	5.865,0	
BERINJELA	18.900,0	11.270,0			420,0
BETERRABA	65.648,0	104.346,0			
CAJA	5.850,0	3.640,0	1.560,0		2.652,0
CAQUI	80.400,0	1.250,0		1.500,0	6.250,0
CEBOLA	357.600,0				
CEBOLINHA	5,0				
CENOURA	23.750,0	326.775,0		600,0	
CHUCHU	95.680,0	32.269,0	1.380,0		
COCO VERDE	4.880,0	1.800,0			
COUVE FLOR	300,0				
ERVILHA	2.700,0				
FEIJAO		1.500,0			
FEIJAODE CORDA	150,0				
GOIABA	525,0	1.110,0			
INHAME	111.251,0	19.136,0		6.440,0	
JILO	26.350,0	11.322,0	306,0	578,0	
LARANJA BAIA	34.641,0	199.665,0	352.053,0		
LARANJA DA TERRA	13.095,0	3.402,0			
LARANJA LIMA	548.397,0	327.915,0	260.469,0	286.605,0	5.130,0
LARANJA NATAL	697.626,0	383.967,0	423.090,0	1.661.742,0	332.640,0
LARANJA PERA	2.705.805	2.212.893,0	4.395.276,0	2.033.910,0	2.373.030,0
LARANJA SELETA	277.641,0	150.552,0	158.085,0	92.070,0	392.283,0
LARANJA VALENCIANA	4.860,0				
LIMA DA PERSIA	13.743,0	945,0	7.020,0	9.450,0	
LIMAO GALEGO					270,0
LIMAO IMPORTADO					1.890,0
LIMAO TAITY	613.845,0	375.111,0	291.681,0	261.414,0	107.055,0
LOURO	8,0		12,0		
MACA NACIONAL	3.100,0				
MAMAO FORMOSA	127.050,0	1.100,0		18.480,0	
MAMAO HAVAI	107.120,0	2.080,0		1.600,0	
MANGA	46.300,0	52.575,0	21.750,0	29.250,0	2.500,0
MARACUJA	6.880,0	14.784,0			
MAXIXE	360,0	7.002,0	180,0		

MELAO	1.105,0	650,0			
MELANCIA		18.000,0	14.000,0		
MILHO EM GRAO		190,0			
OUTROS PESCADOS	14.260,0	26.200,0	17.200,0	360,0	17.900,0
PEPINO	14.520,0	27.192,0	336,0		
PERA IMPORTADA	74.600,0				
PERA NACIONAL			8.700,0	15.800,0	
PESSEGO IMPORTADO	175,0				
PIMENTAO	34.870,0	31.922,0	1.210,0	1.430,0	
PINHA	47.775,0				
PRODUTOS DIVERSOS	4.948,0	376.356,0	823.835,0	276.931,0	1.294.592,0
QUIABO	40.866,0	11.536,0	8.274,0	1.778,0	140,0
REPOLHO	73.500,0	24.125,0	325,0	650,0	
SAPOTI	25,0				
TAMARINDO	100,0				
TANGERINA RIO		1.080,0	11.610,0	2.160,0	
TANGERINA CRAVO				675,0	
TANGERINA MURKOT	14.877,0	540,0			
TANGERINA PONKAN	173.382,0	53.834,0	23.980,0	58.520,0	31.020,0
TOMATE S CRUZ	246.072,0	115.920,0	10.440,0	1.920,0	
UVA ROSADA	400,0				
VAGEM MACARRAO	3.420,0		360,0		
VAGEM MANTEIGA	17.085,0	7.440,0		750,0	
Total Anual	7.892.857	5.240.279	6.965.467	4.841.250	4.592.627
Total Período			29.532.480		

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **ITABORAI / RJ** -

Ano: **2005 a 2009**

Tabela 5. Magé (2005-2009): produtos e quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABACAXI			14,0		
ABACATE COMUM		660,0			
ABOBRINHA	31.660,0	579.320,0	147.020,0	133.260,0	82.240,0
AIPIM	7.275,0	33.775,0	46.825,0	16.150,0	61.525,0
ALFACE	12,0	60,0			
ALMEIRAO			15,0		
ARROZ			12.450,0		
BANANA FIGO	200,0				
BANANA NANICA	58.740,0	9.900,0			
BANANA PRATA	76.200,0	31.340,0	400,0		12.000,0
BANANA TERRA	400,0				
BATATA BAROA			5.700,0		
BATATA COMUM	35.000,0	6.900,0	1.100,0		17.500,0
BATATA DOCE	193.108,0	493.810,0	603.957,0	637.376,0	530.035,0
BERINJELA	114.618,0	78.134,0	218.274,0	103.068,0	164.052,0
BERTALHA			300,0		
BETERRABA		770,0	2.420,0	440,0	1.210,0
BROCOLOS	185,0	110,0	660,0	240,0	
CAJA		11.596,0	6.916,0		1.300,0
CARA	108.020,0	168.850,0	175.318,0	201.102,0	116.578,0
CARAMBOLA					1.800,0
CEBOLINHA	25,0				
CENOURA			3.850,0		
CHUCHU	299,0	575,0	3.910,0		
COCO VERDE		1.332,0	660,0		
COENTRO		25,0	110,0		
COUVE COMUM	100,0				
COUVE FLOR			40,0		
ESPINAFRE			217,0		
FEIJAO			20,0	20,0	
FEIJAO DE CORDA		375,0		1.035,0	
FIGO NACIONAL				75,0	
GOIABA	128.406,0	161.880,0	188.238,0	102.888,0	102.072,0
INHAME	211.485,0	286.281,0	291.617,0	242.880,0	333.362,0
JILO	49.062,0	68.731,0	54.451,0	12.461,0	12.223,0
LIMAO TAITY		297,0	1.458,0	810,0	270,0
LOURO			70,0		
MANGA		200,0	750,0		
MARACUJA	416,0	192,0	1.104,0	160,0	
MAXIXE	684,0	900,0	1.476,0	90,0	594,0
MILHO VERDE	4.500,0	32.150,0	7.125,0	2.750,0	625,0
NABO	6.350,0				
OUTROS PESCADOS					88.729,0
OVOS BRANCOS	1.080,0	27,0			
PEPINO	2.496,0	792,0	8.472,0	720,0	
PIMENTA	60,0	2.316,0			
PIMENTAO	160.534,0	195.228,0	145.574,0	134.475,0	75.141,0
PRODUTOS DIVERSOS	365.052,0	1.729.043,0	3.060.360,0	1.633.744,0	3.007.096,0
QUIABO	85.736,0	97.286,0	98.490,0	110.502,0	63.028,0

REPOLHO	13.550,0	10.175,0	23.425,0		
RUCULA			20,0		
SALSA	25,0		107,0		
TANGERINA PONKAN	220,0		15.400,0		
TOMATE SANTA CRUZ	38.088,0		2.880,0	31.632,0	4.440,0
VAGEM MACARRAO	6.084,0	12.366,0	5.472,0	360,0	
VAGEM MANTEIGA	14.430,0	13.995,0	15.630,0	5.295,0	6.840,0
Total no Ano	1.699.670	4.029.391	5.151.191	3.371.533	4.682.660
Total do Período			18.934.445		

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **MAGE / RJ** - Ano: **2005 a 2009**

Tabela 6. Rio Bonito (2005-2009): produtos, quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABACATE COMUM	308,0	550,0	220,0		
ABACAXI	4.000,0				600,0
ABOBORA COMUM			65,0		13.000,0
ABOBRINHA	600,0	200,0	3.800,0		
AIPIM	179.100,0	30.000,0	36.200,0	42.875,0	6.175,0
ALHO IMPORTADO	30.090,0				
ALHO NACIONAL	235.580,0				
BANANA MACA	400,0				
BANANA NANICA	9.900,0	8.580,0			
BANANA PRATA	23.700,0	13.180,0	4.000,0		
BANANA TERRA	800,0	1.400,0			1.100,0
BATATA COMUM	4.000,0				
BERINJELA	3.500,0		280,0		
CAJA		1.976,0		2.600,0	260,0
CAJU					329,0
CARA			3.740,0		
CENOURA			7.500,0		
CHUCHU	1.380,0			690,0	34.730,0
COCO VERDE	9.710,0	92.324,0	48.002,0	822,0	180.000,0
COUVE FLOR	4.000,0				
FEIJAO			2.100,0		
FIGO NACIONAL	250,0				2.000,0
GOIABA			870,0	1.140,0	
GRAVIOLA				680,0	
INHAME	1.380,0		1.840,0	3.680,0	27.140,0
JACA		8,0	34,0		90,0
JAMBO					150,0
JENIPAPO					25,0
JILO	1.360,0				2.771,0
KINKAN					1.296,0
LARANJA BAIA		3.105,0	53.730,0	52.272,0	61.452,0

LARANJA LIMA	204.309,0	21.897,0	115.263,0	18.900,0	39.852,0
LARANJA NATAL	796.176,0	43.389,0	649.512,0	242.271,0	206.199,0
LARANJA PERA	1.202.013,0	298.863,0	752.625,0	594.864,0	763.209,0
LARANJA SELETA	173.880,0	398.061,0	780.624,0	649.809,0	627.453,0
LARANJA VALENCIANA			2.403,0		13.905,0
LIMA DA PERSIA				16.605,0	1.350,0
LIMAO BRANCO		135,0			
LIMAO GALEGO		216,0			
LIMAO TAITY	1.804.923,0	1.689.552,0	1.783.728,0	1.155.546,0	723.492,0
MACA NACIONAL	2.000,0				
MAMAO FORMOSA					1.958,0
MAMAO HAVAI	400,0	80,0			168,0
MANGA	27.375,0	17.375,0	500,0		1.100,0
MARACUJA	1.120,0	20.336,0	84.480,0	58.720,0	23.088,0
MAXIXE	1.782,0				
OUTROS PESCADOS	14.200,0				124.900,0
OVOS BRANCOS	1.350,0				
PEPINO	720,0				
PESCADINHA	2.100,0				
PIMENTAO	110,0				
PINHA	3.625,0	2.115,0	290,0	19.780,0	
PRODUTOS DIVERSOS	6.494,0	49.683,0	169.356,0	130.983,0	104.375,0
QUIABO	140,0	420,0	210,0		980,0
REPOLHO	1.250,0				
ROMA				1.100,0	
SAPOTI				550,0	
TANGERINA COMUM/RIO		14.310,0	5.670,0	9.936,0	
TANGERINA MURKOT				594,0	
TANGERINA PONKAN	87.494,0	46.486,0	45.474,0	52.426,0	22.176,0
TOMATE S.CRUZ	1.440,0		4.800,0		
VAGEM MANTEIGA	900,0				
Total Anual	4.843.859	2.754.241	4.557.316	3.056.843	2.985.323
Total Período			18.197.582		

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **RIO BONITO / RJ** - Ano: **2005 a 2009**

Tabela 7. Silva Jardim (2005-2009): produtos, quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABACATE COMUM	1.496,0	330,0			
ABACAXI	1.000,0				
ABOBORA COMUM	30.000,0			5.000,0	
ABOBRINHA	1.500,0	10.000,0	200,0		6.000,0
AGRIAO			290,0		
AIPIM	194.925,0	42.675,0	129.025,0	102.950,0	14.550,0
ALFACE			852,0		
ALHO NACIONAL				300,0	
BANANA FIGO				500,0	
BANANA PRATA	14.220,0	12.700,0	9.340,0	5.100,0	10.540,0
BANANA TERRA	600,0				
BATATA DOCE	2.760,0	138,0	1.150,0	2.300,0	
BERINJELA	1.680,0		280,0		
BETERRABA			1.100,0		
CAJA			4.420,0		
CAQUI					4.175,0
CHUCHU	5.980,0				
COCO SECO	60,0				
COCO VERDE	51.140,0	31.450,0	3.994,0	160,0	1.378,0
COUVE FLOR	320,0				
ERVILHA	600,0				
FEIJAO	10,0				
FEIJAO DE CORDA	300,0				
GOIABA	5.589,0	318,0	279,0		
INHAME	277.587,0	77.073,0	63.526,0	23.805,0	25.898,0
JACA	4,0				
JILO	2.210,0	38.301,0	6.443,0	1.717,0	527,0
LARANJA BAIA	810,0	1.188,0	17.388,0	10.260,0	
LARANJA LIMA	247.455,0	136.890,0	203.202,0	299.052,0	66.204,0
LARANJA NATAL	28.350,0	55.944,0	236.655,0	251.667,0	140.481,0
LARANJA PERA	1.198.341,0	100.656,0	192.807,0	110.700,0	393.903,0
LARANJA SELETA	245.592,0	489.348,0	718.821,0	601.317,0	365.229,0
LARANJA VALENCIANA					4.050,0
LIMA DA PERSIA			12.474,0	28.782,0	4.320,0
LIMAO BRANCO				6.750,0	
LIMAO SICILIANO		2.160,0			
LIMAO TAITY	747.981,0	540.162,0	839.538,0	826.119,0	328.860,0
LOURO			40,0		
MAMAO FORMOSA				137.654,0	43.978,0
MAMAO HAVAI	1.952,0			33.304,0	70.016,0
MANGA	750,0			225,0	800,0
MARACUJA	68.880,0	57.152,0	78.800,0	9.248,0	1.888,0
MELANCIA	15.900,0				
MILHO VERDE	175,0	15.000,0			12.200,0
MOSTARDA				3,0	
PALMITO	84,0				

PEPINO			1.200,0		
PIMENTAO	1.870,0		1.606,0	550,0	
PINHA	5.500,0				
PRODUTOS DIVERSOS		4.596,0	23.369,0	11.268,0	4.483,0
QUIABO	2.156,0	14.938,0	3.528,0		2.534,0
REPOLHO	1.000,0		425,0	200,0	
TANGERINA COMUM	16.200,0	810,0	45.792,0	99.063,0	1.620,0
TANGERINA MURKOT			11.340,0		6.210,0
TANGERINA PONKAN	212.124,0	37.180,0	90.398,0	87.054,0	5.302,0
TOMATE S. CRUZ	7.680,0		11.520,0	1.200,0	
VAGEM MACARRAO	540,0				
VAGEM MANTEIGA	1.650,0		540,0		
Total Anual	3.396.971	1.669.009	2.710.342	2.656.248	1.515.146
Total Período			11.947.716,00		

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **SILVA JARDIM / RJ** - Ano: **2005 a 2009**

Tabela 8. Tanguá (2005-2009): produtos, quantidade comercializada (kgs)

Quantidade (Kg)	2005	2006	2007	2008	2009
ABACATE COMUM	27.720,0	37.268,0	17.380,0	23.320,0	3.300,0
ABACAXI	800,0		480,0	40,0	
ABOBORA COMUM	9.750,0				
ABOBRINHA	9.600,0	2.600,0	9.900,0	400,0	500,0
AIPIM	1.084.000,0	904.400,0	894.300,0	980.750,0	747.075,0
AIPO/SALSAO	400,0			960,0	
BANANA NANICA		220,0			
BANANA PRATA	5.000,0	1.300,0	4.760,0	21.120,0	2.600,0
BATATA BAROA					1.150,0
BATATA DOCE	920,0	460,0	460,0	2.300,0	
BERINJELA	8.820,0	19.866,0	2.940,0		
BROCOLOS				20,0	
CAJA	62.920,0	92.508,0	109.850,0	5.928,0	37.700,0
CEBOLINHA					25,0
CHUCHU			575,0		
COCO VERDE	29.380,0	141.590,0	44.820,0	2.450,0	2.700,0
COENTRO				110,0	
COUVE COMUM				165,0	
ERVILHA	372,0				
FEIJAO	385,0		50,0	170,0	
FEIJAODE CORDA	3.840,0	1.425,0	4.950,0	4.275,0	345,0
GOIABA		900,0	3.861,0	180,0	738,0
GRAVIOLA			172,0		446,0
GUANDO	315,0	200,0	30,0		
INHAME		414,0	37.329,0	920,0	1.541,0

JABOTICABA			6.000,0		
JACA			20,0		
JILO	7.140,0	62.186,0	8.840,0		272,0
LARANJA BAIA	7.749,0	7.749,0	174.798,0	1.080,0	7.290,0
LARANJA DA TERRA	4.050,0		540,0		16.200,0
LARANJA LIMA	73.305,0	102.060,0	59.076,0	63.855,0	48.708,0
LARANJA NATAL	330.129,0	352.620,0	725.706,0	2.246.832,0	1.940.058,0
LARANJA PERA	1.476.063,0	1.727.136,0	784.566,0	85.239,0	77.490,0
LARANJA SELETA	300.213,0	436.266,0	504.036,0	310.068,0	409.779,0
LICHIA					416,0
LIMA DA PERSIA				2.160,0	
LIMAO SICILIANO				4.590,0	
LIMAO TAITY	523.179,0	473.013,0	304.803,0	276.372,0	224.586,0
MANGA	118.125,0	36.100,0	15.500,0	7.125,0	3.250,0
MARACUJA	2.240,0	1.280,0	5.760,0		
MAXIXE	1.260,0	360,0	5.598,0	180,0	252,0
MILHO VERDE			750,0		100,0
PEPINO	2.880,0	6.840,0	960,0	1.440,0	
PERA NACIONAL				600,0	
PIMENTA		60,0			
PIMENTAO	220,0	3.630,0	3.300,0		1.617,0
PRODUTOS DIVERSOS	38.550,0	73.410,0	35.120,0		41.297,0
QUIABO	205.786,0	182.644,0	141.400,0	131.614,0	151.564,0
SALSA			220,0		
TANGERINA COMUM			2.160,0	1.080,0	540,0
TANGERINA CRAVO/DANCY			810,0		
TANGERINA PONKAN	81.070,0	106.370,0	26.510,0	23.408,0	27.390,0
VAGEM MACARRAO	21.870,0	36.720,0	15.930,0	11.520,0	13.374,0
VAGEM MANTEIGA				300,0	975,0
Total Anual	4.438.051	4.811.595	3.954.260	4.210.571	3.763.278
Total Período			21.177.755,00		

Consulta: Quantidade de Produtos por Município - Unidade: **Todas as Unidades** Município: **TANGUA / RJ** - Ano: **2005 a 2009**